

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**FÉ E RAZÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA OCIDENTAL:  
LAICIDADE, EDUCAÇÃO E TOLERÂNCIA em PORTUGAL NO SÉCULO XXI**

Marta Freitas Lourenço

**Dissertação**

Orientada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Rita Mendonça Leite e co-orientada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Maria Rodrigues, especialmente elaborada para a obtenção do grau de mestre em **HISTÓRIA E CULTURA DAS RELIGIÕES**.

2019



UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**FÉ E RAZÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA OCIDENTAL:  
LAICIDADE, EDUCAÇÃO E TOLERÂNCIA em PORTUGAL NO SÉCULO XXI**

Marta Freitas Lourenço

**Dissertação**

Orientada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Rita Mendonça Leite e co-orientada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Maria Rodrigues, especialmente elaborada para a obtenção do grau de mestre em **HISTÓRIA E CULTURA DAS RELIGIÕES**.

2019



## *Agradecimentos*

Em primeiro lugar quero agradecer à Doutora Rita Mendonça Leite e à Professora Ana Maria Rodrigues por toda a orientação e apoio, e por aceitarem embarcar comigo nesta jornada.

Ao meu pai por me apoiar em mais uma aventura académica.

À minha mãe, ao meu irmão e irmã pela amizade e amor constante.

À minha tia e aos meus padrinhos, por serem um exemplo a seguir.

Aos meus primos, os meus primeiros melhores amigos.

À minha avó por ser uma força num mundo cheio de fraquezas.

Ao meu pequeno pacote de amigos, por ouvirem-me falar de religião, que nem sempre é fácil de ouvir.

A todos os docentes no meu percurso na Faculdade de Letras, tanto na licenciatura como no mestrado. A transmissão dos vossos conhecimentos fez de mim uma pessoa muito mais rica.

Por fim, quero agradecer ao meu professor de filosofia do secundário, Mário Cabral, pois sem ele nunca teria descoberto a minha paixão pelo mundo das Letras e da Cultura, quando era aluna de Ciências. *Sit Tibi Terra Levis.*



## **RESUMO**

O presente estudo pretende analisar o modo como o processo de secularização abriu portas para um mundo onde é possível uma convivência mútua entre fé e razão e onde as dinâmicas de laicidade procuram funcionar como garantia da existência de um diálogo pacífico entre fé e razão. No entanto, apesar dos resultados dos processos de secularização e da laicidade o mundo contemporâneo é muitas vezes caracterizado como um mundo onde não há espaço para a religião, e a mesma é muitas vezes perspetivada como causadora de violência, intolerância e preconceitos. E, apesar da vasta crença que a religião vai deixar de existir, com a soberania da ciência e da razão, tal não é visível em muitas das sociedades contemporâneas, designadamente em Portugal. Acompanhando e sistematizando aquele debate do ponto de vista contextual, o nosso estudo detém-se sobre a problemática do ensino da religião como desempenhando um papel fundamental na quebra daqueles preconceitos, quando transmite a religião de forma histórica e crítica. Partindo da premissa de que o homem para além de racional é também um ser religioso, averiguamos da pertinência da religião, como criação humana, fazer parte integrante dos programas escolares como o fazem outras áreas das humanidades e das ciências.

Palavras-chave: secularização, laicidade, ensino da religião, diálogo, tolerância

## ***ABSTRACT***

This study intends to analyse the way how the process of secularization opened doors to a world where is possible for a mutual coexistence between faith and reason and where laity and its dynamics can work as a guaranty to the existence of a peaceful dialogue between faith and reason. Although, besides the results accomplished by secularization's and laity's processes, the contemporary world is often characterized as a world where there is no space for religion and when there is it causes violence, intolerance and prejudice. And even though many believe that religion is about so cease, with the sovereignty of science and reason, that is not what it is happening in many contemporary societies, with Portugal being of them. Following and systematizing the said debate from a contextual point of view, our study focuses on the teaching of religion as it plays an important role in breaking those prejudices, by transmitting religion critically and historically. Starting from the premise that man besides being rational is also religious, we state the importance of including religion, as a human creation, by being a fundamental part of school programs, as it is done by humanities and sciences.

Keywords: secularization, laity, religious education, dialogue, tolerance

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p. 11
<b>I. SECULARIZAÇÃO</b>	
I.1 Noções gerais.....	p. 15
I.2 Potencializadores de secularização.....	p. 19
I.3 Ocidente vs Oriente.....	p. 23
<b>II. LAICIDADE</b>	
II.1 Laicidade vs Ateísmo vs Anticlericalismo.....	p. 29
II.2 <i>Laicidade de incompetência e Laicidade de inteligência</i> .....	p. 33
<b>III. FÉ E RAZÃO</b>	
III.1 Debates de Fé e Razão na contemporaneidade portuguesa.....	p. 37
III.2 O lugar da fé e da razão na sociedade contemporânea portuguesa...p.	42
III.3 O papel da fé e da razão no quotidiano dos cidadãos portugueses....p.	54
<b>IV. ENSINO DA RELIGIÃO</b>	
IV.1 <i>Escola sem Deus e não Contra Deus</i> .....	p. 59
IV.2 Programa escolar do ensino básico português.....	p. 64
IV.3 Questões chaves no ensino da religião.....	p. 82
<b>CONCLUSÃO</b>	
<b>Identidade, Tolerância e Ensino da Religião</b> .....	p.101
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	p.115



## INTRODUÇÃO

Falar da época contemporânea sem falar de religião não é possível. A sua presença no quotidiano é inegável e altamente observável, sejamos crentes ou não crentes, laicos ou leigos. Todos estamos em contacto com a religião, de uma forma ou de outra, seja social ou culturalmente, e por isso ela não pode ser ignorada nem marginalizada. Os últimos anos têm sido caracterizados por questões religiosas, que algumas vezes se apresentam de forma negativa e que, assim, dão origem a problemas sociais e políticos que afectam todas as sociedades e todos os que dela fazem parte. É necessário perceber a manifestação religiosa no seu todo, desde o seu início até ao seu estado actual e tudo o que é inerente a ela, para assim conseguirmos perceber a forma como a religião se manifesta hoje em dia.

A má percepção e a falta de conhecimento da religião originam preconceitos e intolerâncias de tal modo que são incompatíveis com a própria base da religião, e das sociedades. Guerras em nome da religião enchem as notícias actuais, dando a errada ideia que a própria violência apenas ocorre dentro do mundo religioso. Mas para além do choque entre civilizações e entre as próprias religiões, não podemos ignorar o choque entre fé e razão, religião e ciência, que é visível nas nossas sociedades, e é sobretudo causado pela falta de conhecimento e entendimento de cada uma das instâncias em relação à outra. Durante anos a fé e a religião eram soberanas, mas após o Iluminismo da idade Moderna a razão ganhou um poder imenso nas esferas tanto pública como pessoal e abriu portas para a criação de estados seculares. Estados esses onde todas as formas de religiosidade e de não religiosidade são aceites. Assim, com o desenvolvimento da secularização começou a falar-se da crise na fé, do apogeu do ateísmo e do desinteresse geral na religião e na religiosidade. Julgava-se que, agora que a razão prevalecia, não havia necessidade alguma para os homens continuarem a crer na religião nem serem religiosos. A razão e a ciência dão resposta a todas as questões, deixando a religião de ser necessária. Mas a verdade é que, contra tais teses, a religião ainda existe nas sociedades contemporâneas. Então, qual a razão da existência da religião nos dias de hoje? Dias de estados seculares. Do desencantamento do Mundo. De avanços tecnológicos que respondem às questões que durante anos estiveram sem resposta. O que leva alguém a ser crente ou alguém a querer ser crente na sociedade contemporânea? A resposta parece ser mais simples do que parece. Basta apenas começar a entender a natureza do ser humano e a da própria religião. Algo que existe há milhares de anos, que surge paralelamente ao

desenvolvimento intelectual do *homo sapiens* não pode ser descartado como se de uma *moda* se tratasse. A religião é uma noção antropológica que faz parte da história e da natureza humanas, funcionando como dinâmica de procura e resposta no âmbito das necessidades humanas que, mesmo com o apogeu da cultura científica, continua a fazer parte da sua vida.

É neste âmbito que pretendemos assentar o estudo proposto nesta dissertação: a importância de conhecer a natureza humana e a religião, nas sociedades seculares e laicas ocidentais, como mecanismo de combate à violência e de dinamização da prática da tolerância, elementos inerentes ao processo de laicidade. Assim, o debate entre a fé e a razão, que nos propomos trabalhar na nossa dissertação, é importante para responder estas questões, mas também para tentar mostrar que a fé e a razão podem existir em simultâneo, dentro das suas próprias esferas, pois tentar buscar verdades absolutas na fé e na religião é um erro, e um potencial criador de desentendimento, assim como é tentar buscar verdade fideístas no universo racional. A razão não tem necessariamente de bloquear a religião. É possível ser-se racional e religioso. O ser humano para além de ser um ser racional é também um ser religioso. Ele tem em si essas duas instâncias e negá-las pode ser trágico.

Nesta linha de pensamento conceitos como secularização e de laicidade são fundamentais. O desenvolvimento destes dois processos é que trouxe a possibilidade de se realizar estes debates em torno da fé e da razão. Foram também estas instâncias que permitiram um maior aprofundamento do conceito de tolerância e da sua necessidade nas sociedades ocidentais, no pós-Iluminismo.

Assim, começaremos então por estudar o desenvolvimento da secularização e da laicidade e como estas permitiram que a religião deixasse de ocorrer de uma determinada forma, imposta, como até então se tinha notado. A religião tinha então nas suas mãos o poder de se alterar e continuar a ser aceite. Tinha sobretudo o poder de se renovar. A renovação e transformação da religião ocorreu sempre paralelamente com o desenvolvimento intelectual e espiritual dos homens e das sociedades. Exemplo evidente disso é a história do cristianismo, que desempenha um papel fundamental nesta premissa de renovação, designadamente com processos como o da reforma protestante, desde o seu surgimento até às várias metamorfoses que ocorreram no seio da religião Cristã, fenómeno que ainda hoje em dia decorre, sobretudo no continente americano. Mas, perguntamos nós, porquê no continente americano e não na Europa? Porque ocorre esta divisão dentro das próprias sociedades ocidentais?

Após compreendermos o que é de facto a secularização e a laicidade, e todos os conceitos que delas surgem, conseguiremos passar ao passo seguinte, ao da tolerância e da abertura ao diálogo inter-religioso. O grande desafio da laicidade será estabelecer a convivência pacífica entre fé e razão, entre religião e ciência, entre Igreja e Estado, mas também entre as várias formas de religião existentes, não só nas sociedades ocidentais, mas em todo o mundo. A laicidade existe não só para dar liberdade ao Estado, desatando-o da Igreja e das suas doutrinas, mas também para reduzir tensões e fomentar o diálogo inter-religioso. Está, então, nas mãos do Estado laico e dos seus participantes, estimular a tolerância e fomentar um bom ambiente social para todos, pois afinal a dimensão religiosa está e sempre esteve directamente relacionada com o viver em sociedade, pois nunca existiu, nem poderá existir, uma sociedade sem religião.

No meio deste processo, entre o entendimento da secularização e da laicidade, e a obtenção da tolerância, encontra-se a pedra-toque de todo o processo da laicidade: a importância do ensino. O ensino laico permite ao aluno, e cidadão, o conhecimento de todos os assuntos que compõem a sua sociedade, assim como das sociedades do mundo inteiro. Aqui entra o estudo das letras, das ciências, da política, e deverá entrar também o estudo da religião, não num sentido de ensino religioso, fideístico, semelhante ao da catequese, mas um ensino da religião, racional e crítico, onde o que importa é a apresentação dos factos, sem ignorar a fé dos alunos, mas não lhe dando o papel principal. O ensino laico não pode estar interessado na conversão, tanto de crentes a não crentes, como o inverso, mas apenas no rigor do estudo da história da religião de forma explicitamente crítica e racional. A apresentação do desenvolvimento da religião, como criação do homem, poderá estar na raiz da assimilação da necessidade da existência da religião, mesmo nas sociedades actuais, como algo fundamental à existência do homem, não podendo ser alvo de ataques violentos, sejam eles verbais ou de acção, assim como não pode ser ignorada e posta de canto, como se não estivesse relacionada com todos os seres humanos. E este será o grande desafio da laicidade: estimular o conhecimento pela religião, de forma a poder criar o diálogo, que nos guiará à tolerância e à liberdade religiosa que tanto a caracterizam, e que tanto são urgentes nas sociedades ocidentais. O ensino terá um papel fundamental na instrução e assimilação destes tópicos, que eventualmente - o objectivo será sempre esse - conduzirá ao diálogo inter-religioso e à tolerância, quebrando preconceitos e diversas formas de violência.

Em suma, dividimos assim a nossa análise em cinco partes, que podem ser encaradas como: o estudo do passado (capítulo I e II), do presente (III e IV) e do futuro (conclusão). A análise de cada tema inerente às partes apresentadas será feita sobretudo através de uma abordagem tanto histórica, mas também sociológica.

O primeiro e o segundo capítulo servem de contextualização de todo o trabalho com um estudo vincado da Secularização e da Laicidade e todos os temas a elas inerentes: o seu desenvolvimento, a sua composição e desentendimentos que delas podem surgir. Tentaremos então responder às questões postas nesta introdução, assim como tentar perceber se a missão tanto da secularização como da laicidade foram implementadas, e em que medida essa implementação foi conseguida. A análise de textos e de teses dos mais diversos autores contemporâneos, tanto portugueses como estrangeiros, serão fundamentais neste processo.

No capítulo III debruçamo-nos sobre os fenómenos em torno da Fé e da Razão que têm vindo a acontecer no século XXI, com maior foco para Portugal, e todos os debates em torno destas duas instâncias. O estudo de debates realizados nos últimos anos por teóricos portugueses e estrangeiros, assim como a análise de relatórios de inquéritos referentes a temas religiosos serão a fonte principal para este capítulo. Neste capítulo tentaremos observar em que medida a religião ainda é manifestada e interpretada, de que forma ocorre sobretudo em Portugal, mas também noutros países ocidentais, e quais os factores inerentes a essa manifestação e interpretação.

No capítulo IV vamos focar-nos no ponto chave desta tese - o Ensino da Religião – como inclui-lo e o que provém dele, e procuraremos acompanhar o modo como em Portugal, no século XXI, se procurou implementar um ensino da religião diferente do da catequese, menos isolado, mais amplo e que interligasse todas as áreas da história humana com a religião, através da análise do programa actual da disciplina de História do ensino básico do 3º ciclo de escolaridade, e através também da análise de manuais escolares em uso para essa mesma disciplina.

Por fim, a última parte, em tom de conclusão, dará voz à questão da tolerância, à missão do Estado laico na obtenção desta e na continuidade do ensino da religião após a escolaridade obrigatória, na conquista da tolerância através do diálogo intra e inter religioso.

## I. SECULARIZAÇÃO

### I.1 Noções gerais

A seguir ao Iluminismo, nada define melhor a época moderna do que o termo secularização, que por sua vez nunca ocorreria se não fosse a existência do primeiro termo. Por isso, falarmos de laicidade sem antes falarmos de secularização seria um erro, pois sem a secularização não haveria laicidade, sendo que o inverso não se aplica, como iremos observar.

São vários os teóricos, estrangeiros e portugueses, a abordarem questões de secularização e a tentarem obter uma definição<sup>1</sup>. Apesar de existir uma pluralidade de definições para este termo, existe consenso na questão basilar: a secularização representa o conjunto de mudanças pela qual a religião passou desde o início da época Moderna.

Inicialmente a secularização era fortemente associada à perda de interesse dos indivíduos pela religião, sendo que alguns teóricos sociais chegaram a pensar que com esta mudança no panorama social e com a modernização da sociedade a religião poderia decrescer ou até desaparecer. O aparecimento da ciência faria com que as respostas que os indivíduos buscavam na religião tivessem agora uma resposta racional e factual, e não absoluta e transcendente. Assim já não se justificaria a associação dos indivíduos ao mundo da religião, esta já não era avaliada como necessária. E a secularização ao permitir, pela primeira vez, aos cidadãos abandonarem a religião não faria sentido continuarem a ser religiosos. Mas como iremos ver mais adiante, esse não foi o caso, pois na realidade «não terá sido a crença, em si mesma, que diminuiu, mas antes a recomposição do campo

---

<sup>1</sup> Cf. BORGES, Anselmo – “Secularização e Tolerância” in *Revista de História das Ideias*. Vol.25. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2004; CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma). Coimbra: Edições Almedina. 2010; DUQUE, João Manuel – *Ambiguidades da secularização entre modernidade e pós-modernidade*. Comunicação & Cultura. Lisboa. ISSN 1646-4877. 11 (Primavera-Verão 2011) 19-35; FERREIRA, António Matos, *Secularização*, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos M. Azevedo, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001; FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora. 2001; TAYLOR, Charles – *A Era Secular*. Lisboa: Instituto Piaget. 2007.

religioso»<sup>2</sup>, pois as crenças partilhadas pelos indivíduos mantiveram-se, o que mudou foi a forma como essas crenças persistiram e continuaram a manifestar-se dentro da religião.

Em tempos mais recentes os mais diversos teóricos conseguem observar que a secularização não se traduziu na extinção da religião e que muito dificilmente esta irá deixar de existir, por mais que a ciência evolua e dê a conhecer outros caminhos para a verdade. O português Anselmo Borges resume secularização então da seguinte forma:

«A secularização (...) constitui um avanço civilizacional fundamental em ordem à não discriminação dos cidadãos e à salvaguarda da paz, e ela não significa indiferença mútua. A separação pode e deve, e conviver de modo saudável com o reconhecimento do papel público das religiões, traduzido em múltiplas formas de colaboração entre as Igrejas e o Estado»<sup>3</sup>.

De acordo com este tipo de abordagem podemos então perceber que a secularização se estrutura essencialmente na separação do Estado da Igreja. Nenhum tem poder absoluto sobre o outro e os dois devem coexistir de forma civilizada e organizada. Não é porque alguém é ou não religioso que deixa de pertencer ao Estado, e vice-versa.

Anselmo Borges recorre também a autores como Larry Shiner que assenta o conceito de secularização em cinco significados fundamentais: eclipse do sagrado, autonomia do profano, privatização da religião, retrocesso das crenças e práticas religiosas, e a mundanização das próprias Igrejas<sup>4</sup>. Neste ponto podemos observar que para estes dois teóricos contemporâneos o desaparecimento da religião já não faz parte da sua definição. Conseguimos também perceber que a secularização trouxe consigo uma mudança no panorama religioso e social face aos séculos anteriores com a passagem da religião para a esfera privada do indivíduo. A Igreja perdeu, assim, o seu estatuto político e autoritário na sociedade, dando-se assim uma primazia à razão e todos os seus derivados. Mas a verdade é que «a secularização não elimina o Mistério»<sup>5</sup>, ele continua a existir, mas em

---

<sup>2</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora. 2001, p.xvii.

<sup>3</sup> BORGES, Anselmo - “Religião, religiões e diálogo inter-religioso” in *Revista Portuguesa de História*. t. XL (2008/2009), p.36.

<sup>4</sup> BORGES, Anselmo – “Secularização e Tolerância” in *Revista de História das Ideias*. Vol.25. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2004, p. 132.

<sup>5</sup> BORGES, Anselmo - “Religião, religiões e diálogo inter-religioso” in *Revista Portuguesa de História*. t.XL (2008/2009), p35.

contextos, sociais e individuais, diferentes, relativos aos séculos e panoramas passados. Assim, a secularização não pode deixar nem a fé nem a razão em desvantagem, o que ela faz é colocar cada uma destas instâncias em lugares específicos e autónomos, mas sem isso querer dizer que não podem interagir uma com a outra. Elas podem, e devem interagir uma com a outra nos mais diversos contextos sociais e civilizacionais.

Ainda de acordo com Shiner podemos observar outras mudanças importantes provocadas pela secularização: o eclipse do sagrado e o retrocesso das crenças e práticas religiosas. Como iremos ver mais adiante neste trabalho, a mudança da noção do sagrado e a renovação de práticas pré-cristãs, pagãs, são os aspectos que mais caracterizam a religião nas sociedades ocidentais secularizadas.

Outro autor português, Fernando Catroga, apresenta dois tipos de secularização, dentro da definição de «secularização como a saída de sectores da sociedade e da cultura do domínio religioso»: a *secularização qualitativa* e a *secularização quantitativa*<sup>6</sup>. O primeiro conceito está relacionado com o termo de dessacralização, a noção de que a religião acabaria por desvanecer e desaparecer com o apogeu da razão e de movimentos racionais e científicos, termo com mais impacto no surgimento da própria secularização. O último aborda a questão da dessacralização de uma outra forma, e em vez de se focar no termo dessacralização puro e cru, preocupa-se em olhar para as tendências de decréscimo da participação dos indivíduos na vida religiosa<sup>7</sup>. Podemos relacionar estes dois tipos de secularização com os apresentados por José Legorreta Zepeda, estando a secularização qualitativa relacionada com a *tese dura ou forte da secularização* – secularização como «processo lento e inexorável a caminho do fim da religião» - e a secularização quantitativa com a *tese suave da secularização* - «processo pelo qual a religião sofre severas alterações na modernidade, mas persiste»<sup>8</sup>. É à secularização quantitativa, e de igual modo à tese suave da secularização, que vamos dar mais destaque nesta dissertação pois é esta «forma» de secularização que continuamos a observar que mantém uma presença mais vincada e activa na sociedade, pois de facto, associar a

---

<sup>6</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.17.

<sup>7</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.17.

<sup>8</sup> ZEPEDA, José de Jesús Legorreta – “Secularização ou Ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – vol. 25 nº73. 2010, p.131.

secularização com a dessacralização da religião já não parece ser pertinente, uma vez que o universo religioso continua a prevalecer e a manifestar-se, com casos como os EUA e o Brasil que são «autênticas fábricas» de criar religião, mesmo sendo Estados laicos. O caso dos EUA é ainda mais interessante uma vez que, tal como Charles Taylor indica, foi uma das primeiras nações a oficializar o Estado laico, ou seja a separar política e socialmente a Igreja do Estado mas é também a sociedade ocidental com maior número de fiéis e praticantes religiosos<sup>9</sup>.

Dentro do campo da secularização entram ainda dois conceitos que são importantes definir e distinguir de secularização: são eles *secularidade* e *secularismo*. De acordo com o *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, e tendo presente que a secularização é uma teoria social, o secularismo é definido como a «ideologia programática que preconiza a relativização ou acantonamento da dimensão religiosa na sociedade»<sup>10</sup>, enquanto que a secularidade é a «justa autonomia das realidades terrenas»<sup>11</sup>.

O secularismo tem um ponto de vista negativo, em oposição ao da secularização, ao transformar-se «em fenómeno de dissolução, sob a forma de laicismo ou de progressismo, negando a laicidade e preconizando o abandono do mundo às suas próprias leis, e recusando à religião toda e qualquer influência sobre a vida temporal»<sup>12</sup>. Assim, o secularismo pretende renunciar a tudo o que é religioso e vem de Deus, pois vê a religião como algo de negativo e sem futuro, chegando mesmo a negar o papel fundamental da laicidade. É importante impedir que a secularização se transforme em secularismo, de forma a evitar associações negativas à religião e à sua constituição, evitando mal-entendidos e confrontos, uma vez que, como já falámos e iremos ainda observar melhor, a religião não vai deixar de existir, contrariando assim a natureza do secularismo. Os tipos mais comuns de secularismo são de facto o ateísmo, o amoralismo e o materialismo.

---

<sup>9</sup> Cf. TAYLOR, Charles – *A Era Secular*. Lisboa: Instituto Piaget. 2007, p.14.

<sup>10</sup> FERREIRA, António Matos, “Secularização” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. 2000, p.197.

<sup>11</sup> FERREIRA, António Matos, “Secularização” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 2000, p.197.

<sup>12</sup> FERNANDES, António Teixeira, *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora. 2001, p.3.

Por sua vez a secularidade será o inverso. A secularidade está também relacionada com a relativização da fé e da prática religiosa, mas nesta corrente, define-se como a permissão dada pela secularização na manifestação das expressões religiosas nos espaços públicos, não chocando com a ordem social e política, e sempre em prol da liberdade dos demais cidadãos. Assim a secularidade tem uma atitude mais positiva que o laicismo, e será a responsável pela implementação da laicidade, mediante o desenvolvimento da laicização.

## **I.2 Potencializadores de secularização**

Após esta visão geral da secularização, vamos agora perceber como e em que medida é que esse processo se desenvolveu. Para podermos começar o nosso debate em torno da secularização é preciso compreendermos o panorama social da época em que este surgiu: a modernidade. Falar de secularização sem falarmos de modernidade não é possível. Para o autor Zepeda a modernidade traduz-se como:

«um processo sócio-histórico complexo e multidimensional, (...) caracterizado por uma visão de mundo descentrada, profana e pluralista, por uma reflexão que ao incorporar-se de forma sistemática e permanente na vida social, desestabiliza a experiência, as instituições e os conhecimentos, e conseqüentemente gera uma realidade profundamente dinâmica, contraditória, ambígua e precária»<sup>13</sup>.

A modernidade trouxe consigo novas formas de encarar e ver o mundo, de viver em sociedade, o que obrigou a religião a repensar na sua forma e essência. Épcas houve em que a religião se transformou e originou novas igrejas e até mesmo novas religiões, devido a mudanças no interior das suas sociedades – exemplos disso foram a passagem de Judaísmo para Cristianismo, a reforma protestante e até mesmo a passagem da religião grega para a religião romana -, mas o que distingue a modernidade das outras épocas repletas de mudanças sociais é que ao invés de surgirem novas correntes de pensamento religiosas houve a hipótese de isso não acontecer, com muitos abandonando a religião por

---

<sup>13</sup> ZEPEDA, José de Jesús Legorreta – “Secularização ou Ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – vol. 25 nº73. 2010, p.130.

completo. Pela primeira vez era possível ser-se um indivíduo sem religião, assim como as instituições e estruturas sociais e políticas estavam separadas da religião e da Igreja. Havia agora a opção de escolha, e qualquer uma das escolhas, religião ou não religião, teria de ser igualmente aceite. Foi esta alteração no panorama social que levou muitos teóricos a associarem a modernidade e a secularização ao eventual desaparecimento da religião. Mas para além de permitir a não religião, continuou-se a observar, na modernidade, mudanças nas religiões, assim, «a religião, em vez de se destruir, transformava-se influenciada pela estrutura simbólica e social na qual tinha lugar»<sup>14</sup>. Foi esta persistência das comunidades pelas religiões nas sociedades e épocas secularizadas que levou muitos teóricos, sendo um deles Jürgen Habermas, a falarem de uma sociedade *pós-secular* e da *pós-modernidade*. Abordaremos estes conceitos mais adiante neste texto, no capítulo III - *Fé e Razão*. A verdade é que a modernidade por ser tão complexa e originar tantos pluralismos, irá originar várias secularidades, aquelas que dão por finalizada a religião e aquelas que veem as mutações realizadas nos seus centros, por isso é difícil falarmos numa só secularização, uma vez que não temos de facto uma só modernidade, mas um número vasto delas<sup>15</sup>.

Apesar da secularização ser um produto impulsionada pela época moderna e pelos ideais do iluminismo, a verdade é que se recuarmos no tempo, veremos que a própria *Bíblia* também possui fundamentos seculares, e, como tal, a secularidade é típica dos países Ocidentais muito em parte por causa da raiz judaico-cristã desses, como iremos ver.

O sociólogo Max Weber, apresentando os factores que para ele são específicos das sociedades ocidentais, e que graças aos quais a secularização é exclusiva do Ocidente, menciona a secularização como tendo fundamentos bíblicos. Ele começa por referir o aparecimento do monoteísmo, com a criação de um Deus todo poderoso, acima de tudo e de todos, e esse aparecimento e autonomia de Deus serão fundamentais na constituição

---

<sup>14</sup> ZEPEDA, José de Jesús Legorreta – “Secularização ou Ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – vol. 25 nº73. 2010, p.131.

<sup>15</sup> Cf. ZEPEDA, José de Jesús Legorreta – “Secularização ou Ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – vol. 25 nº73. 2010, p.13.

do ideal de independência da Igreja e do Estado e da própria autonomia das várias esferas humanas e políticas<sup>16</sup>.

Na mesma linha de pensamento, Fernando Catroga afirma que as causas da secularização na herança judaico-cristã podem ser resumidas a três: a afirmação da transcendência de Deus, o que implica uma autonomia entre o mundo natural e o mundo político; a descrição de Javé como Deus móvel, que intervém historicamente com o seu povo; a importância do Juízo Final, definindo assim Deus como um Deus ético incitando a consciência e a moral no Homem, e enfatizando também o facto d' «a criação *ex nihilo* (...) ter provocado uma diferença essencial entre Deus e o mundo, mudança que irá potenciar a dessacralização do cosmos»<sup>17</sup>. Anselmo Borges vai ao encontro desta conjectura e para este o monoteísmo procurou dar o que era próprio de cada um, relembrando as palavras de Jesus «Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus»<sup>18</sup>: É nesta linha de pensamento que Fernando Catroga refere que:

«Os textos sagrados contêm asserções que sugerem e potenciam a secularização, em particular no que respeita a historicidade da revelação do sagrado, à desdivinação do universo e à dessacralização da política, sintetizado no preceito: *Dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*. Como prova suplementar mobiliza-se o facto de ter sido nas regiões cristianizadas que ocorrem experiências históricas que tornarão as sociedades ocidentais mais seculares»<sup>19</sup>.

Como podemos observar, a secularização, apesar de ser característica da modernidade tem igualmente as suas bases na antiguidade, desde os tempos bíblicos. É claro que quando Jesus afirmou «dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus» ele não estava a pensar que estaria a criar a secularização, nem seria essa a intenção dessa frase. Disse o que lhe aparentava ser natural e razoável, mediante a situação social e política da época, e de certa forma, podemos encarar a secularização como um processo

---

<sup>16</sup> WEBER, Max – *Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, ed. 2006, publicado pela primeira vez em 1915. p.223.

<sup>17</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.19

<sup>18</sup> BORGES, Anselmo - "Religião, religiões e diálogo inter-religioso" in *Revista Portuguesa de História*. t. XL (2008/2009), p.34.

<sup>19</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.21.

natural da vivência em sociedade, contudo é um processo de longa duração que não pode ser acantonado «a uma perspectiva de natureza evolucionista, como se tratasse de uma etapa da realização humana»<sup>20</sup>.

Anselmo Borges enuncia outras causas para a secularização, e conseqüentemente, a racionalização que tem lugar no Ocidente. Após apresentar o monoteísmo como a primeira causa, tal como Max Weber, o autor português expõe a reforma católica como outra das causas. O aparecimento de novas formas de ser cristão, com o protestantismo, levou com que a religião cristã, fosse de certa forma mais tolerante em relação a outro tipo de religiosidade. O Cristianismo teve assim de garantir liberdade religiosa a todos os seus crentes e a liberdade religiosa é o fundamento dos estados secularizados. Por parte das igrejas protestantes Fernando Catroga realça também o contributo de relevo dado por estas à predestinação e à graça como contributo fundamental para a secularização, mais uma vez realçando a autonomia do ser, factor importante para a secularização.

De seguida Anselmo Borges mostra também como a própria fé cristã tem um papel preponderante na secularização e afirma mesmo que «a fé cristã requer a separação da religião e da política, da Igreja e do Estado»<sup>21</sup>. Num outro registo, D. José Policarpo também afirma que a fé não surge a todos. Ninguém escolhe ter fé, é a fé que escolhe quem quer, tal como Jesus escolheu os apóstolos<sup>22</sup>, e isso é claro no Cristianismo pois ninguém nasce cristão. O baptismo significa essa adesão ao cristianismo, ou por opção própria ou por escolha dos familiares e da comunidade<sup>23</sup>. Isto indica que todo o indivíduo tem a liberdade para escolher se pretende ser ou não cristão, «só homens e mulheres verdadeiramente livres podem aderir à fé religiosa de Deus»<sup>24</sup>, sendo o factor da liberdade religiosa outro factor muito importante quando se fala de secularização. A noção de fé é

---

<sup>20</sup> FERREIRA, António Matos - "Secularização" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal [P-V]*. 2000, p.198.

<sup>21</sup> BORGES, Anselmo – "Prefácio" in CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.7.

<sup>22</sup> Cf. POLICARPO, D. José e PRADO COELHO, Eduardo – *Diálogos sobre a fé*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p.11.

<sup>23</sup> Na Igreja Baptista os que pretendem aderir ao cristianismo baptizam-se só quando se tornam adultos. Na Igreja Católica o Crisma representa a vontade em continuar a pertencer ao seio católico quando o crente já tem idade para decidir a sua vontade, uma vez que na maioria dos casos os indivíduos são baptizados quando ainda são recém nascidos.

<sup>24</sup> BORGES, Anselmo - "Religião, religiões e diálogo inter-religioso" in *Revista Portuguesa de História*. t. XL (2008/2009), p. 35.

muito própria do Judaísmo e do Cristianismo, pois tal não acontecia na religião Romana, em que a existência dos Deuses era um dado adquirido e não questionado. Os romanos sabiam que eles existiam e não questionavam - a fé associada às religiões do Livro era algo tão estranho como o número zero. Era algo inexistente. Assim, conseguimos observar como a fé possibilitou a formação da noção de secularização e da liberdade de escolha, assim como o ideal de separação, autonomia e independência.

Como podemos observar a secularização tem sido impulsionada pela própria religião, sobretudo a religião cristã. Mesmo sendo um produto da época moderna e dos homens iluminados, a verdade é que a secularização já havia sido «impulsionada» pela própria *Bíblia*, pela forma como a fé cristã actua nos homens e mais recentemente pela reforma cristã. Assim, é impossível afastar a religião da própria secularização quando ela é sua responsável, na mesma medida que o são o Estado e a razão.

### **I.3 Ocidente vs. Oriente**

Apesar de a secularização ter uma presença global, ela é mais incidente nas sociedades ocidentais. Nas sociedades orientais muitos Estados ainda são Estados teocráticos e as regras e normas sociais são fortemente baseadas na religião. Mas por que o motivo parece acontecer esta separação de Ocidente e Oriente no que toca à secularização?

Como vimos, o conceito de secularização está fortemente ligado a duas noções importantes: a de modernidade e à herança judaico-cristã existente nos países ocidentais. A junção destas duas noções, juntamente com outras hipóteses apresentadas, explica de forma clara o porquê da secularização ocorrer de forma mais intensa nos países e sociedades ocidentais e não na parte oriental do Mundo.

No que toca à herança judaico-cristã como catalisadora de secularização, são muitos os autores que concordam com esta premissa, como já nos foi possível observar, sobretudo Max Weber, que descreve todos os factores presentes no Ocidente que foram propícios à secularização e ao ascetismo na sua obra *Sociologia das Religiões*<sup>25</sup>. O autor começa por referir o aparecimento do monoteísmo, com a criação de um Deus todo

---

<sup>25</sup> Cf. WEBER, Max – *Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, ed. 2006.

poderoso, acima de tudo e de todos, como o primeiro factor diferenciador entre o Ocidente e o Oriente. Esta criação fez-se com que não fosse mais possível o panteísmo nem a autodivinação, assim «o mundo místico ocidental é uma *obra*, criado, e não pura e simplesmente dado para toda a eternidade como o do místico asiático»<sup>26</sup>.

No que diz respeito ao conceito de modernidade, é imperativo falar-se novamente da reforma cristã e do Iluminismo. Esta última corrente de pensamento permitiu que se deixasse entrar outras formas de encarar o Mundo e a religião, pois até então estavam presos à visão da Igreja Medieval. Começou por prevalecer a capacidade racional do ser humano, em oposição à prevalência da fé, como tinha ocorrido nos últimos séculos da Idade Média. É na fase final desta época iluminada que muitos filósofos e críticos sugerem o desaparecimento da religião, com a famosa frase dita por Friederich Nietzsche *Deus está morto*. A secularização e a modernidade não conseguiram extinguir a religião, tendo sido elas responsáveis por uma metamorfose da religião e das práticas religiosas. A reforma cristã ocorreu, inicialmente na Europa, e depois expandiu-se para os Estados Unidos, tendo sido assim um acontecimento restrito ao mundo ocidental, não havendo grandes indícios de propagação para o Oriente, talvez pela já existência da Igreja Ortodoxa.

Weber refere também o afastamento empírico e do intelectual pelo Oriente, o Ocidente Romano como o único detentor no mundo inteiro de um direito racional, e «o relacionamento com Deus passou a ser uma espécie de relação de sujeição susceptível de ser definida em termos jurídicos»<sup>27</sup> como influências para a secularização do Ocidente, e menciona também o «carácter racional da metodologia da salvação» como herança de Roma assim como do Judaísmo<sup>28</sup>. Por fim Weber apresenta a Igreja como organização unitária racional com um vértice monárquico e um controlo centralizado da religiosidade, «de tal modo que a par do Deus pessoal transcendente, se encontrava igualmente um soberano no Mundo»<sup>29</sup>.

O sociólogo alemão aborda ainda dois conceitos pertinentes nesta separação entre Ocidente e Oriente, quando fala da necessidade de redenção do ser humano através da racionalização: misticismo e ascetismo. Para o autor o asceta é um «indivíduo como

---

<sup>26</sup> WEBER, Max – *Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária*. 2006, p.224.

<sup>27</sup> WEBER, Max – *Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária*. 2006, p.225.

<sup>28</sup> WEBER, Max – *Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária*. 2006, p.225.

<sup>29</sup> WEBER, Max – *Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária*. 2006, p.227.

instrumento de Deus»<sup>30</sup>, de atitude condicionada pela metodologia da salvação religiosa e dá privilégio à acção. Por seu lado, o misticismo dá privilégio à contemplação pois acredita que o bem da salvação nada tem a ver com a acção e atitude do ser humano e nem tanto é vontade de Deus ou de Deuses. Ou seja, quanto mais alto o potencial de racionalização de cada indivíduo ou comunidade, maior é a sua proximidade com o ascetismo, enquanto que o misticismo, adopta uma atitude negativa face à racionalização. Esta atitude mística é fortemente encarada pelo Hinduísmo e pelo Confucionismo, religiões típicas do Oriente. Esta diferenciação parece ser a razão pela qual o Ocidente assiste a uma racionalização, ou seja, à modernização da sociedade e consequente secularização, enquanto que no Oriente isso não é visível, pelo menos para já.

POTENCIAL DE RACIONALIZAÇÃO			
DIMENSÃO DA RACIONALIZAÇÃO	ALTO	BAIXO	
<b>ÉTICA</b>	Domínio do Mundo: Cristianismo e Judaísmo	Fuga do Mundo: Hinduísmo	Religiões de Redenção. <sup>31</sup>
<b>COGNITIVA</b>	Contemplação do Mundo: Filosofia Grega	Adptação ao Mundo: Confucionismo	Imagens do Mundo cosmológico-metafísicas
	Ocidente	Oriente	32
	<b>ASCETICISMO</b>	<b>MISTICISMO</b>	

<sup>30</sup> WEBER, Max – *Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária*. 2006, p 211.

<sup>31</sup> Devoção como instrumento redentor que proporciona a salvação.

<sup>32</sup> ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite – “Weber e Habermas: Religião e Razão Moderna” in *Síntese Nova Fase*. V.21 N°64 (1994), p. 32.

Acima podemos analisar um quadro resumo dos factores apresentados por Weber em relação ao surgimento e permanência da secularização no Ocidente, estando a secularização associada a um potencial de racionalização alto.

Podemos observar que existe ainda mais um razão pela qual o Ocidente está relacionado com o ascetismo e por isso tem um potencial de racionalização mais alto. O facto de a Igreja Cristã ter tido um poder muito forte na Europa na Idade Média. O poder absoluto da Igreja e as suas ações nessa época levaram a um afastamento da Igreja e da religião e à reforma protestante, que como já vimos, é considerada por muitos um dos acontecimentos responsáveis pela entrada do Ocidente na modernidade. E uma vez que esse poder e domínio por parte da Igreja ocorreu apenas na Europa, nem a América nem a Ásia e nem a África assistiram a esta dominação, essa pode ser apontada como a causa pela qual os Estados Unidos da América e o Brasil têm vindo a apostar cada mais na religião e conseqüente, ressacralização, com a criação de novas Igrejas, mesmo na modernidade, enquanto que a Europa já não participa tão activamente nessa criação.

Apesar de ser um tópico que diz respeito a todo o mundo, a verdade é que a secularização desenvolveu-se sobretudo no Ocidente, por motivos que já indicámos, sendo um deles a modernidade e o Iluminismo. O Iluminismo surge como uma reacção face à dominação católica que se assistiu por toda a Europa na época Medieval. A opressão que muitos teóricos e autores<sup>33</sup> sentiam que estava a ser praticada pela Igreja levou ao desenvolvimento do Iluminismo e por sua vez ao processo de secularização. Nesta linha de pensamento podemos fazer uma comparação com o estado em que se encontra o Oriente, devido ao desenvolvimento fugaz do terrorismo e dos grupos terroristas em nome da religião. Assim, alguns pensadores defendem que que nos próximos anos o Oriente Islâmico entrará na «modernidade» como o Ocidente a designa, e será capaz de desenvolver a sua própria secularização e métodos para a coexistência pacífica entre todos os seus cidadãos.

Após toda esta análise em torno do desenvolvimento da secularização, podemos resumir então e defini-la como com um processo de longa duração importante para a vivência em sociabilidade, que, impulsionado pela modernidade e pela herança judaico-

---

<sup>33</sup> Entre outros, Erasmo de Roterdão ou, mais tarde, Immanuel Kant.

cristã, típica dos países do Ocidente, separa de forma natural a Igreja do Estado, deslocando assim a religião para o terreno privado e pessoal, considerando todas as formas de religiosidade, assim como a descrença e a irreligião. A secularização não pretende com isto impulsionar o fim da religião, mas «uma vez entendida a secularização como um processo de autonomia de diversos níveis legitimadores da sociedade, não é de pressupor-se o fim ou o resíduo da religião na tessitura social, mas apenas a sua relativização perante os restantes elementos de legitimação»<sup>34</sup>. A secularização dinamiza-se por via da garantia da liberdade religiosa de todos os seus intervenientes e quando colocada em prática ao nível da cidadania dá lugar à laicidade<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> FERREIRA, António Matos - Secularização in *Dicionário de História Religiosa de Portugal [P-V]*. 2000, p.196.

<sup>35</sup> Cf. FERREIRA, António Matos, Secularização in *Dicionário de História Religiosa de Portugal [P-V]*. 2000, p.196; BORGES, Anselmo - "Religião, religiões e diálogo inter-religioso" in *Revista Portuguesa de História*. t. XL (2008/2009), p.36; CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, pp.195-201.



## II. LAICIDADE

### II.1 Laicidade vs. Ateísmo vs. Anticlericalismo

Após a análise do conceito de secularização, será para nós mais claro seguir o estudo da laicidade. Contudo, antes de entrarmos no debate da laicidade, é necessário fazer a destriça entre todos os conceitos a ela associados, de forma a evitar equívocos e falácias, do mesmo modo que fizemos com a secularização: falemos então de laicidade, laicismo e laicização. A problemática da definição destes termos reside no facto de serem conceitos bastante recentes, com termos como Estado laico ou laicismo não aparecerem com muita frequência até aos princípios do século XX<sup>36</sup>, e como tal ainda não atingiram a sua forma final, pois ainda estão a ser trabalhados pelos críticos das áreas que fazem parte, o que gera muitas vezes desentendimentos, tanto entre os críticos e historiadores, assim como entre os próprios laicos.

Começando pelo termo laicismo, que estará muito na linha de secularismo que abordámos no capítulo anterior, é uma corrente ideológica e «surge como uma ideologia de combate, de militância, como forma de transformar a realidade e de instaurar uma outra ordem, rompendo com aquela considerada subordinada ao religioso e à autoridade eclesiástica como também se confunde com a percepção de um binómio conflituoso: clericalismo – anticlericalismo»<sup>37</sup>. Na sua aplicação o conceito ultrapassou a esfera da neutralidade e da indiferença, ao apelar para a necessidade de o ensino ministrar uma educação moral e social comum, e exigindo a partilha de ideias e valores comuns acerca do mundo e da mundividência que a acção activa do poder político teria de tornar hegemónica para se poder fazer cidadão patriotas e racionalistas<sup>38</sup>. Apesar de terem os dois conotações de negação face ao religioso, considerar o laicismo como sinónimo de ateísmo é errado pois como indicado o laicismo pretende uma hegemonia total da sociedade, sem relação qualquer com o religioso, ao passo que o ateísmo quebra todos os laços existentes com a religião e com o fenómeno religioso, mas através da liberdade e não da criação de uma sociedade comum. A laicidade também não pode ser acantonada

---

<sup>36</sup> Cf. CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p. 296.

<sup>37</sup> FERREIRA, António Matos - "Laicidade" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal [J-P]*, 2000, p.59.

<sup>38</sup> Cf. CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p. 302.

com o ateísmo pois «muitos dos seus defensores reconhecem a necessidade de transcendência expressa ao nível da ética social, chegando mesmo a destacar a função social da religião e das Igrejas, embora pressupondo a delimitação e a subordinação destas ao Estado, atribuindo a esta capacidade moral de integração e de todo social»<sup>39</sup>.

É neste sentido que laicidade e anticlericalismo andam de mãos dadas e parecem estar interligados de uma certa forma, e tem-no sido desde a consolidação do liberalismo. O anticlericalismo é um conceito relativamente recente, pelo seu uso oitocentista, que reflete uma atitude e uma ideologia que se opõe a tudo o que é clerical e à autoridade religiosa. Como é fácil de observar, o anticlericalismo distingue-se de laicidade pois ele toma uma postura de hostilidade aberta face ao mundo clerical enquanto que a laicidade apenas se foca na separação do Estado da autoridade religiosa. É este o ponto vital da distinção entre laicidade e anticlericalismo, a postura hostil tomada pelos anticlericais. A laicidade está interessada no diálogo e na liberdade religiosa, nenhum dos lados [Estado e Igreja] pode impor o que quer que seja um ao outro, ao passo que o anticlericalismo não tem esta posição pacífica, e muitas vezes no passado, como na Revolução Francesa e na Implantação da República de 1910 em Portugal, foram feitos alguns esforços para extinguir por completo o poder da Igreja e as suas ordens e instituições. Esta distinção é importante pois muito comumente os dois termos são confundidos como um só, e o anticlericalismo é um caminho fácil para a implantação da intolerância e da violência.

Por sua vez a laicização será o processo que promove «a libertação do estado dos seus nexos com as Igrejas e confissões religiosas, a fim de ser possível instituir, mediante um sistema de ensino obrigatório, gratuito e laico, uma orientação comum a todos o *laós*, ou melhor, a toda a Cidade»<sup>40</sup>, assim como «foi um processo mais complexo, pois contribui para gerar uma situação em que a religião e as suas instâncias organizativas se encontram em concorrência, seja com o Estado, seja com o mercado religioso»<sup>41</sup>. A verdade é que a própria laicização, e conseqüentemente a laicidade, não pode prescindir de parcialidade. A laicização pode ser ainda entendida como uma acepção da secularização «que traduz o processo de diferenciação estrutural e funcional das

---

<sup>39</sup> FERREIRA, António Matos - "Laicidade" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal [J-P]*, 2000, p.59.

<sup>40</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.301-2.

<sup>41</sup> FERREIRA, António Matos - "Laicidade" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal [J-P]*, 2000, p.60.

instituições»<sup>42</sup>, garantida pela autoridade política. A principal diferença entre secularização e laicização surge na medida que num Estado secular, continuam a ser declamadas palavras e orações com fundamentos religiosos em cerimónias e actos oficiais do Estado, como nos tribunais, a permanência do ensino confessional em escolas públicas, e na intervenção eclesiástica nos registos civis, enquanto que essas questões já não acontecem nos Estados laicos<sup>43</sup>. É o caso dos Estados Unidos da América, que apesar de ser considerado um Estado laico, ainda utiliza a *Bíblia* nos tribunais como parte do juramento. Em Portugal isso não acontece. Nos tribunais é sempre utilizado um juramento de honra, pessoal e sem referência a Deus ou à religião. Talvez até possamos afirmar que o Estado português, neste sentido, é um Estado laico enquanto que os EUA são um Estado secularizado.

Chegamos então ao termo principal do estudo deste capítulo: a laicidade. A laicidade é o resultado da secularização e pode ser definida como «a neutralidade do estado no que toca às crenças religiosas, ela também bramia armas contra o anticlericalismo, em prol de uma revolução cultural militantemente apostada no enraizamento dos direitos de cidadania»<sup>44</sup>. Definida sobretudo pela separação do Estado e da Igreja, a laicidade ao tornar o seu Estado e o seu ensino laico não pode ignorar as questões religiosas, pois ao ignorá-las não estará a separar-se da Igreja, está a rejeitá-la, e a laicidade não pode rejeitar nem excluir a religião, pois estas fazem parte das sociedades do Estado laico. Assim, colocando cada termo na sua esfera própria, a laicidade regula a participação da religião e das suas tradições sobre o Estado e a educação, ou seja, a esfera pública. A laicidade traz consigo a liberdade de escolha religiosa, possível com o ideal da secularização. Cada um é livre de escolher o caminho religioso que preferir, e isso inclui também o ateísmo e o agnosticismo, e o Estado não pode, jamais, interferir nessa escolha,

A laicidade desenvolve-se, pois, no panorama da cidadania e está mais directamente relacionada com a política do que a secularização e assim consegue por em acção o plano

---

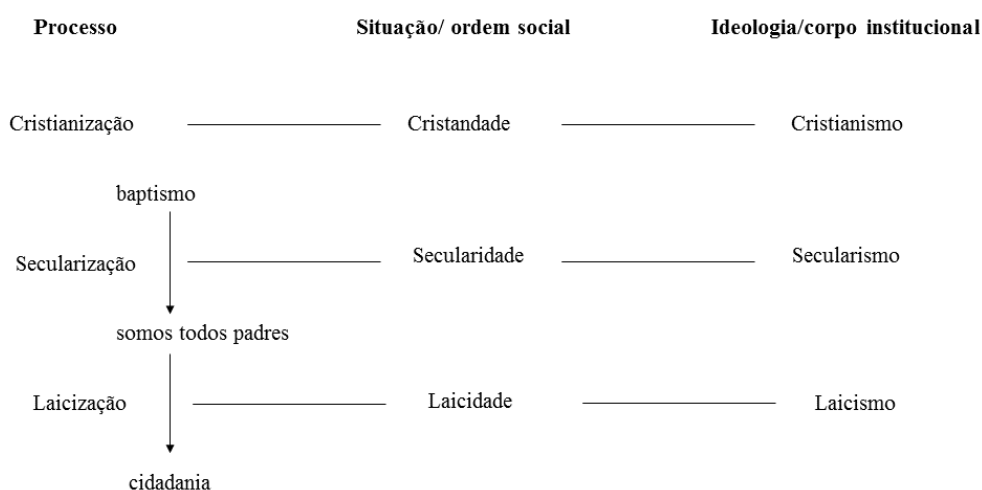
<sup>42</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.274; SANTOS, Luís Aguiar – “Recensões”. *Revista de História das Ideias*, volume 25. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2004, p.406.

<sup>43</sup> Cf. CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.406.

<sup>44</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.297.

desta última. Ao surgir a «laicidade foi logo inscrita nos programas políticos que desejavam acelerar o processo secularizador, sendo simultaneamente apresentada como o único caminho que conduziria à autonomia e à emancipação dos indivíduos e do viver comum»<sup>45</sup>. Tem o mesmo ponto de interesse que a secularização – a separação do Estado da Igreja – mas podemos dizer que é certamente mais activa e obtém resultados mais práticos que a secularização. Enquanto que a secularização é a teoria a laicidade é essa teoria posta em prática.

Podemos resumir as noções de secularização e laicização e todos os seus derivados no seguinte esquema:



46

Em Portugal acontece o que muitos chamam de uma «quase laicidade»<sup>47</sup> na medida em que por vezes, sobretudo no seu início, se confunde com anticlericalismo, antijesuitismo e anticongreganismo<sup>48</sup>, e apesar de a Separação do Estado da Igreja se ter dado em 1905, apenas em 2001, com a aprovação da Lei nº16/2001 se esclareceu melhor

<sup>45</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.310.

<sup>46</sup> Esquema apresentado na aula de História de Cristianismo Moderno e contemporâneo no dia 28 de Outubro de 2016, pelo professor Doutor António Matos Ferreira.

<sup>47</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.370.

<sup>48</sup> Cf. CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.370.

que «o Estado não adopta qualquer religião»<sup>49</sup>. Isto acontece, pois, em Portugal um país maioritariamente católico, tudo o que surgiu em jeito de «substituição» e que gerou afastamento da Igreja foi encarado como algo negativo e hostil,<sup>50</sup> pois as instituições religiosas e o clero estavam habituados a estar no panorama central político e social em Portugal, e esta passagem para outro plano nem sempre agradou. No entanto, na realidade, a laicidade surgiu em Portugal a favor do catolicismo. Os católicos desejavam que a laicidade lhes garantisse uma maior liberdade, na medida em que seriam independentes do Estado<sup>51</sup>. Há ainda um caminho longo a percorrer em Portugal na medida em que os conceitos de laicidade ainda se baralham com conceitos de anticlericalismo e laicismo, pois apesar de o Estado ser laico, os seus cidadãos, na sua maioria, não o são. O sociólogo português António Teixeira Fernandes afirma que no mundo Ocidental, e consequentemente, em Portugal, se observou uma passagem «da cristandade à secularização e desta ao secularismo. Se a cristandade reduzia toda a ordem temporal à religião, o secularismo converte a religião no temporal»<sup>52</sup>.

Concluindo, podemos então afirmar que a laicidade, tal como a secularização, existe não só para dar liberdade ao Estado, desatando-o da Igreja e das suas doutrinas, mas também para reduzir tensões e fomentar o diálogo inter-religioso, pois é função do Estado laico representar todos os que constituem a pluralidade religiosa e cultural da sociedade.

## **II.2 *Laicidade de incompetência e Laicidade de inteligência***

A verdade é que os processos de secularização e da laicidade não bloquearam a religião. Casos houve em que esta se reformulou e enriqueceu os seus campos e esferas. Em alguns casos recuou e perdeu a força que em tempos teve. Mas não permaneceu igual, para bem ou mal, ela mudou e nunca mais viria a ser a mesma, assim como os seus participantes e todos os que de certa forma estão próximos dela. Muitos decidiram crescer com a religião e aceitar a suas reformas e participar nesse seu melhoramento. Mas em

---

<sup>49</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.369.

<sup>50</sup> Cf. CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.376.

<sup>51</sup> Cf. FERREIRA, António Matos, “Laicidade” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* [J-P], 2000, p.65.

<sup>52</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.2.

muitos casos, a separação do Estado da Igreja trouxe consigo um certo desdém a tudo o que é religioso por parte de quem não é religioso. Por vezes, pensa-se que a religião não é importante e que quem opta por não ter esta dimensão na sua vida não quer ter nada a ver com ela, mas a verdade é que «o que os universos religiosos dizem de si são formas também de perceber e de lidar com a sociedade. Teologias, ritos, liturgias, devoções e manifestações religiosas não são elementos ao lado da sociedade, fazem parte dela»<sup>53</sup>.

É importante realçar que quando falamos de pluralidade religiosa nas sociedades ocidentais, e por sua vez, seculares, estamos a incluir a negação e a dúvida face ao divino e ao religioso, como o agnosticismo e o ateísmo. Neles residem também as possibilidades do existir social que transportam o debate, confronto e realizações. É nesta linha de pensamento que entra a laicidade e o seu grande desafio será estabelecer a convivência pacífica entre fé e razão, religião e ciência, entre Igreja e Estado, mas também entre as várias formas de religião existentes, não só nas sociedades ocidentais, mas em todo o mundo. A laicidade trabalha, assim, de forma a relacionar de forma pacífica a religião com a democracia, de modo a reduzir as tensões e proporcionar o diálogo inter-religioso.

A transformação dos Estados em Estados laicos deveria trazer consigo um sentimento de conforto e segurança junto dos demais cidadãos, das mais variadas religiões, visto que ao separar o Estado da Igreja (sobretudo da Igreja Católica) dá a oportunidade de existências a outras formas de religiosidade e até mesmo de irreligiosidade. No entanto, e como já vimos, a laicidade tem se confundido e misturado com anticlericalismo e ateísmo, e por vezes até se transforma em laicismo, tendo agido mais vezes contra a religião do que ao lado desta, mesmo que separadas. Muitos esperam que um Estado laico seja um Estado ateu e anticlerical e que elimine as formas de religiosidade dos seus cidadãos, e que a razão exceda, sempre e em todo o lugar, à fé. Nasce aí a intolerância, que é o oposto da ideia inicial de laicidade, e transforma-se em laicismo: «em nome da razão (incluindo a razão do Estado), e sobretudo da ciência – ou melhor, da sua exploração ideológica –, elas acabavam por usar e abusar de um conceito de verdade contrário ao cariz hipotético que esta possui no trabalho científico propriamente dito, apresentando-a com um ditado definitivo e absoluto»<sup>54</sup>. Esta

---

<sup>53</sup> CLEMENTE, Manuel e FERREIRA, António Matos – “Introdução geral” in *História Religiosa de Portugal: Religião e Secularização*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p.10.

<sup>54</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.325-6.

interpretação pouco rigorosa da laicidade como laicismo «deu azo a que com frequência a proclamada tolerância, se tivesse transformado em intolerância.»<sup>55</sup>

De acordo com Fernando Catroga, Émile Littré aplicou o termo laicidade para qualificar o Estado enquanto instituição religiosamente neutra<sup>56</sup>. É um «conceito amplo, ainda que utilizado correntemente para designar a autonomia social em relação ao contrato exercido pelas Igrejas e pelas religiões, entendida como dessacralização do real»<sup>57</sup>. Ou seja, a laicidade é a doutrina que separa a tradição religiosa das suas influências sobre a política e a educação, garantindo assim a independência dos dois lados (religioso e político). Cria-se então um Estado sem Deus, sem religião, mas é importante realçar que não se cria, e nem se poderia criar, uma Estado contra Deus nem contra a religião. Um Estado laico não é um Estado ateu nem anticlerical.

Mas o que aconteceu foi que a religião passou a ser tabu, um assunto desinteressante e por vezes catalisador de conflitos, e assim muitos evitam falar, não estando de todo interessados nesse diálogo, julgando que a separação do Estado da Igreja lhes garantia esse direito. Mas como vimos a laicidade não promove necessariamente, o afastamento total do mundo religioso. Os cidadãos dos Estados laicos, com o apoio desses mesmos Estados, podem manter ou descobrir ter o interesse em compreender todos os fenómenos que constituem, não só as suas sociedades, mas assim como o mundo. E a religião não pode jamais ser esquecida e esse esquecimento não pode ser impulsionado pelo Estado laico.

Por isso «é preciso passar de uma *laicidade de incompetência* – a religião não nos diria respeito – a uma *laicidade de inteligência* – é o nosso dever compreendê-la»<sup>58</sup>, e o ensino da religião apresenta-se como um meio eficaz para estabelecer essa laicidade de inteligência.

---

<sup>55</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.325-6.

<sup>56</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.299.

<sup>57</sup> FERREIRA, António Matos, “Laicidade” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* [J-P], 2000, p.59.

<sup>58</sup> DEBRAY, Régis – “O ensino do fenómeno religioso na escola laica: Relatório ao Ministro da Educação Nacional” in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões*. N16/17, Ano XI, 2012, p.25.

Muitos dos actos de violência e preconceitos face à religião, advêm de más concepções desta, por parte de indivíduos que não conhecem as religiões. Neste campo estão os não religiosos e os religiosos, que são igualmente capazes de agir de forma violenta contra as mais diversas religiões. Associar a violência apenas aos religiosos não é rigoroso, pois muitos não religiosos tem ideias face aos religiosos bastante preconceituosas. Talvez se tivessem o conhecimento correcto das manifestações religiosas e quais os seus propósitos não teriam tais ideias e nem agiriam de forma violenta.

Mas num mundo ocidental secular e laico, onde cada vez mais são os cidadãos não religiosos, como continua a manifestar-se a religião? Terão a secularização e laicidade de facto renovado as religiões e incentivado a tolerância? Veremos estas questões no próximo capítulo, pois «importa saber que religião retorna e como retorna»<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma). 2010, p.451.

### III. FÉ E RAZÃO

#### III.1 O Debate da Fé e Razão na sociedade contemporânea portuguesa

Com o desenvolvimento da secularização e da laicidade nas sociedades contemporâneas ocidentais, dentro das quais se inclui Portugal, a esfera do religioso mudou, o número de indivíduos que se auto intitula de ateus ou não religiosos aumentou e a Igreja perdeu a sua força no quotidiano dos homens, pois, como vimos a secularização trouxe consigo uma redefinição e reconstituição do religioso nas sociedades. É possível agora para os homens terem liberdade de escolha em termos de religião, mesmo que essa escolha seja a não religião. Mas «tanto as posições que sentenciaram a inevitável morte do sagrado, como as que cantam a involução do processo, pecam por excesso, pois esquecem-se que a secularização não é sinónimo de anti-religião, mas afirmação da autonomia do século»<sup>60</sup>. E a verdade é que «a secularização das bases, funções e finalidades da política moderna também fez irradiar novos halos de sacralidade, embora as suas justificações teóricas tendessem a não admiti--lo»<sup>61</sup>, e «mesmo nas regiões mais secularizadas da Europa Ocidental, parece assistir-se ao *regresso do sagrado*, surto que invalidará as previsões acerca da *morte de Deus* às mãos da auto-suficiência da razão humana e dos irreversíveis imperativos da história»<sup>62</sup>.

Muitos são os teóricos que afirmam termos entrado numa nova época, a pós-modernidade, época essa influenciada pela redefinição do campo religioso nas sociedades, e pela substituição das correntes religiosas tradicionais por outras correntes e substitutos laicizados. Baseando-se em autores como A. Touraine e Gilles Lipovetsky, António Teixeira Fernandes, afirma que o retorno do sagrado é no fim de contas um fenómeno típico do pós-modernidade, pois apesar de a ciência e a técnica responderem a muitas questões que o ser humano tinha a cerca da ordem do mundo, estas instâncias «não eliminam da vida humana as grandes interrogações existenciais»<sup>63</sup>, principal motivação pela busca do sagrado e, conseqüentemente, da religião, busca essa que lhes permite

---

<sup>60</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma). 2010, p. 453.

<sup>61</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma). 2010, p.97.

<sup>62</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma). 2010, p. 448.

<sup>63</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas* 2001, p.50-2.

encontrar a fé. Na pós-modernidade é a questão do sagrado que está em debate: considerando-se que o homem é um ser racional, reconhece-se a permanência do sagrado e o papel que o mesmo desempenha nas necessidades individuais e pessoais do homem.

Mas então qual o lugar da fé e da razão na sociedade contemporânea ocidental sem que entrem em conflito? Já foram realizados vários debates sobre esta temática. Um deles foi o debate entre o então Cardeal Ratzinger e o filósofo Jürgen Habermas, a 19 de Janeiro de 2004 na Academia Católica de Baviera em Munique. Deste debate resultou o livro *Dialética da secularização: sobre razão e religião*<sup>64</sup>, onde foram discutidas as contribuições da razão e da fé na estruturação do estado liberal, estruturante nas sociedades contemporâneas ocidentais. A obra, e consequente debate, está dividida em dois capítulos: o primeiro referente ao discurso de Habermas, intitulado *Fundamentos Pré-políticos dos Estados de Direito Democrático?* e o segundo, referente à resposta de Ratzinger, com o nome *O Que Mantem o Mundo Unido: Fundamentos morais pré-políticos de um estado liberal*. Nesta dissertação iremos apenas analisar as partes do debate que abordam a questão do conflito criado entre a fé e a razão nas sociedades contemporâneas com Estados liberais e como os intervenientes acreditam ser a forma de superar esse mesmo conflito.

Para além da sua presença em debates entre a fé e a razão, assim como o seu papel em questões de laicidade e tolerância, Habermas é um autor que interessa estudar também pela sua própria visão da religião ao longo da sua vida. Inicialmente, quando jovem filósofo, Habermas apresentava-se como ateu, a religião não lhe interessava e era algo a que se opunha. Anos mais tarde, podemos até dizer a meio da sua vida profissional como filósofo, Habermas deixou de mencionar a religião nas suas teses e ensaios, era algo que já não lhe dizia respeito. Por fim, no final da sua carreira profissional, assim como da sua vida, Habermas volta a falar da religião, desta vez de uma forma positiva, atribuindo-lhe importância no diálogo da moralidade nas sociedades contemporâneas e ocidentais.

Apesar de Habermas representar a razão e Ratzinger representar o lado da fé, ambos não descartam a importância dos dois domínios na sociedade, com Habermas a afirmar que a religião desempenha um papel importante na coesão social. Ambos concordam que as sociedades, na condição de pós-modernas, necessitam de reestruturar as suas políticas

---

<sup>64</sup> HABERMAS, Jürgen e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*. São Francisco: Ignatius Press. 2005.

e éticas para criar um espaço onde seja possível que a razão e a fé possam coexistir sem provocações e consequências negativas. Tanto o filósofo como o Cardeal concordam que vivemos num época e sociedade pós-secular, e que é urgente aprendermos com os dois lados da moeda – razão e fé – ressaltando ainda a importância da definição da auto-limitação desses mesmos lados. Mas Habermas destaca um ponto chave da pós-modernidade: ela concentra-se no entendimento de que a razão crítica muitas das vezes se transformou em algo autodestrutivo intelectualmente, usada em ações negativas, sendo muitas vezes importante que neste campo entrem as questões religiosas.<sup>65</sup>

Na secção *Secularização como um processo de aprendizagem duplo e complementar* o filósofo alemão expõe finalmente a necessidade de se estabelecer um relacionamento comum entre a razão e a religião e o que começou a ser visível por influência da metafísica grega que foi capaz de produzir de forma intelectual dos dogmas religiosos e da helenização da Cristandade do mesmo modo que Weber apresenta a influência do mundo clássico para a secularização do Ocidente, como vimos no capítulo I - Secularização. Habermas expõe aqui o conceito de sociedade pós-secular e a sua importância para a contemporaneidade ocidental. Nas sociedades pós-seculares o Estado tem de saber lidar e reconhecer todas as identidades culturais dos seus cidadãos, porque tal como já foi referido diversas vezes, a religião, enquanto conceito antropológico, não vai cessar e vai continuar a existir no futuro, uma vez que a busca pelo transcendente e pelo absoluto é uma necessidade do Homem. Assim, os Estados pós-seculares reconhecem publicamente que as manifestações religiosas são importantes na sua contribuição recorrente nas motivações e atitudes consideradas socialmente aceitáveis<sup>66</sup>. O estado tem de saber lidar e dialogar com todas as fontes culturais e religiosas que englobam todos os seus cidadãos, de forma a criar a tão importante solidariedade. «Se ambos os lados concordarem em entender a secularização da sociedade como um processo de aprendizagem complementar, então ambos os lados terão também razões cognitivas para levar a sério a contribuição de cada um no debate público de tópicos controversos»<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> Cf. HABERMAS, Jurgen e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*. 2005, p.37.

<sup>66</sup> HABERMAS, Jurgen e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*, 2005, pp.43-7.

<sup>67</sup> HABERMAS, Jurgen e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*, 2005, p.47.

Na última parte do discurso de Habermas, *Como deviam relacionar-se os cidadãos religiosos*, este refere a importância do Estado político liberal incluir todos os interesses da comunidade religiosa no seu seio, por ele ser de carácter universalista. É importante que o estado e a política incentivem a tolerância e o respeito mútuo, entre crentes e não crentes e também entre crentes de várias comunidades religiosas, de forma a conseguirem sustentar as sociedades ditas plurais. O diálogo entre todos é importante e todos ocupam um lugar autónomo nas sociedades. Continuar a achar que haverá sempre conflito entre fé e razão resulta de uma percepção que insiste em tratar as verdades da religião como irracionais ao invés de segmentar e ver que na religião não entra a razão, mas sim a fé. As verdades da religião não têm de ser verdades racionais, nem irracionais, porque não são absolutas. São verdades interiores de cada seio religioso. «A verdade é que tais teses acabam por se alicerçar numa antropologia em que a condição humana fica excessivamente reduzida à sua dimensão racional, o que empobrece a compreensão das suas múltiplas expressões históricas. Além disso, esquecem-se que uma mentira ou uma ilusão, fideisticamente acreditadas, funcionam como verdades»<sup>68</sup>. A fé e a razão ambas assumem verdades. «Um dos maiores equívocos da cultura positivista do século XIX – por atribuir à pesquisa científica a função de encontrar e definir a verdade – foi considerar que a ciência, enquanto actividade intelectual, destruiria as crenças e substituiria as práticas religiosas»<sup>69</sup>. A ciência nunca pode substituir a fé, assim com a fé nunca poderá substituir a razão. Ambas são necessárias nos seus campos específicos e o importante é que aprendam a coexistir e a entenderem-se uma com a outra. Saber quando dar espaço e quando crescer.

Quando entramos no discurso de Joseph Ratzinger, fica claro, sobretudo no primeiro tópico, *Poder e Lei*, que a razão e a religião têm limitações por igual, sendo que nenhuma é superior à outra. É dado neste tópico o exemplo do combate ao terror por parte das duas instâncias, e conseguimos observar que Habermas e Ratzinger entram de novo em acordo com a afirmação que a razão e a religião deveriam entender primeiro as suas limitações e relembra-las uma à outra, encorajando assim um caminho positivo na conquista da paz e aniquilação do terror.

---

<sup>68</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p. 98.

<sup>69</sup> SANTOS, Luís Aguiar – “A dinâmica do universo religioso português” in *História Religiosa de Portugal: Religião e Secularização*, vol. 3, 2002, p.499.

O então Cardeal Ratzinger apresenta neste debate duas teses para o posicionamento da religião na era secular. Em primeiro lugar, afirma que é urgente usar a razão como mecanismo de controlo para regular o funcionamento da própria religião, assim como os seus fanatismos e extremismos: «A religião deve permitir continuamente que ela própria seja purificada e estruturada pela razão»<sup>70</sup>; contudo a razão tem de aprender a ouvir as grandes tradições religiosas do mundo através da humanidade, pois «há uma *hubris* na razão que não é menos perigosa»<sup>71</sup>, se a razão se põe completamente de lado e rejeita a vontade de aprender com o outro, as relações entre razão e fé tornam-se destrutivas. Elas precisam uma da outra e necessitam igualmente de reconhecer essa necessidade mútua. A razão tem de reconhecer os seus limites e ouvir os religiosos e crentes para criar uma ética universal em que os valores humanos prevalecem<sup>72</sup>. Em segundo lugar, a importância da interculturalidade a que a nossa sociedade assiste na contemporaneidade. A fé cristã e a racionalidade secular ocidental desempenham o papel de mediadores desta interculturalidade e têm de agir em conjunto, pois são as maiores forças culturais, mas não podem nunca esquecer as outras realidades culturais que existem na sociedade ocidental actualmente, em resultados dos movimentos migratórios. Eles têm acima de tudo, de aprender a ouvir, a aceitar e respeitar todas as componentes das outras culturas. Ou seja, esta é uma discussão, que apesar de ocorrer entre domínios Ocidentais – fé cristã e razão do estado democrático secular – é uma discussão universal que diz respeito a todos os povos, culturas e religiões<sup>73</sup>.

Neste debate, as sociedades ocidentais contemporâneas, definidas como pós-modernas e pós-seculares, são perspectivadas como reconhecendo a fé e a razão como instâncias igualmente legítimas, enquanto que nas sociedades pré-modernas se assistia a uma primazia da fé e da religião, e nas sociedades modernas assistiu-se ao apogeu da razão e da ciência. Assim, ao vivermos num mundo pós-moderno e pós-secular, aqueles autores apontam para a urgência de se criar os alicerces para incentivar a mútua

---

<sup>70</sup> HABERMAS, Jürgen e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*, 2005, p.77.

<sup>71</sup> HABERMAS, Jürgen e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*, 2005, p.78.

<sup>72</sup> Cf. HABERMAS, Jürgen e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*, 2005, pp.77-8.

<sup>73</sup> Cf. HABERMAS, Jürgen e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*, 2005, pp. 79-80.

convivência destas duas instâncias que levará ao diálogo que por sua vez levará à tolerância. Mas apesar de o mundo e as sociedades serem pós-modernas e pós-seculares será que os seus cidadãos também serão? Estará a teoria a par com a prática nas sociedades Ocidentais, e designadamente, em Portugal?

### **III.2 O lugar da Fé e da Razão na sociedade contemporânea portuguesa**

É na sequência do estudo da secularização quantitativa, e de igual modo da tese suave da secularização, que vamos tentar compreender como se manifesta a religião nas sociedades Ocidentais, e mais especificamente em Portugal.

Se a secularização e a laicidade trouxeram consigo para as sociedades a hipótese da mutação religiosa, do chamado *bricolage*<sup>74</sup> e da não religião, afinal em que creem os cidadãos? «A grande questão relativa à religião é geralmente definida em termos de fé»<sup>75</sup>, pelo que o papel da fé na vida do indivíduo é sempre para lhe dar como «verdadeiras certas realidades metafísicas» e «traduz-se sempre em práticas religiosas»<sup>76</sup>. A necessidade da fé a nível pessoal em primeiro lugar aplica-se a toda a religiosidade inclusive à religiosidade cristã primitiva. Muitas das vezes esta *bricolage* e consequente nova recomposição do campo religioso é feita em voga dos interesses individuais e nem sempre face ao transcendente. O que é preciso ter em conta é que a religião é adaptada em paralelo ao crescimento do homem e das suas necessidades num todo, mais amplo e mais absoluto. Abordaremos mais detalhadamente esta questão no capítulo seguinte.

É exactamente na questão da fé que a maioria das divergências surgem em relação à religião. Pensa-se de facto que a fé leva as pessoas a acreditarem em mitos e irrealidades extremas, sem nunca observarem a necessidade que por detrás dessa necessidade existe. As verdades fideísticas não são verdades racionais, mas com isso não deixam de ser verdade. A verdade religiosa dá resposta a questões humanas, que muitas vezes carecem de resposta, mesmo existindo a ciência. Daí a religião e a necessidade pelo transcendente

---

<sup>74</sup> Termo utilizado por vários autores nomeadamente Eduardo Prado Coelho, Zepeda, Catroga, Taylor, etc. Refere-se à religião feita à medida para cada indivíduo e não a nível social. Utiliza-se também o termo religião *à la carte*.

<sup>75</sup> TAYLOR, Charles – *A Era Secular*. Lisboa: Instituto Piaget. 2007, p.16.

<sup>76</sup> BORGES, Anselmo - "Religião, religiões e diálogo inter-religioso" in *Revista Portuguesa de História*. t. XL (2008/2009), p.25.

e o absoluto nunca virem a cessar completamente, na medida em que as entendemos como realidades antropológicas. Faz parte do ser humano esta necessidade, pois sendo racional, o homem é também um ser religioso. Por isso é fácil observar porque o religioso nunca saiu na totalidade dos quotidianos dos cidadãos europeus, os ditos seculares. O aumento do conhecimento e o acesso a mais informação faz com que os homens queiram escolher o que trazer à sua vida e esfera individual, em face daquilo que até agora foi imposto. A pluralidade social criada com a secularização, e cada vez em maior crescimento com a globalização, faz com que existam mais formas de pensar, de agir, de viver. Assim não satisfeitos com o que lhes é actualmente oferecido, podem escolher aquilo em que pretendem acreditar e praticar, e cria-se assim a tal religião *à la carte*<sup>77</sup>. As religiões actuais não conseguem dar resposta a todas as questões e necessidades humanas, e a religião apesar de praticada socialmente, tem cada vez maior significado individualmente e por isso existe uma necessidade extra de ir buscar outros elementos a outras religiões ou até mesmo a outras áreas, que respondam e preencham a necessidade humana pelo transcendente. Umberto Eco pronunciou-se sobre este assunto afirmando que «se entrarmos nas livrarias italianas, até naquelas que dantes eram conhecidas como de *esquerda*, podemos encontrar nas estantes onde apareciam os textos de Lenine e de Mao as obras das casas editoras especializadas em hermetismo, cabala, tarots e espiritismo»<sup>78</sup>. Isto acontece, porque o desenvolvimento da pós-modernidade foi marcado pela recomposição do sagrado, e pela possibilidade de se construir uma religião sem Deus, onde também tem lugar, de acordo com autores como João Duque, o regresso a um «mítico politeísta pagão»<sup>79</sup>.

Curiosamente, e como iremos observar essa busca é feita sobretudo através do espiritismo e de aspectos religiosos arcaicos, destacando-se o Yoga, o Reiki, a astrologia, as medicinas holísticas e outras práticas mais espirituais<sup>80</sup>. Podemos também incluir aqui o culto ao futebol existente em Portugal. Apesar de não se manifestar claramente como

---

<sup>77</sup> Ver nota 74.

<sup>78</sup> ECO, Humberto e MARTINIS, Carlo Maria – *Em que crêem os que não crêem? Um diálogo sobre a ética no fim do milénio*. Rio de Janeiro: Editora Record. 1999, p.41.

<sup>79</sup> DUQUE, João Manuel - “Ambiguidades da secularização entre modernidade e pós-modernidade” in *Comunicação & Cultura*, nº11 (Primavera-Verão 2011), Lisboa: 2011, p.25.

<sup>80</sup> Cf. CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.457; FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora. 2001, p.2 e p.7.

uma religião, acaba por ser indirectamente ligado a esta necessidade da busca pelo transcendente, como que por processo de osmose e sincretismo. As motivações que levam parte considerável dos adeptos de futebol a serem-no em relação a um clube específico são idênticas às que levam a um crente a fazer parte de uma determinada religião, estando associados sobretudo valores geográficos, de pertença e identidade familiar e social, e identificação com os membros daquela comunidade. Ao questionar muitos adeptos dos vários clubes de futebol portugueses, porque são adeptos daquele clube de não e outro, principalmente quando é um clube que não conta com grandes vitórias, muitos alegam que é o clube que os pais pertencem, ou que é o clube da sua cidade, e por vezes é o clube que a maioria dos amigos faz parte. Na religião isto também se sucede. A religião é muitas vezes passada de geração em geração, associada à cidade que habitam. Igualmente, a necessidade de assistir a todos os jogos do club, não é diferente da necessidade de ir à missa ou participar no culto da sua religião, ambos encaram isso como o seu dever de adepto e de religioso, como se de um ritual se tratasse. Queremos com isto mostrar que a necessidade de crer em algo transcendente e absoluto, é próprio do ser humano. O exemplo do futebol é muito evidente no caso de Portugal, mas podemos também mencionar a associação a causas ambientalistas, de regulação alimentar e muitos outros desportos e hobbies e causas activistas.

Referente ainda a esta necessidade do ser humano pela busca do transcendente de forma não tradicional, António Teixeira Fernandes fala de *neopaganismo* na nossa sociedade, baseado no argumento de Max Weber - «cada indivíduo é que deve decidir quem é para ele Deus e quem é o demónio»<sup>81</sup> - onde de facto ocorre uma substituição dos Deuses e dos demónios, na esfera da vida social e individual do homem contemporâneo ocidental, por aspectos da vida quotidiana. O Deus já não é o Deus tradicional, que todos vêem no céu, mas passa a ser um Deus não tradicional, laicizado e por vezes mais materialista, associado às questões mundanas da vida do homem contemporâneo – dinheiro, sucesso, sexo, alimentação, entre outros.

Do mesmo modo o abandono das práticas religiosas ditas comuns e organizadas é compensado por um correlativo desenvolvimento de seitas e de movimentos religiosos. Não será a religião, em si mesma, que estará em causa, nem sequer a crença numa ordem

---

<sup>81</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p. 9.

de transcendência, mas unicamente as religiões históricas e as formas de crer<sup>82</sup>. Assim podemos observar que uma eventual queda das práticas religiosas organizadas não se traduz necessariamente em ateísmo, apenas noutras formas de estar e de ser religioso, pois «a secularização não significa necessariamente um distanciamento de Deus, mas a condição de uma outra relação com o divino»<sup>83</sup>.

Tendo isto em conta, e de forma a procedermos à análise do lugar da fé e da razão na sociedade portuguesa contemporânea e, mais especificamente, da situação religiosa portuguesa actual, vamos utilizar como fonte principal o relatório *Being Christian in Europe*, levado a cabo pela Pew Research Center, apresentado em Maio do presente ano de 2018. Quando este estudo foi lançado publicamente, muitos dos cabeçalhos dos jornais face ao mesmo reportavam-se apenas ao facto de os portugueses serem os europeus que mais falam com Deus, criando à primeira vista um distanciamento de todos os outros aspectos importante que este estudo aponta<sup>84</sup>. Com este cabeçalho os jornais promoveram uma imagem pouco rigorosa e incompleta do modo como a religião funciona e se manifesta em Portugal, correndo mesmo o risco de incentivar comentários negativos por parte dos leitores que apenas leram os cabeçalhos em causa, nas redes sociais, como se observou na secção de comentários da notícia no Facebook, das páginas oficiais do *Jornal Expresso* e do *Jornal Público*<sup>85</sup>.

Passando então à análise, este estudo mostra que entre os 15 países sondados<sup>86</sup>, Portugal é o país considerado como o mais religioso, por ter um maior número de cristãos,

---

<sup>82</sup> Cf. FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.xviii.

<sup>83</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.3.

<sup>84</sup> <https://expresso.sapo.pt/sociedade/2018-06-01-Maioria-dos-portugueses-diz-que-fala-ou-comunica-com-Deus#gs.vy8skMA>, publicado a 1 de Junho de 2018. Consultado a 13 de Outubro de 2018; <https://www.publico.pt/2018/05/30/sociedade/noticia/portugueses-sao-os-europeus-que-mais-acreditam-que-deus-fala-com-eles-todos-os-dias-1832751>, publicada a 30 de Maio de 2018. Consultado a 13 de Outubro de 2018.

<sup>85</sup> Facebook Público: *Retrato de uma Europa com crenças profundamente arreigadas na religião num estudo do Pew Research Center* <https://bit.ly/2CQmK0E>, publicado a 30 de Maio de 2018; Facebook *Jornal Expresso*: *Estudo revela que Portugal é o país onde mais pessoas se assumem como cristãs, entre 15 nações analisadas num estudo da Pew Research* <https://bit.ly/2Ayz5Vr>, publicado a 1 de Junho de 2018.

<sup>86</sup> Os países sondados para o relatório em questão foram a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, Finlândia, a França, a Alemanha, a Irlanda, a Itália, a Holanda, a Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça e o Reino Unido, grupo de países que o estudo intitula de Western Europe (Europa Ocidental).

tanto praticantes como não praticantes, crentes em Deus<sup>87</sup>. Apenas 15% dos portugueses pertence ao grupo a que o estudo chama de *unaffiliated* ou *nones*<sup>88</sup>, sendo que desses 15% apenas 5% se consideram ateus.

Procedendo então a uma comparação acessível entre os dados deste relatório com os dados do inquérito de 2002 da *European Social Survey*, que Catroga apresentou no livro *Entre Deuses e Césarés*<sup>89</sup>, observamos que este último dividia os indivíduos portugueses em três grupos: o primeiro grupo – os *crentes nucleares* – representavam 43% da população portuguesa; ao passo que o segundo grupo – os *católicos nominais* – estão em maior número, com 46%; por sua vez os ateus convictos ou os *non-believers*, representavam apenas 3-4% da população portuguesa, número praticamente idêntico ao do Pew Research Center. O estudo indicava que o grupo dos *crentes nucleares* são aqueles que tem uma visão mais tradicional e mais presente nas classes baixas, associadas a trabalhos pecuários, sobretudo no Norte. São essencialmente idosos, com baixo nível de escolaridade, que têm posições negativas face ao casamento homossexual, ao aborto, às relações pré-matrimoniais, à clonagem e à eutanásia. Por sua vez, os católicos nominais, com um ponto de vista mais tolerante, é um grupo constituído maioritariamente por jovens, sobretudo homens solteiros e com escolaridade alta, em maior número na região de Lisboa e Vale do Tejo. Tem uma prática religiosa baixa e são apologistas da secularização. Tem uma posição mais positiva face ao casamento homossexual, às relações pré-matrimoniais e no que toca à eutanásia, desde que seja por escolha do paciente. A sua posição face ao aborto é positiva apenas nos casos de deficiência comprovada e são contra a clonagem. Por fim o grupo dos *non-believers*, tem maior escolaridade e são principalmente homens de classe média da zona de Lisboa e Vale do Tejo. São completamente indiferentes a assuntos religiosos e aceitam por completo o casamento homossexual, as relações pré-matrimoniais, o aborto e a eutanásia<sup>90</sup>. Podemos relacionar os crentes nucleares apresentados no estudo da *European Social Survey* com aqueles que o estudo da Pew Research Center considera *cristãos que vão à missa*

---

<sup>87</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p. 35.

<sup>88</sup> Os *unaffiliates* ou *nones* são os indivíduos que se definem como ateus, agnósticos ou sem ligação com a religião.

<sup>89</sup> Cf. CATROGA, Fernando – *Entre Deuses e Césarés: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, pp. 424-31.

<sup>90</sup> CATROGA, Fernando – *Entre Deuses e Césarés: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, pp. 425-8.

(*Church-attending christians*), que representam 35% dos portugueses inqueridos, ao passo que os católicos nominais são representados pelos *crístãos não praticantes* (*Non-practicing christians*), representando 48% dos portugueses inquiridos. Assim, podemos observar, de uma forma não linear que o número de católicos não praticantes tem vindo a aumentar nos últimos anos, sendo que os portugueses optam por não abandonar a sua religiosidade, distanciando-se apenas da prática.

O estudo da Pew Research Center comprova que em toda a Europa ocorre desde 2002 (data da última sondagem) um decréscimo no número de adultos cristãos, e Portugal não é excepção. Desde 2002 que a percentagem de cristãos em Portugal passou de 84% para 72%. Mesmo assim, Portugal é o país sondado que apresenta maiores percentagens entre os adultos a demonstrarem maior orgulho em serem cristãos, com cerca de 93%<sup>91</sup>. Nesta linha de pensamento, os portugueses em maioria estão de acordo que para ser-se português é necessário ser-se cristão<sup>92</sup>, e assim, a maioria dos portugueses partilha da mesma identidade religiosa<sup>93</sup>, não tendo grande contacto com outras religiões.

Dos portugueses considerados *nones*, 74% foram criados no seio da religião cristã, tendo optado por não fazer mais parte desta ao longo da vida<sup>94</sup>. As razões apresentadas pelos europeus para o seu afastamento da religião cristã são o afastamento gradual da religião, o desacordo com as posições da religião em questões sociais, o facto de terem deixado de acreditar nos ensinamentos da religião, insatisfação com os escândalos que envolvem líderes e instituições religiosas, necessidades espirituais que não são correspondidas pela religião, o facto de a religião ter-lhes faltado em algum momento na sua vida, e terem casado com alguém de outra religião. Tanto os europeus como os portugueses apresentam o afastamento gradual da religião e o desacordo com as posições religiosas em assuntos sociais como as principais causas para deixarem de ser cristãos. Diferencialmente do que acontece na Europa, em Portugal a terceira razão para os portugueses terem abandonado a religião cristã é a insatisfação por parte dos portugueses pela Igreja face a escândalos envolvendo líderes e instituições religiosas<sup>95</sup>. Com isto, é fácil entender que Portugal é o país que apresenta uma visão mais negativa face à Igreja

---

<sup>91</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.53.

<sup>92</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p. 56.

<sup>93</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.63.

<sup>94</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.40.

<sup>95</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), pp.41, 87.

e às instituições religiosas de entre todos os países europeus constituintes do estudo em questão. Mais de metade dos adultos portugueses inquiridos afirma que as Igrejas dão demasiada importância a regras e estão demasiado preocupadas com dinheiro e poder. Contudo Portugal é o país em que os adultos mais acreditam que as Igrejas protegem e fortalecem a moral na sociedade<sup>96</sup>.

Esta importância conferida aos valores da Igreja e o afastamento desta quando os valores são destruídos e apresentam formas negativas, pode estar em relacionado com a forte presença da Inquisição em Portugal no passado, criando assim um sentimento de repulsa por parte dos portugueses quando associam as Igrejas a estes actos. Mas poderá também estar em causa a forte presença da Igreja em assuntos sociais e individuais nos dias de hoje, com os portugueses a quererem receber as atitudes positivas por parte das Igrejas que elas próprias esperam e exigem dos seus seguidores. Os portugueses são também o grupo que menos conotações negativas atribui à religião, tendo a menor percentagem de adultos que concordam que a religião faz mais mal do que bem e que a ciência torna a religião desnecessária nas suas vidas, assim é o país que apresenta maior positividade face à religião, em comparação com os outros países sondados<sup>97</sup>.

Com isto em mente, é fácil compreender a razão pela qual Portugal é o país com maior percentagem de adultos considerados *nones* que acreditam em forças superiores e espirituais, e até mesmo no Deus bíblico, sendo que muitos destes portugueses não vão à missa, mas expressam uma espiritualidade diferente de todos os outros *nones* da Europa. Ainda neste ponto, Portugal é também a grande excepção europeia no que diz respeito à sua religiosidade e espiritualidade, com a maioria dos adultos portugueses a afirmarem-se como tanto religiosos como espirituais. A tendência europeia é a afirmação por parte dos adultos de não se identificarem nem como religiosos nem como espirituais. Portugal está assim mais perto do ponto de vista dos Estados Unidos da América onde também prevalece a afirmação que a maioria dos adultos é tanto religioso como espiritual<sup>98</sup>. Neste ponto é importante referir a conclusão dada pelo sociólogo António Teixeira Fernandes na sua obra *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, ao indicar que aqueles que abandonam a prática religiosa católica em Portugal, mas mantêm ideais e valores são o que «se encontram mais próximos da Igreja e mais distantes do puro

---

<sup>96</sup> PEW RESERACH CENTER (2018), pp.140, 145.

<sup>97</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), pp.130-2.

<sup>98</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), pp.99, 119-22.

secularismo»<sup>99</sup>, sendo este grupo aquele que terá maior tendência a aderir a religiões alternativas, sobretudo de origem oriental<sup>100</sup>. Aqui podemos confirmar, a nível do nosso país, a razão pela qual a secularização não se traduz apenas em ateísmo e irreligião, como temos vindo a indicar ao longo desta dissertação. O afastamento das práticas religiosas, não quer dizer que haja também um afastamento da religião, há apenas uma deslocação das bases religiosas para outros campos.

No que se refere a essa deslocação das bases religiosas e das crenças, hábitos e práticas espirituais, Portugal é o país onde mais adultos acreditam que possuem uma alma juntamente com um corpo físico e que tem uma ligação a algo não visível e não científico<sup>101</sup>. São também aqueles que mais acreditam no destino, na reencarnação, no mau-olhado e que mais praticam a meditação. A Espanha é o país onde mais se acredita na astrologia, na presença de energia espiritual em matérias físicas e também, como em Portugal, onde mais se pratica a meditação. Assim podemos observar que os países da Península Ibérica são os países que estão mais associados a crenças, hábitos e práticas espirituais<sup>102</sup>. Isto poderá ser associado à forte contribuição cultural e religiosa que a Península Ibérica recebeu por parte dos árabes, mas também através do colonialismo em África, na América e na Ásia, e com a vinda de escravos e povos dos países colonizados, com portugueses e espanhóis a assimilarem assim algumas das práticas e costumes.

Baseando-nos novamente no estudo de António Teixeira Fernandes, podemos comprovar assim o que ele indica, que em Portugal existem três grupos de indivíduos no que diz respeito às suas práticas religiosas. São considerados dois grupos no que toca ao nível de afastamento dos portugueses da religião; aqueles que abandonam toda a prática religiosa, mas mantém algum tipo de crença; e aqueles que não abandonam na totalidade a prática religiosa nem a sua crença em Deus e no transcendente e absoluto. Contextualizando com o estudo da Pew Research Center, estes dois grupos estão fortemente associados aos *nones* e aos *cristãos não praticantes*, respectivamente. Assim, estes grupos são os que estão mais próximos de outras formas de religiosidade, como as que vimos anteriormente. Teixeira Fernandes afirma, baseado nos hábitos destes grupos,

---

<sup>99</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.6.

<sup>100</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.6.

<sup>101</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.125.

<sup>102</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), pp. 134-6.

que «quanto mais a religião é esquecida, também mais despertam as antigas superstições e entram em voga os cultos esotéricos»<sup>103</sup>. O terceiro grupo são os que abandonam na totalidade a religião, vivendo num estado de *indiferença*, e assim estão mais pertos do secularismo<sup>104</sup>. Este grupo representa os ateus, que em Portugal são representados por uma percentagem bastante pequena.

No que se refere à relação com outras religiões, nomeadamente o Judaísmo e o Islão, na Europa, regra geral, há um maior conhecimento da religião islâmica do que da religião judaica, estando Portugal em concordância com esta taxa. Contudo, Portugal é o país onde as pessoas conhecem menos judeus e muçulmanos, estando muito abaixo da média europeia. Em Portugal 31% dos adultos afirma conhecer muçulmanos ao passo que a média europeia é de 67%. As percentagens baixam ainda mais no que se refere ao Judaísmo, com apenas 17% dos portugueses a afirmarem que conhecem judeus, contra a média europeia de 39%<sup>105</sup>. Mas mesmo sem grande conhecimento da religião islâmica e de muçulmanos (ou talvez por essa mesma razão), Portugal é o país onde mais se aceita que as mulheres muçulmanas usem a roupa religiosa que pretenderem, com uma percentagem a favor de 52%, face à média europeia de 26%<sup>106</sup>. Podemos encarar esta atitude tolerante por parte dos portugueses de duas formas: ou de facto pela falta de conhecimento do Islão e por isso não estão tão habituados a verem mulheres com os trajes típicos muçulmanos; ou pelo facto de os portugueses serem o grupo europeu, dos 15 analisados, mais cristão e religioso e por isso conseguirem compreender de uma forma positiva a necessidade e a importância no uso de roupas religiosas. Do lado oposto está a Itália como o país mais intolerante no que diz respeito ao direito das mulheres muçulmanas de escolha em relação à roupa.

Portugal está relativamente de acordo com a média europeia no que diz respeito à aceitação de judeus e muçulmanos na sua família, estando ligeiramente acima da média no que se refere a muçulmanos e a ligeiramente abaixo da média no que se refere aos Judeus<sup>107</sup>. Em toda a Europa os *nones* que foram criados como cristãos apresentam

---

<sup>103</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.7.

<sup>104</sup> Cf. FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.8.

<sup>105</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.62.

<sup>106</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.67.

<sup>107</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.64.

atitudes mais tolerantes em relação a outras religiões, do que os próprios cristãos e do que os *nones* que nunca tiveram influência cristã nas suas vidas. De acordo com o Estudo, em Portugal não existem dados suficientes em relação aos *nones* que não foram criados como cristãos, mas sabemos que 90% dos que foram criados como cristãos apresentam uma atitude de aceitação face a um muçulmano ser seu vizinho<sup>108</sup>.

No que se refere à escala *NIM* (*Nationalism, Anti-Immigration, Anti-Minority*) Portugal tem uma pontuação de 3.5, numa escala de 0 a 10 (quanto maior o valor, maior o sentido de nacionalismo, de anti-imigração e anti-minorias). O país com a pontuação mais alta é a Itália, com cerca de 4.1, enquanto que o país com uma pontuação mais baixa é a Suécia com 1.2. O estudo afirma que os cristãos, quer praticantes quer não praticantes, tem uma maior probabilidade do que os *nones* de terem mais de 5 na escala de *NIM*<sup>109</sup>. Contudo, face a questões de imigração, Portugal é o segundo país com a percentagem mais alta de adultos que acha que o número de imigrantes deveria aumentar (o primeiro é a Noruega). Assim, Portugal está abaixo da média europeia no que diz respeito ao decréscimo de imigrantes, com uma percentagem de 29% face à média europeia de 38%<sup>110</sup>. Apesar de Portugal ter uma taxa positiva no que toca à aceitação da emigração e assim, indiretamente, de minorias, o valor da escala de *NIM* de Portugal pode explicar-se sobretudo com base no sentido nacionalista que os portugueses possuem<sup>111</sup>.

Portugal é o terceiro país com menor percentagem de indivíduos adultos que acreditam que os ensinamentos de algumas religiões promovem a violência, com uma percentagem de apenas 19%. Ainda neste ponto, Portugal é também um dos países com menor percentagem no que se refere a adultos que acreditam que o Islão é o maior promotor de violência entre as religiões, com apenas 9%. Portugal é também o país com menor percentagem de pessoas que acredita que o Islão é incompatível com a cultura e as crenças do país, apesar de ser o país com maior taxa de nacionalismo, sendo assim a exceção à regra do estudo, que indica que quanto mais nacionalistas são os indivíduos mais sentimentos negativos face a minorias têm. No que toca a estereótipos dentro das

---

<sup>108</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.65.

<sup>109</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), pp.75-80.

<sup>110</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.58.

<sup>111</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.52.

religiões, os portugueses são os que mais concordam com frases pejorativas e estereotipadas referentes aos judeus<sup>112</sup>.

Em Portugal, tal como no resto da Europa, os cristãos praticantes têm maior tendência a acreditar no Deus bíblico, enquanto que os não praticantes acreditam numa força superior ou espiritual. São as mulheres quem tem maior tendência para acreditar no Deus bíblico. Em Portugal 42% das mulheres acreditam no Deus tal como é descrito na *Bíblia*, contra apenas 29% dos homens<sup>113</sup>. Dentro das características relativas a Deus, existe uma maior tendência por parte dos europeus sondados a acreditarem num *Deus que tudo ama*<sup>114</sup>, sendo Portugal o país com maior percentagem de concordância desta característica de Deus, com 78%. Para além desta característica os portugueses também afirmam em maioria que *Deus julga tudo e todos*. Assim é fácil compreender porque Portugal é o país com maior percentagem de pessoas que acredita terem sido recompensadas por Deus (63%) e que foram castigadas por Ele (23%). Contudo é também o país com maior diferença entre as duas<sup>115</sup>.

Como referido anteriormente, Portugal é também o país onde mais adultos acreditam que Deus fala com eles, onde 28% conversam com Deus diariamente, contra a média europeia de 8%. Enquanto que nos restantes países, os cristãos praticantes são os que mais afirmam que Deus fala com eles, em Portugal a percentagem de não praticantes e de *nones* que o afirmam é elevada (39% e 14% respectivamente) quando comparada com a média europeia (27% e 3%)<sup>116</sup>. Podemos encarar este resultado face à forte espiritualidade presente nos portugueses, tanto cristãos como *nones*.

De encontro ao que abordamos anteriormente no capítulo II – Laicidade desta dissertação, a busca pelo transcendente não passa apenas pela religião, mas também por outras manifestações e organizações associadas a actividades do quotidiano dos cidadãos contemporâneos ocidentais. O estudo em questão não ignorou essa particularidade

---

<sup>112</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.74. As frases utilizadas pelo estudo eram “Os judeus correm sempre atrás dos seus interesses pessoais e não dos interesses dos países que vivem” e “Os judeus exageram sempre na dor que sentem”, tendo os adultos sondados de indicar se concordam ou não com as frases.

<sup>113</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), pp.108-9.

<sup>114</sup> O termo usado pelo estudo é *All-loving* e é definido como um Deus que ama todos independentemente dos seus pecados.

<sup>115</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), pp. 110-113.

<sup>116</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), pp. 116-7.

constatando que existe uma ligação entre a prática religiosa e a participação cívica<sup>117</sup>. Contudo o estudo indica também que esta participação cívica não é feita de modo igual por todas as actividades incluídas na sondagem – participação num grupo comunitário, participação numa organização de caridade ou de voluntariado, e participação num clube desportivo. O que o estudo conclui é que são os *nones* e os cristãos com menos nível de compromisso com a religião que mais frequentam clubes desportivos e recreativos, face aos cristãos, indo ao encontro da questão apresentada por nós anteriormente, que o futebol pode ser um substituído laicizado para a busca pelo transcendente e pelo absoluto por parte dos indivíduos secularizados. Assim é fácil compreender a razão pela qual a participação dos portugueses em clubes desportivos e recreativos é a percentagem mais baixa de todos os países sondados, com apenas 23%, uma vez que Portugal apresenta uma maior percentagem de crentes, não existindo assim uma grande necessidade na busca pelo transcendente noutros campos sociais. Esta conclusão torna-se ainda mais clara quando vemos o inverso da questão. A Holanda é o país com maior percentagem de adultos que participam ou estão envolvidos em clubes desportivos, com 56%, sendo que é igualmente o país com menor percentagem de indivíduos que se consideram cristãos, com 41%, e é também um dos países com taxa mais baixa de cristãos não praticantes<sup>118</sup>.

No que toca aos direitos humanos, Portugal é o segundo país com maior percentagem de adultos que se opõem ao casamento gay, a seguir à Itália, e é também o país com maior percentagem de adultos que se opõem ao aborto, com cerca de 34%. Apesar de ser o país com maior oposição ao casamento gay, Portugal foi o oitavo país do mundo, e o sexto europeu a legalizar o casamento entre casais do mesmo sexo. A lei foi aprovada em 2010. Em relação à questão do aborto, o estudo indica que regra geral não existe grande diferença entre os homens e as mulheres dos países europeus sondados na aprovação e reprovação do aborto, contudo Noruega e Portugal são as excepções, pois nesses países os homens apoiam em maior número o aborto em relação às mulheres. O relatório indica que as mulheres portuguesas têm maiores níveis de religiosidade quando comparadas com os homens portugueses e refere, assim, que este pode ser o motivo pelo qual as mulheres portuguesas se opõem em maior número ao aborto<sup>119</sup>.

---

<sup>117</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.139.

<sup>118</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), pp.7-8; 141-2.

<sup>119</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), pp. 152-5.

Com este estudo podemos observar que de facto a religião acontece de formas distintas nos diversos países europeus que fizeram parte do estudo. Assim vemos também que a secularização não aconteceu da mesma forma em todos os países e em todas as religiosidades, pois o panorama cultural e social tem muita influência. Não podemos assim afirmar que existe apenas uma forma de ser cristão e ser religioso, mas antes que existe uma pluralidade de formas de ser cristão. Os cristãos portugueses não são melhores que os cristãos, por exemplo da Irlanda ou da Itália. Apenas têm formas e níveis diferentes de o ser e de o manifestar.

Devemos também evitar etiquetar Portugal com um país cristão e católico, pois apesar da maioria dos seus cidadãos adultos o serem, não podemos negar a existência de todos os outros que não o são. Podemos em rigor afirmar Portugal como o país que apresenta maiores níveis de religiosidade dentro dos países analisados e o país com maior número de crentes, sem nunca esquecer os *nones* e os que tem outras religiões. Apesar de ser importante para os portugueses a sua identidade cristã, o Estado laico tem de garantir lugar aos outros crentes e não crentes na sociedade.

### **III.3 O papel da Fé e da Razão no quotidiano dos cidadãos portugueses**

Durante anos a fé tomou lugar das escolhas dos cidadãos e das instituições sociais e políticas. O governo era movido pela Igreja e assim também a vidas dos cidadãos. Mas como é balanceada a fé na vida dos indivíduos na sociedade pós-secular e após tantas mudanças nas esferas sociais e religiosas? Recorrendo ao mesmo estudo da Pew Research Center vamos averiguar qual o papel da fé e da religião na vida dos portugueses na actualidade.

Portugal é o país que tem uma maior percentagem de adultos que afirma que a religião é importante na vida, assim como é o país onde as pessoas mais rezam, sobretudo diariamente. Curiosamente, não é Portugal que tem uma maior percentagem de adultos que frequenta a missa, estando atrás da Itália e da Irlanda, mas ainda assim acima da média europeia<sup>120</sup>. Este relativo baixo número de participantes nas missas, para um país onde a maioria é religiosa, pode ser explicado pela visão negativa da Igreja pelos portugueses, como já vimos anteriormente. Esta visão negativa leva a que muitos

---

<sup>120</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.96.

portugueses cristãos adultos preferem não participar no culto religioso, fugindo assim aos escândalos sociais e morais causados pelas Igrejas e pelo clero. É importante salientar aqui, que tal como acontece na religião em geral, a diminuição das práticas religiosas – neste caso a ida à missa - dentro do próprio Cristianismo não quer dizer que as pessoas não são mais cristãs, pois tal como vimos em Portugal o número de crentes em Deus e no Cristianismo é elevado. Podemos assim, concordar com a premissa de António Teixeira Fernandes quando ele indica que «talvez no passado se acreditasse menos e se praticasse mais, em obediência à inércia social. Hoje em dia, poder-se-á acreditar mais e praticar menos»<sup>121</sup>. Atentando também ao estudo apresentado por Catroga, o *European Social Survey*, indica que a prática cultural em Portugal é feita sobretudo pelas mulheres, pessoas com idade superior a 55 anos, tendo este último grupo aumentado desde 1991 a 2001<sup>122</sup>.

Os portugueses também estão em maior número no que diz respeito ao papel da religião na escolha entre o certo e o errado e na oferta de sentido e significado à vida<sup>123</sup>.

No que se refere a níveis de compromisso com a religião, Portugal é o país que apresenta maiores percentagens, com os portugueses a serem os europeus que mais dinheiro dão às instituições religiosas, que mais fazem jejum religioso, que usam formas de persuasão para os outros aderirem à religião e que usam símbolos religiosos (neste último ponto encontramos a Itália ao mesmo nível que Portugal)<sup>124</sup>. Este último ponto é importante no que referimos anteriormente poder ser o principal motivo de os portugueses terem uma atitude mais tolerante face às roupas das mulheres muçulmanas. Uma vez que eles usam e transportam consigo símbolos religiosos, conseguem perceber e garantir a necessidade das muçulmanas no uso dos trajes islâmicos, como representação da sua identidade religiosa. Contudo, vimos também que o país com uma atitude mais intolerante face à escolha das mulheres muçulmanas utilizarem roupa com cariz religioso era a Itália, que surge aqui juntamente com Portugal como um dos países com maior percentagem de adultos que usam símbolos religiosos no dia-a-dia. Esta diferenciação entre os países indicados pode estar associada ao facto de na Itália haver a forte presença do Vaticano e

---

<sup>121</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.55.

<sup>122</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.429.

<sup>123</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.130.

<sup>124</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.104.

em Portugal, como já vimos anteriormente, termos recebido uma forte influência de outras culturas e costumes dos países colonizados, traduzindo-se assim numa atitude mais tolerante por parte dos portugueses.

No que toca a opiniões em relação à secularização, em Portugal, 56% dos adultos sondados acha que a Igreja deve ser separada do Estado, sendo um dos países com percentagem mais baixa, juntamente com a Itália e com a Suíça<sup>125</sup>. O estudo indica que os países de maioria católica têm menor tendência a concordarem com a secularização face aos países de natureza protestante, o que é fácil de compreender, uma vez que a reforma cristã é apresentada com um dos catalisadores da modernidade e conseqüente secularização. O catolicismo, habituado a lidar em conjunto com o Estado, apresenta menor vontade de participar nessa separação, assim, Portugal como um país maioritariamente católico, mostra alguma reticência em aceitar a separação do Estado e da Igreja. Talvez aqui seja importante referir a importância também de Fátima para os portugueses católicos, tanto praticantes como não praticantes, ponto este que recebe enorme apoio do Estado, como nos foi possível comprovar em 2017 com a tolerância de ponto dada à função pública, aquando do centenário das aparições de Fátima. Neste ponto podemos compreender a visão amálgama da Igreja e do Estado por parte dos portugueses, e como a lentidão em se implantar a laicidade traz algumas vantagens aos cristãos. Como foi referido anteriormente, apesar de o Estado ser laico, não quer isto dizer que os seus cidadãos também o sejam, pois «os comportamentos religiosos das populações são relativamente autónomos dos processos de secularização mediados pela vontade política»<sup>126</sup>. Assim, o Estado tem de ter essa noção presente, e demonstrou ter ao aprovar a tolerância de ponto. Importante também realçar o caso de Itália, que pode ser explicado não só pela natureza católica do país, mas mais uma vez pela presença do Vaticano, como instituição religiosa e organizada, com uma presença muito activa, sendo talvez um dos motivos pelos quais os italianos não estejam tanto de acordo com a separação do Estado da Igreja.

Terminando assim a análise do estudo da Pew Research Center, podemos observar que apesar de os portugueses serem o grupo com maior número de adultos crentes, essa crença não se traduz automaticamente em práticas colectivas em torno da religião, mas

---

<sup>125</sup> PEW RESEARCH CENTER (2018), p.150.

<sup>126</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.447.

sim em práticas mais individuais, como o jejum, o uso de símbolos religiosos e o diálogo que afirmam ter directamente com Deus, indo ao encontro da premissa que a religião nas sociedades seculares é feita de forma mais individual e menos colectiva. Apesar de os portugueses terem um certo nível de descontentamento face à Igreja, ainda acreditam na importância do seu papel na regulamentação do quotidiano dos indivíduos e não estão preparados para a sua absoluta separação do Estado. Aqui percebemos o porquê de alguns teóricos afirmarem que existe uma «quase laicidade» em Portugal. Situações há que parece que Portugal é já uma sociedade pós-secular, no sentido em que consegue que a fé e a razão coexistam, como no caso do aborto e do casamento homossexual, em que apesar de ser o país com a maioria de cidadãos que são contra os mesmos, a legalização destes foi feita sem qualquer relação com a fé, apenas como decisão racional feita pelo Estado. Também a questão de os portugueses serem os que mais falam com Deus, e que é o país onde mais *nones* o fazem, pode representar igualmente uma boa convivência entre fé e razão, pois mesmo optando por não estarem ligado à religião, estabeleceram uma ligação com a fé. Talvez o mais indicado seja apresentar o Estado português como um Estado pós-secular, pelos esforços e decisões que apresenta, pois tenta não privilegiar nenhuma das esferas em especial. Nos exemplos agora dados podemos afirmar que o Estado deu primazia à razão, sendo que em casos como o da cedência de tolerância de ponto nas comemorações do centenário da aparição da Nossa Senhora de Fátima, deu primazia à fé, o que nos parece estar dentro dos parâmetros de um Estado pós-secular.

Podemos também observar que Portugal é o país excepção de quase todas as concepções feitas, sobretudo a concepção de que as pessoas religiosas são geralmente as mais intolerantes, que até pode ser o caso em outros países, mas não em Portugal como vimos, onde se apresentam atitudes bastantes tolerantes no que toca às minorias religiosas, e mesmo não concordando com alguns direitos humanos, como o direito ao aborto e o direito ao casamento gay, esses direitos são reconhecidos pelo Estado. São estes os pontos que teriam mais interesse em constar nos cabeçalhos dos jornais ao invés do escolhido, que reduzia todo um estudo ao facto de os portugueses serem os europeus que mais falam com Deus. Teria sido bem mais proveitoso referir que os portugueses são a excepção à regra na grande maioria das concepções feitas pelas pessoas em geral e até mesmo em relação aos resultados dos outros países inquiridos, como por exemplo na concepção que quanto maior a taxa de nacionalismo, maior os níveis de intolerância, que como vimos não se aplica a Portugal. Também importante dar destaque ao facto de,

contrariamente ao que muitos julgam ser a norma, maiores níveis de religiosidade não se relacionarem com maiores níveis de intolerância, como podemos observar não se aplica igualmente a Portugal. Tendo em conta igualmente a noção de sociedade pós-moderna feita por Fernando Pereira, em que o autor indica que «a perspectiva pós-moderna deixa que se esconda sob o termo religião, um conjunto disperso e equívoco de fenómenos e organizações»<sup>127</sup> podemos também considerar parte da sociedade portuguesa como pós-moderna na medida em que para além da sua religiosidade cristã, assumem outras formas espirituais de busca pelo transcendente e absoluto, que nem sempre estão relacionadas com a ordem divina.

Assim, após observarmos que de facto a religião continua a existir nas sociedades contemporâneas ocidentais, importa avaliar a pertinência da inclusão do estudo da religião no ensino público. A religião como algo que faz parte da vivência em sociedade e do próprio ser humano não pode ser excluído. A religião faz parte da história do homem e acima de tudo, da sua essência, ignorá-la será um erro. E tal como António Teixeira Fernandes indica «o estudo da religião aparece (...) como a forma mais apta para *fazer compreender a natureza religiosa do homem, vista como um aspecto essencial e permanente da humanidade*»<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> PEREIRA, Fernando Jorge Micael - "Religião, Identidade e Violência" in *Religiões: Identidade e Violência*. Lisboa: Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2003, p.72.

<sup>128</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.37.

## IV. ENSINO DA RELIGIÃO

### IV.1 *Escola sem Deus e não contra Deus*

Ao longo do séc.XX., a grande manifestação do desenvolvimento da secularização em laicidade foi, de facto, a nível do ensino, quando as primeiras correntes laicas se preocupavam em reduzir a autoridade da Igreja Católica na educação, chegando mesmo a incluir o ensino religioso de outras profissões de fé. Mas o que acabou por acontecer foi o inverso. Em vez de se laicizar todo o ensino da religião, esta foi confinada à sua natureza confessional e ignorada pelos demais não praticantes.

Face a esta tentativa de laicização, o ensino obrigatório tem como missão estimular o conhecimento de todos os temas que compõem o mundo, desde a sua criação até aos dias de hoje. É importante que o ensino, sobretudo o ensino escolar obrigatório, aborde todas as questões que definem as sociedades e o ser humano, pelo que a religião tem de estar presente, de forma a que os alunos tenham conhecimento de todas as questões que compõem o mundo antigo e o actual, pois é preciso entender que «a religião não é um assunto de religiosos: a todos deve merecer atenção»<sup>129</sup> e assim obter aquilo que designámos como laicidade de inteligência. A escola tem assim um papel fundamental na sociedade contemporânea, pois conforme defendem autores contemporâneos como Régis Debray «o desmoronamento ou a erosão dos antigos vectores de transmissão constituídos pelas igrejas, famílias, costumes e civismo, passa para o serviço do ensino público as tarefas elementares de orientação no espaço-tempo, que a sociedade civil já não está em condições de assegurar»<sup>130</sup>.

A religião é uma criação humana, mesmo que se seja crente e se valorize o divino e o sagrado, pode reconhecer-se que os sistemas religiosos foram construídos pelos homens (com indicações divinas, alegrarão alguns, mas não deixa de ser humana). Foram os humanos que estruturaram as práticas e os costumes, que estabeleceram datas e preces, foi também o homem que deixou por escrito os textos sagrados, que tanto representam e significam para as religiões organizadas. E como tal, a religião tem de ser encarada como

---

<sup>129</sup> PINTO, Paulo Mendes – “Editorial” in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões* N16/17, Ano XI, 2012, p.15.

<sup>130</sup> DEBRAY, Régis – *O ensino do fenómeno religioso na escola laica: Relatório ao Ministro da Educação Nacional* in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões*. N16/17, Ano XI, 2012, p.18.

o é a filosofia, a biologia, a política e a economia, áreas criadas pelo ser humano e que são incluídas em contexto escolar de ensino e no quotidiano da vivência em sociedade, pois «se a escola autenticamente laica deve dar acesso à compreensão do mundo, as religiões enquanto facto de civilização e elementos marcantes e, em larga medida, estruturantes da humanidade têm de estar presentes»<sup>131</sup>. É aqui que entra a laicidade quando vai mais além que a secularização e exige um programa positivo, programa esse, de acordo com Anselmo Borges, «que tem o ponto nevrálgico no ensino, e, de modo mais abrangente, no domínio do espiritual e do simbólico»<sup>132</sup>. Com este incentivo por parte do ensino a incluir o estudo da religião de forma a garantir a sua compreensão, a religião tem de deixar de ser tabu e o diálogo aberto sobre questões religiosas tem de ocorrer, sem que crentes e não crentes sejam maliciosos neste âmbito. A falta de ensino e, consequentemente, do conhecimento da religião, a sua origem e a sua relação com a história, leva a graves consequências e perigos, que podem se transformar em extremismos, como a xenofobia, fundamentalismo e terrorismo, perigos esses que caracterizam a sociedade ocidental contemporânea. Há nas sociedades ocidentais uma «necessidade da presença do estudo do facto religioso nas escolas públicas, para superar a ignorância mútua e também a irracionalidade e o fundamentalismo»<sup>133</sup>.

A carga laboral do ensino obrigatório já é demasiado extensa, pelo que criar uma disciplina obrigatória só para questões religiosas não é equacionada como alternativa viável: «Longe de propor a criação de uma cadeira específica, a sua resposta centra-se na História das Religiões como um aglutinante de sentido dos grupos de disciplinas de Humanidades, Letras e Artes»<sup>134</sup>. Criar uma disciplina só de religião será distanciá-la das outras disciplinas das ciências e das humanidades, porque não queremos colocá-la num lugar à parte sem contextualizá-la com estas outras áreas, pois só incluindo a religião com os outros temas que preenchem a vida do ser humano e o seu estudo, os alunos poderão perceber que de facto a religião está presente no nosso quotidiano, quer sejamos crentes

---

<sup>131</sup> DEBRAY, Régis – *O ensino do fenómeno religioso na escola laica: Relatório ao Ministro da Educação Nacional* in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões*. N16/17, Ano XI, 2012, p.19.

<sup>132</sup> BORGES, Anselmo – “Prefácio” in CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma). p.10.

<sup>133</sup> BORGES, Anselmo - “Religião, religiões e diálogo inter-religioso” in *Revista Portuguesa de História*. t. XL (2008/2009), p.37.

<sup>134</sup> PINTO, Paulo Mendes – “Editorial” in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões* N16/17, Ano XI, 2012, p.15.

ou não, e poderemos assim passar da laicidade de competência para a laicidade de inteligência. Assim garante-se, de acordo com Alfredo Teixeira, «um percurso educativo universal e não um domínio de opção»<sup>135</sup>, como acontece com a actual disciplina de Educação Moral e Religiosa.

O próximo passo é investir nos conteúdos a serem incluídos e nos que já são incluídos e investir igualmente na formação e preparação dos professores, pois eles serão os grandes mediadores e apresentadores destes assuntos de cariz religioso, de forma crítica e racional, no universo escolar. Assim, o objectivo será incorporar as questões de religião nas disciplinas que já compõem o currículo do aluno no ensino obrigatório, sobretudo através da disciplina de História, disciplina que iremos dar mais destaque neste texto, pois a «a única maneira pela qual a religião pode integrar os programas escolares públicos é sob a forma de história da religião, de estudo literário da *Bíblia* ou de estudo sociológico da religião como fenómeno cultural»<sup>136</sup>.

A incorporação de tópicos de religião na disciplina de História levará os alunos a encararem a religião como algo inserido na própria história do ser humano e na própria sociedade, e não como uma coisa à parte, só para alguns. Procura assim implementar-se um ensino da religião de forma histórica, crítica e racional, não privilegiando o sagrado e o divino, uma vez que «as crenças e as práticas religiosas oscilam através da história»<sup>137</sup>. Não se pretende então um ensino religioso que «por mais argumentado e discutido que seja, pressupõe a autoridade de uma palavra relevada incomparável a qualquer outra, doação sobrenatural regulada, em última instância, pela instituição», mas sim um ensino da religião e do religioso que desenvolva uma «abordagem descritiva, factual e nocional das religiões em presença, na sua pluralidade, do Extremo Oriente ao Ocidente e sem procurar privilegiar qualquer uma»<sup>138</sup>.

A religião pode nos explicar muitas mudanças que ocorreram nas sociedades e nas suas mentalidades de uma forma mais ampla e exemplificada. Os alunos seriam

---

<sup>135</sup> TEIXEIRA, A., *A cultura religiosa na escola*, p.55 apud. PINA, Maria de Fátima, *As Religiões no Ensino da História: Uma análise do programa do 3º ciclo do ensino básico em Portugal*. Lisboa, 2012, p. 5.

<sup>136</sup> CUNHA, António Luiz – “Ensino religioso nas escolas públicas: a propósito de um seminário internacional” in *Educ. Soc., Campinas*, vol. 27, n. 97, p. 1235-1256, set./dez. 2006, p.1249.

<sup>137</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.21.

<sup>138</sup> DEBRAY, Régis – *O ensino do fenómeno religioso na escola laica: Relatório ao Ministro da Educação Nacional* in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões*. N16/17, Ano XI, 2012, p.20.

incentivados a pensar em questões como as bases históricas, sociais e individuais para a passagem de politeísmo a monoteísmo. Ou o porquê das religiões do Oriente estarem mais voltadas para o misticismo e as do Ocidente mais voltadas para o ascetismo, como já vimos antes. Ou como explicar a passagem do tempo circular, que era a visão temporal dos povos pré-clássicos e clássicos, para uma visão temporal linear, e qual o motivo dessa mudança ter acontecido nas religiões, ditas, ocidentais e não nas orientais. É importante olhar para a religião como algo histórico e assim possibilitar o seu estudo e compreensão, até porque «o entendimento do fenómeno religioso como uma manifestação histórica – tenha ele sido feito sob o impacto da filosofia hegeliana do Espírito ou a partir das novas sociologias da religião, ou da aplicação do método histórico-filológico à análise dos próprios textos evangélicos – propulsionou a secularização»,<sup>139</sup> tal como já tivemos a oportunidade de observar anteriormente.

O primeiro ponto a ter em consideração seria que o ser humano é um ser religioso, para além de ser racional. Sempre o foi e sempre o será. A religião é uma prática humana com raízes pré-históricas, que em diversas zonas habitadas por humanos pré-históricos, se observam largos vestígios de cemitérios e de cultos de enterramento, um forte indício da existência de práticas religiosas. A religião esteve sempre ligada com a noção de viver em sociedade. E quando a sociedade sofre alterações (tanto colectivas como nos seus indivíduos) a religião manifesta essa alteração na sua conduta e percepção. Anselmo Borges resume esta questão da seguinte forma:

«Pensa-se, de facto, de modo geral, que as religiões caem do céu, havendo até quem julgue que Deus revelou directamente verdades nas quais é preciso aceitar sem razões. Ora, não é assim, nem pode ser. Tudo o que é automaticamente religioso é resposta humana a questões e perguntas profunda e radicalmente humanas»<sup>140</sup>.

Leccionar a religião no contexto escolar tem de ter esta noção bem assente, de que o homem é o principal responsável pela criação e propagação da religião. É o homem que faz a religião e não a religião que faz o homem, como muitas vezes se julga. Se a religião

---

<sup>139</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.34.

<sup>140</sup> BORGES, Anselmo - "Religião, religiões e diálogo inter-religioso" in *Revista Portuguesa de História*. t. XL (2008/2009), p.31.

segue contornos negativos é pela mão do homem. Não é algo incontrolável. É algo que pode ser controlado pela mão do homem, pois foi o homem que criou a religião.

O segundo ponto a ter assente no ensino da religião é o respeito pela crença de cada um dos alunos. O ensino, ao ser um ensino histórico não pode jamais pôr em causa as crenças de cada um pois como já discutimos anteriormente as verdades fideísticas e as verdades racionais ambas são verdades e são importantes na vida dos indivíduos. Por isso o Estado laico e a Escola laica têm de ter «a noção de que cada um dos credos é um sistema de verdade para quem nele crê»<sup>141</sup>. E por isso, o ensino tem de pôr de lado as convicções pessoais e concentrar-se apenas na transmissão da religião de forma racional, histórica e crítica. Este ensino não pode entrar em conflito com as crenças dos demais alunos e não pode, nem tanto, desvalorizar as mesmas. Por isso é que o estudo do divino e do sagrado deverá ter lugar no seio da catequese ou nas mais diversas escolas religiosas, associadas às mais diversas religiões. No contexto escolar público focam-se aspectos históricos, literários, críticos e crítico-textuais. Esta «perspectiva *objectivante* não colide com a perspectiva *confessante*, desde que as duas possam *existir e prosperar simultaneamente*, pois não se trata de tornar os crentes descrentes, mas contribuir para que todos se tornem lúcidos»<sup>142</sup>. Neste sentido, a perspectiva objectivante está associada à razão, enquanto que a perspectiva confessante está associada à fé. É esta a principal postura que a Escola laica tem de ter no pós-modernidade, conseguir balancear a fé e a razão no mesmo contexto e promover a sua convivência, sem que choquem uma com a outra e sem que anulem uma à outra.

Resumindo, pretende-se «uma escola onde se aprende a compreender todas as religiões»<sup>143</sup> de forma histórica e crítica, sem comprometer as crenças individuais de cada um, de forma a quebrar as barreiras do preconceito que poderão no futuro levar a actos de violência nos seios das sociedades. O ensino laico tem de ter uma postura parcial e racional, onde o importante são os factos históricos e crítico-textuais, e não o sagrado e o

---

<sup>141</sup> PINTO, Paulo Mendes – “Editorial” in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões* N16/17, Ano XI, 2011, p.11.

<sup>142</sup> DEBRAY, Régis – *O ensino do fenómeno religioso na escola laica: Relatório ao Ministro da Educação Nacional* in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões*. N16/17, Ano XI, 2012, p.38.

<sup>143</sup> PINTO, Paulo Mendes – “Editorial” in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões* N16/17, Ano XI, 2012, p.12.

divino, em que «a nova instituição [de ensino] teria de ser uma Escola sem Deus, mas não contra Deus»<sup>144</sup>.

## IV.2 Programa escolar do ensino básico português

Iremos então tomar como estudo de caso o programa escolar actual da disciplina de História no 3º ciclo do ensino básico, que pontos de religião são abordados no programa e de que forma é feita essa abordagem. A opção pela análise das temáticas de História no 3º ciclo do ensino básico deve-se ao facto de pela primeira vez, em contexto escolar, a disciplina de História surgir completamente independente da disciplina de Geografia, assim como, pelo facto de os anos que englobam o 3º ciclo de ensino fazerem parte da escolaridade obrigatória, e por isso, as disciplinas destes anos englobarem o máximo de informação necessária ao cidadão comum, pois nos «programas do Ensino Básico, pretende-se que o aluno, ao concluir a escolaridade obrigatória, tenha tomado conhecimento das principais etapas da marcha da humanidade, com especial relevo, no 9º ano, para a história recente, de modo a prepará-lo para a compreensão da sociedade em que vive e dotá-lo dos instrumentos de análise que propiciem a sua participação como cidadão»<sup>145</sup>. Neste sentido é importante estimular o conhecimento por tudo o que seja humano e criação humana, existente neste mundo, e a religião como fenómeno cultural e social não pode ficar de fora, sobretudo quando se trata de estimular e incentivar à tolerância dos alunos, para as situações sociais e culturais dos dias de hoje, promovendo uma cidadania mais activa.

O programa da disciplina de história nos três anos que englobam o 3º ciclo do ensino básico é actualmente dividido em doze temas, desde a formação das primeiras civilizações até aos desafios da época e sociedade contemporânea. Estes temas focam-se sobretudo na história de Portugal, dentro do contexto europeu<sup>146</sup>. Os temas que compõem o programa são então: 1. *Das sociedades recolectoras às primeiras civilizações*; 2. *A herança do*

---

<sup>144</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.333.

<sup>145</sup> PINA, Maria de Fátima, *As Religiões no Ensino da História: Uma análise do programa do 3º ciclo do ensino básico em Portugal*. Lisboa, 2012, p. 48.

<sup>146</sup> Cf. METAS CURRICULARES DE HISTÓRIA -

[http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas\\_curriculares\\_hist\\_3\\_ciclo.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_hist_3_ciclo.pdf) . Consultado a 12 / de Julho de 2018.

*Mediterrâneo Antigo*; 3. *A formação da Cristandade ocidental e a expansão islâmica*; 4. *O contexto europeu dos séculos XII a XIV*; 5. *Expansão e mudança nos séculos XV e XVI*; 6. *O contexto europeu dos séculos XVII e XVIII*; 7. *O arranque da Revolução Industrial e o triunfo dos regimes liberais conservadores*; 8. *A civilização industrial do século XIX*; 9. *A Europa e o mundo no limiar do século XX*; 10. *Da Grande Depressão à II Guerra Mundial*; 11. *Do segundo pós-guerra aos anos 80*; 12 – *O após Guerra Fria e a Globalização*<sup>147</sup>.

A nossa análise do programa acima referido, buscando nele menções à religião e à forma como é mencionada, irá iniciar-se pelo 7º ano de escolaridade através do manual escolar *História Sete* da Raiz Editora, uma vez que é um dos livros adoptados por diversas escolas no Distrito de Lisboa<sup>148</sup> e consequentemente uma fonte de fácil acesso e com uma divulgação ampla. Foi também o manual utilizado pela colega Maria de Fátima Pina na sua análise, também para dissertação final de mestrado, tendo nós assim um ponto de comparação com a edição analisada por ela.

Começando então a nossa análise do manual em questão, no tema 1. capítulo A – *Das sociedades recoletoras às primeiras sociedades produtoras* – a primeira menção à religião surge com a apresentação dos ritos mágicos típicos dos caçadores do Paleolítico superior. Aqui os autores abordam como os caçadores «veneravam as forças da natureza, a fecundidade da vida e a presença dos mortos»<sup>149</sup>, sem nunca abordarem a palavra religião, optam então, por utilizar palavras como crenças e ritos, sobretudo ritos mágicos e funerários, descrevendo textualmente e com uma gravura o processo de enterramento dos mortos e a sua importância para estes caçadores. Na secção *Vocabulário*, incluído no canto inferior de cada página, surge a palavra *sagrado* definida como «tudo o que é venerado o adorado, com respeito e temor»<sup>150</sup>. Apesar de ser uma definição bastante reduzida de todo o universo que pode ser o sagrado, é compreensível uma vez que se trata de um livro de 7º ano, onde os alunos deverão ter entre os 11 e os 13 anos, não se justificando assim uma definição muito extensa. De seguida é apresentada a arte rupestre

---

<sup>147</sup> METAS CURRICULARES DE HISTÓRIA -

[http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas\\_curriculares\\_hist\\_3\\_ciclo.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_hist_3_ciclo.pdf) . Consultado a 12 / de Julho de 2018.

<sup>148</sup> De acordo com o site da WOOK.pt e o site da editora Leya.

<sup>149</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.22.

<sup>150</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.22.

como a primeira forma de arte conhecida, pelo que «a criação das primeiras obras de arte deve ter estado igualmente ligada à expressão de sentimentos religiosos»<sup>151</sup>. Exemplos de algumas pinturas, sem conotação religiosa, figuram a página ao lado, o que é de estranhar uma vez que se faz referência ao surgimento da arte como directamente relacionada com a religião. Surge então mais uma definição de um termo associado à religião e à prática desta, com o conceito de *santuário*, definido como «lugar sagrado onde se pratica um culto religioso»<sup>152</sup>, uma definição bastante clara e precisa, tendo em conta o grau de escolaridade do manual em questão.

Após abordar a revolução neolítica, o fenómeno religioso aparece mencionado novamente em paralelo com a arte, tal como anteriormente. Surge então a primeira referência à palavra religião, agora de forma mais complexa, estando fortemente ligada aos cultos agrários. Mencionam a importância da fertilidade para as sociedades do Neolítico, sobretudo relacionada com a vegetação e colheitas, explicando assim a vasta presença de divindades femininas. É abordado o povoado *Çatal Hüyük*, referindo a existência de santuários e de estátuas de figuras femininas «que representavam, a deusa Terra-Mãe, símbolo da fertilidade e da renovação anual da vegetação»<sup>153</sup>. Na secção *Factos e Feitos*, constituinte desta página surge menção aos santuários neolíticos, destacando novamente o povoamento *Çatal Hüyük*, e o cromeleque de *Stonehenge* na Grã-Bretanha. No final do texto referem o surgimento do culto dos astros, sobretudo do Sol, no final do Neolítico. De seguida, ao apresentar o surgimento da arquitectura, como «consequência da sedentarização», o manual ressalta que «a maior parte das construções destinava-se a fins funerários ou religiosos»<sup>154</sup>. No que diz respeito à escultura e à cerâmica, também é referido que a principal temática destas formas de arte era o fenómeno religioso, através da criação de estatuetas representativas de divindades femininas, de modo semelhante ao que acontecia nas sociedades de caçadores colectores do Paleolítico Superior.

No capítulo B – *Contributos das primeiras civilizações* – do tema 1, dá-se, inicialmente, uma enorme ênfase à civilização Egípcia. A questão da religião nesta sociedade ocupa quatro páginas inteiras, abordando pontos como o politeísmo, os templos

---

<sup>151</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete* p.22.

<sup>152</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete* p.22.

<sup>153</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete* p.28

<sup>154</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete* p.28.

e os sacerdotes e a crença na imortalidade. Menciona-se por nome os deuses mais importantes para os egípcios, assim como os seus atributos - *Amon-Ré, Osíris, Ísis, Hórus, Tot, Hathor e Maet*. Abordam aqui um novo culto, o culto dos Deuses, e a criação dos Templos, para este novo culto, abordando também os membros desses templos, os sacerdotes e as sacerdotisas. É dado igualmente grande destaque à questão da crença na imortalidade com referências ao acto da mumificação e da criação dos sarcófagos. O manual indica que «após a morte, a alma iria comparecer no tribunal de Osíris, onde seria julgada»<sup>155</sup>, remetendo para dois documentos na página seguinte: um com uma gravura de o *juízo dos mortos* e o outro sendo um excerto do juízo de Osíris, do *Livro dos Mortos*, principal livro da religião egípcia. Na secção *vocabulário* surge a palavra *mito* definida como «narração maravilhosa sobre heróis, divindades ou personagens fabulosas».<sup>156</sup> Noutra secção integrante destas páginas, *Saber & Fazer*, surge uma sugestão de exercício, pedindo aos alunos que, através do excerto do *Livro dos Mortos*, acima referido, procurem *expressões que demonstrem o sentido humano da moral egípcia*. As duas páginas seguintes dedicam-se ao mito de Osíris e algumas páginas adiante, quando o manual trata de questões relacionadas com a arte egípcia, indica que «a arte destinava-se, sobretudo, a glorificar os deuses e o faraó», com a criação de «majestosos templos de pedra»<sup>157</sup>, de modo semelhante àquilo que acontecia na civilizações vistas anteriormente.

De seguida o livro dedica-se ao estudo do povo hebreu, como uma das primeiras civilizações urbanas, e ao seu contributo com a religião hebraica. Assinale-se aqui a ausência de qualquer referência à civilização mesopotâmica que, importante na sua autonomia também tanto influenciou o povo egípcio como o hebraico

O manual começa então por definir os Hebreus, de forma histórica, mencionando Abraão e Jacob como os patriarcas deste povo, estando a palavra *patriarca* definida na secção *Vocabulário*. É abordada a migração da Mesopotâmia para a Palestina (palavra erradamente utilizada pelos autores em todo o texto, a nível cronológico para nominar Canaã. Abordaremos este ponto adiante) e depois para o Egipto. Em seguida fala sobre o Êxodo, com a ajuda de Moisés, do regresso à Palestina, devido às condições de escravidão em que se encontravam no Egipto e é de seguida apresentada a criação de Jerusalém,

---

<sup>155</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete* p.44.

<sup>156</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete* p.44.

<sup>157</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete* p. 48.

dando destaque aos reis David e Salomão. Acrescenta-se ainda que após a morte de Salomão o país foi dividido em dois reinos (Israel e Judá).

Após a contextualização histórica acima exposta, o manual continua com a religião hebraica e apresenta-a com uma «religião original», pois tratava-se de uma religião monoteísta, ao contrário das religiões politeístas que eram predominantes na época, que tinha um único deus com o nome Javé. O livro apresenta ainda a *Bíblia* como a maior fonte de história do povo hebreu e da sua religião, dando principal ênfase ao relato da transmissão dos Dez Mandamentos, a chamada lei divina, de Deus a Moisés, colocando na página seguinte um excerto bíblico desse mesmo relato. No final do texto é exposta a necessidade que os Hebreus tinham na vinda de um Messias, face às condições opressivas em que se encontravam, por se considerarem o povo eleito, necessidade essa que viria a ser o pano de fundo para a posterior criação do Cristianismo. A secção *Vocabulário* é rica em definições, com os termos *Judeus*, *Patriarca*, *Profeta* e *Semitas*, todos definidos de forma bastante sucinta e na secção *Passado Presente* é apresentado um pequeno texto que faz referência ao *Judaísmo, hoje*, indicando a sua forte diáspora por todo mundo e o número actual de Judeus no mundo sendo que «o maior número de praticantes [...] concentra-se no Estado de Israel e nos EUA»<sup>158</sup>, não referindo de todo o número de praticantes judeus em Portugal.

Em páginas mais adiante, numa secção intitulada de *História e Património*, dá-se grande destaque à *Bíblia* Hebraica, ou seja, o Antigo Testamento cristão, descrevendo a sua constituição, com menções ao *Pentateuco* (*Génese*, *Êxodo*, *Levítico*, *Números* e *Deuterónimo*), aos *Livros Históricos*, aos *Livros Proféticos*, e aos *Livros Sapienciais*, juntamente com alguns exercícios relacionados com leitura e interpretação da *Bíblia*. Esta secção está bastante desenvolvida, explicando de forma bastante resumida os temas que figuram em cada conjunto de livros do Antigo Testamento<sup>159</sup>.

Terminando o tema 1, podemos observar que há um grande interesse em relação aos povos, culturas e religiões das primeiras civilizações por parte dos programas de História. Este interesse relaciona-se sobretudo com a questão da herança cultural que está associada a estes povos e nos foi passada até hoje. É de destacar, numa primeira análise, a pertinente

---

<sup>158</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.56.

<sup>159</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.60.

contextualização histórica do povo hebreu, que tem como base principal a *Bíblia*, não questionando em algum momento a sua fidedignidade.

Passando para o tema 2. *A Herança do Mediterrâneo Antigo*, no capítulo A encontramos *O Mundo Helénico*, onde é abordado com grande destaque a antiga religião grega, estando-lhe dedicada duas páginas. O manual aborda as questões de maior importância para a religião grega como os deuses, os heróis e os mitos, as formas de culto e sobretudo o culto pan-helénico. Aqui refere-se a religião como «o principal factor de unidade entre os gregos»<sup>160</sup>, e o facto de ser uma religião politeísta com deuses adorados por todos, mas ao mesmo tempo com deuses específicos de cada cidade. É mencionado também o facto de os deuses gregos serem semelhantes aos homens, apenas gozando da imortalidade e de poderes sobrenaturais. Para além dos deuses, os gregos veneravam também uma classe de humanos e semi-deuses a que eles chamavam de heróis. As histórias dos deuses e dos heróis são contadas através de *mitos*, aqui definido como «histórias fantásticas de significado profundo». Explica-se que havia sobretudo culto aos deuses com orações, oferendas e sacrifícios de animais. São apresentadas também as festas sagradas, referindo a Procissão das Panateneias e as Grandes Dionísias. A indicação à Procissão das Panateneias é seguida de um complemento textual na página seguinte, que relata o nascimento da deusa Atena através de um excerto dos *Hinos Homéricos*. De seguida são referidos os Jogos Olímpicos, no santuário de Zeus, a importância do Oráculo e os Jogos Píticos em Delfos. Na secção *Factos e Feitos*, os autores explicam como funcionava o Oráculo de Delfos e os Jogos Píticos. Tal como no capítulo referente à religião egípcia, as páginas seguintes abordam um mito grego. Neste caso os trabalhos de Hércules, provavelmente o herói grego mais conhecido<sup>161</sup>.

Páginas adiante, quando o manual aborda a temática da cultura e da arte na Grécia Antiga, refere o aparecimento do teatro como associado ao deus Dioniso e as festas em sua honra. Tal como nas outras sociedades atrás estudadas, a arte e a arquitectura grega eram sobretudo ligadas à vida religiosa. Na secção *História e Património* são destacados os poemas homéricos: a *Ilíada* e a *Odisseia* com resumos e imagens destas duas obras<sup>162</sup>.

---

<sup>160</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.82.

<sup>161</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, pp.82-4.

<sup>162</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.98.

De seguida passamos para o capítulo B do tema 2. – *Roma e o Império*, onde a questão da religião nesta civilização ocupa igualmente duas páginas. Aqui aborda-se a importância da vida familiar e do culto aos antepassados na antiga religião romana, com a veneração de «espíritos protetores da casa e da família», referindo por nome *Lares*, *Penates*, *Manes* e *Vesta*. Para além destes eram venerados também deuses ligados à natureza e à agricultura como *Júpiter* e *Ceres*<sup>163</sup>. Aparece aqui pela primeira vez a questão da assimilação cultural, sobretudo devido à expansão do Império Romano, principalmente através da Grécia. A página contém um documento que mostra a *equivalência entre os deuses gregos e os deuses romanos*. O culto era um culto particularmente celebrado em casa, em altares próprios, pelo *pater familias* (o pai), enquanto que o culto realizado nos templos era dirigido por sacerdotes e sacerdotisas. O manual faz a importante referência ainda à «frustração» de muitas pessoas perante a religião romana, pois pretendiam «manifestações religiosas mais espiritualizadas ou mais ritualizadas»<sup>164</sup>. Assim, vários cultos de mistérios começam a ter grande manifestação em Roma, sobretudo influenciados por religiões vindas do Oriente, o que irá acontecer quando chegar o Cristianismo. Esta menção parece-nos bastante pertinente na medida em que colabora com o que é pretendido neste estudo da religião: a religião é desenvolvida de forma a responder a questões e necessidades humanas. Esta referência juntamente com a referência feita no estudo do povo Hebreu, em relação à necessidade da vinda de um Messias, apresentam-se como elementos que estão na origem do desenvolvimento do Cristianismo, o que nos parece bastante importante para esta linha de estudo.

Assim, nas quatro páginas seguintes começa o desenvolvimento da religião Cristã, com o título *O Cristianismo: uma religião inovadora*. O manual começa por abordar a situação política e social em que se encontrava a Judeia aquando do nascimento de Jesus, referindo novamente a importância da tradição messiânica no seio do judaísmo, o que apoiou a chegada de Jesus. De seguida refere-se a *Bíblia*, mais concretamente o Novo Testamento, como fonte principal para a vida e mensagem do Messias, que o manual também apresenta de forma resumida. É de referir a escolha dos autores em dar menos destaque ao Novo Testamento comparado com o destaque que deu ao Antigo Testamento, com uma página dedica apenas a esse tema. No que se refere ao Novo Testamento, o manual detém-se apenas nos Evangelhos na secção *Passado Presente*. O manual alude

---

<sup>163</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.120.

<sup>164</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.120.

ainda aos fundamentos principais do Cristianismo vindos da mensagem de Cristo, sobretudo o amor universal, que fez com que esta nova religião se distinguisse das demais religiões e ganhasse tantos adeptos, de todas as classes sociais. De forma muito breve, a primeira página termina com a referência à morte de Jesus na crucificação pelas mãos dos Romanos, indicando que estes temiam pela sua autoridade, com a chegada de Jesus e o seu grande número de seguidores<sup>165</sup>.

De seguida são apresentadas as condições que facilitaram a rápida difusão do Cristianismo no mundo romano, sobretudo através dos apóstolos Pedro e Paulo: «existência de numerosas cidades e a facilidade de comunicação em todo o Mediterrâneo; o facto de haver duas línguas compreendidas por quase toda a população (o latim e o grego); e a presença de muitas comunidades judaicas por todo o Império, como consequência da Diáspora»<sup>166</sup>. Refere-se depois as perseguições realizadas pelos romanos aos novos adeptos do cristianismo por todo o Império Romano, por definirem aquela religião como uma «seita perigosa», mas mesmo assim, o número de cristãos continuava a aumentar. Acompanha-se seguidamente o processo de consolidação do cristianismo, referindo-se que o imperador Constantino publicou o Édito de Milão, em 313 decretando assim a liberdade religiosa, sendo que anos mais tarde, em 392, o imperador Teodósio declara o Cristianismo como religião oficial do Estado Romano e proíbe assim todos os outros cultos<sup>167</sup>. É ao longo de todo este tempo que é criada a Igreja Cristã, constituída por todos os crentes no Cristianismo, obedecendo a uma hierarquia inspirada no próprio Império Romano, com bispos e metropolitas, e mais tarde, o Papa. Na secção *Saber & Fazer* é sugerido aos alunos fazerem uma pesquisa em livros ou na internet do número de praticantes, do que os autores intitulam as quatro principais religiões actuais (Cristianismo, Islamismo, Hinduísmo e Budismo)<sup>168</sup>. Para além de o manual cometer o erro de não considerar o Judaísmo como uma das principais religiões da actualidade (algo que como já vimos no capítulo anterior pode ter repercussões graves em Portugal, uma vez que os portugueses são o povo europeu que tem uma percepção mais negativa face à religião judaica<sup>169</sup>), parece ser um exercício um pouco precoce nesta fase do ensino, uma

---

<sup>165</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.122.

<sup>166</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.124.

<sup>167</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p. 124.

<sup>168</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.125.

<sup>169</sup> Ver pp.42-43.

vez que ainda não foram introduzidas nem abordadas as religiões islâmica, Hindu e budista.

De seguida passamos para o tema 3, com o capítulo A – *A formação da Cristandade ocidental e a expansão islâmica* – onde a primeira menção a um tema religioso surge na página intitulada de *O novo mapa da Europa*, quando define as palavras ariano e pagão na secção *Vocabulário*, como «praticante do arianismo, uma heresia cristã» e «nome que era dado pelos Cristãos aos seguidores de religiões politeístas», respectivamente, mediante o contacto entre os guerreiros germânicos e o Império Romano<sup>170</sup>.

Páginas adiante refere-se o papel da Igreja Católica nas sociedades europeias medievais, referindo a importância desta durante as invasões bárbaras, com a organização de defesa das cidades e a cristianização dos povos recém-chegados. O manual define ainda a Igreja Católica como «conjunto dos membros do clero e de todos os Cristãos. Até ao século XVI, o termo *católico* usa-se no sentido de *universal*. O mesmo termo passa depois a designar o conjunto de Cristãos que continuou a aceitar a autoridade do Papa, por oposição às igrejas protestantes»<sup>171</sup>. De seguida passa-se então para a criação das ordens religiosas, distinguindo o *clero regular* - «membros do clero que vivem em mosteiros ou que têm uma organização própria» - do *clero secular* - «clero, que tem por missão orientar a vida religiosa das populações» -, para a criação dos mosteiros e das ordens religiosas, baseadas sobretudo na regra beneditina, que é complementada por um documento na página seguinte<sup>172</sup>. Ainda na mesma página surge na secção *Factos e Feitos* um pequeno texto sobre o monaquismo. Refere-se também a nomeação do primeiro Papa, Gregório o Grande e a sua grande iniciativa da missionação, expandindo assim o Cristianismo para lá do Império Romano e tornando-o num «importante factor de unidade no conjunto da Europa ocidental»<sup>173</sup>.

Nas páginas seguintes o manual irá concentrar-se na questão do clero e da cultura monástica, como importantes temas da época medieval, época em que a maioria da população europeia era cristã, desenvolvendo conceitos como baixo e alto clero, a ordem de Cluny e a ordem de Cister (ambas sumariamente definidas na secção *Vocabulário*), mosteiros, abadias beneditinas, entre outros, assim como aborda o aumento do poder do

---

<sup>170</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.138.

<sup>171</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p. 150.

<sup>172</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p. 150/1.

<sup>173</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.150.

Papa, destacando o Papa Gregório VII. Associado ainda ao aumento do poder do Papa surge um documento redigido pelo próprio com o que para ele era o *poder do Papa*<sup>174</sup>.

Continuando no mesmo tópico, as páginas seguintes aludem a cultura monástica da época medieval, referindo que «as condições de vida na sociedade medieval não favoreciam o desenvolvimento da cultura»<sup>175</sup>, sendo que maior parte da cultura existia nos mosteiros. Os mosteiros eram, assim, «as únicas instituições culturais»<sup>176</sup>, e muitos deles funcionavam como centros de estudo. A verdade é que nesta época «toda a actividade intelectual tinha um único objectivo: esclarecer e aprofundar a fé, colocando a cultura ao serviço de Deus»<sup>177</sup>. O manual menciona também a importância dos monges copistas que foram responsáveis pela preservação até aos dias de hoje de obras greco-latinas. Na secção *Vocabulário*, aparecem definições para os termos *crónica* e *profano*. De seguida é apresentada a religião cristã como parte importante da arte românica, sobretudo com a construção de igrejas e mosteiros por toda a Europa, com inúmeras gravuras que o confirmam. Conseguimos observar, através do estudo feito nas páginas apresentadas, o destaque e importância que é dado à acção e influência da Igreja Católica e do clero na época Medieval.

O capítulo B do tema 3.- *O mundo muçulmano em expansão* – começa por abordar os primórdios do Islão, contextualizando geográfica, política e socialmente, a Arábia aquando do desenvolvimento desta nova religião, pela mão de Maomé. Relata-se então que Maomé era considerado um profeta nascido em Meca, terra que teve de abandonar indo para Medina. Essa viagem, intitulada de *hégira*, realizada no ano 622, marca então o primeiro ano do calendário muçulmano. De forma bastante repentina o manual indica o surgimento do Islão ou Islamismo, como nova religião que rapidamente ganhou um vasto número de seguidores. Passa-se então a uma breve apresentação desta nova religião, referindo o nome dos seus praticantes, os muçulmanos, o nome do seu deus, *Allah*, e os principais fundamentos do Islão: monoteísmo, imortalidade da alma e a salvação eterna através de boas acções e da oração. É apresentada de seguida, o *Alcorão*, como o livro sagrado do Islão e como principal fonte da palavra de *Allah*, assim como é incluído no manual um pequeno excerto sobre os deveres dos crentes, os chamados pilares do Islão.

---

<sup>174</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, pp. 152/3.

<sup>175</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p. 154.

<sup>176</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p. 154.

<sup>177</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.154.

O texto termina com a morte de Maomé em 632 e o aparecimento do califa – chefe religioso e político do Islão. As secções desta página abordam Maomé – secção *A Figura* –, os pilares da fé islã – secção *Factos e Feitos*,<sup>178</sup> e sugerem alguns exercícios – *Saber & Fazer*-, nomeadamente a recolha de notícias e fotografias sobre o Islamismo na actualidade a fim de elaborar um painel a afixar a sala de aula<sup>179</sup>. Esta proposta de exercício deverá ser sempre acompanhada por esclarecimentos por parte do professor, e debate entre os alunos, em relação ao material encontrado, uma vez que poderá ser recolhido apenas pelos alunos notícias e fotografias de carácter negativo, sobretudo devido à generalização do terrorismo, fortemente associado ao Islão.

As páginas seguintes apresentam a expansão islâmica pela Europa, levando muitos a converterem-se à nova religião. Surge novamente proposta de exercício de pesquisa sobre a distribuição actual da religião muçulmana, a fim de elaborar um mapa em que estejam assinalados os países com maior população muçulmana. Em relação à arte da civilização islâmica, não há grande menção à influência do Islão nesta, indicando apenas que a «decoração [dos edifícios] é constituída por elementos vegetalistas ou geométricos e por frases religiosas, pois o *Alcorão* proíbe a representação de animais e da figura humana», com exemplos de imagens de alguns edifícios de natureza islâmica<sup>180</sup>.

Na página seguinte, é referido a conquista muçulmana na Península Ibérica e a sua forte tolerância em relação aos povos cristãos que nela habitavam, com o aparecimento dos chamados moçárabes, «habitantes que permaneceram em território muçulmano e adoptaram as formas de vidas dos vencedores, conservando, porém, a religião cristã»<sup>181</sup>. Contudo houve uma reacção cristã em relação a esta nova religião vinda do Oriente, a Reconquista, e as páginas seguintes explicam sobretudo como tudo se passou na Península Ibérica. Focando-se sempre nas ordens religiosas e no papel do clero, o livro volta a referir a sua importância quando fala na formação do território português.

É de realçar a falta de menções relativas à herança islâmica e árabe, a nível cultural e científico, provenientes desta convivência entre povos, sobretudo na Península Ibérica. Enquanto a Europa estava na época Medieval, no Oriente árabe eram desenvolvidos conhecimentos científicos importantes para todo o mundo, tal como o desenvolvimento

---

<sup>178</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.164.

<sup>179</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p. 165.

<sup>180</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, pp.168-9.

<sup>181</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.170.

da matemática e da álgebra, originando a numeração como a conhecemos hoje, a astronomia. Seria importante referir a forte influência do árabe na língua portuguesa, e o desenvolvimento da álgebra, e a astronomia.

Passando agora, então ao tema 4, último do manual de História do 7º ano, capítulo A – *Apogeu e Desagradção da Ordem Feudal* -, fazem-se as primeiras referências a elementos da religião na página com o título *A renovação religiosa: as ordens mendicantes*. Aqui é exposto a necessidade de renovação da vida religiosa com o desenvolvimento urbano do século XIII. Houve um enorme afastamento da Igreja devido à insatisfação da população mediante o luxo e a corrupção dos membros do clero, aderindo assim a heresias, «ideias contrárias à doutrina oficial da Igreja, e que são, por isso, condenadas pelo Papa»<sup>182</sup>. Surgiram então, neste contexto social, as ordens mendicantes: a dos Franciscanos e a dos Dominicanos.

Refere-se também que será também por volta dessa época, «a partir do século XII, com o desenvolvimento urbano e o crescimento da burguesia»<sup>183</sup>, que irá surgir uma necessidade de existência de um ensino laico, referindo que o ensino inicialmente era essencialmente de origem religiosa e monástica, com um ensino muito voltado para a formação religiosa, como já havia sido apresentado anteriormente. Começaram a surgir em oposição a este ensino as Universidades. Neste contexto é definido de forma muito sucinta o termo *laico* como «o que não é eclesiástico; que não diz respeito a coisas religiosas»<sup>184</sup>. Surgem também na secção *Vocabulário* definição de teologia («do grego *théos*, deus, e *logos*, conhecimento. Disciplina que se ocupa do estudo de Deus, da moral e de outras questões religiosas») e de teologia racional («estudo da doutrina ensinada pela Igreja não só pela análise da *Bíblia* mas também por meio do raciocínio») <sup>185</sup>.

O capítulo B do tema 4, intitulado *As crises do século XIV*, não faz menção alguma a assuntos de religião, deixando, portanto, de fora todo o movimento pré-reformista que se desenvolveu na Europa nos finais da Idade Média. Damos assim por terminada a análise ao manual de História do 7º ano de escolaridade do 3º ciclo do ensino básico.

---

<sup>182</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p. 204.

<sup>183</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.210.

<sup>184</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.210.

<sup>185</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.210.

Passando então, para o manual da mesma editora e dos mesmos autores, referente ao 8ª ano de escolaridade, *História Oito*, começamos por analisar o capítulo A do tema 5 do programa escolar em vigor para a disciplina de História – *O expansionismo europeu*. Logo de início é definido o termo *conversão*, como «aceitação de uma nova religião, abandonando a anterior crença»<sup>186</sup>, ao abordar a expansão europeia e as suas motivações religiosas, indicando que na época «a maioria das pessoas, e sobretudo o clero, considerava ser sua obrigação combater os muçulmanos e aumentar o número de convertidos à fé cristã»<sup>187</sup>. Páginas adiante, ainda dentro do mesmo tema, são referidas as várias tentativas de cristianização no continente africano, por parte dos portugueses, com a criação de dioceses católicas em Cabo Verde e em São Tomé<sup>188</sup>.

De seguida é apresentado *O Império Português no Oriente* onde surgem definições de Hinduísmo e o Budismo, de forma muito sucinta, na secção *Vocabulário*. O Hinduísmo é apresentado como «religião politeísta hindu que admite a reencarnação da alma. Remonta a cerca de 1000 a.C.», e por sua vez o Budismo é definido como «doutrina fundada por Buda (séc. VI a.C.), que defende a superação do sofrimento e da dor através do aperfeiçoamento constante das pessoas humana»<sup>189</sup>. É sugerido aos alunos um exercício de pesquisa na internet sobre uma destas religiões, a fim de elaborar um pequeno trabalho escrito e devidamente ilustrado<sup>190</sup>. Ainda referente à presença de Portugal no Oriente é referido o encontro de povos, que por vezes foi amigável, mas que por outras vezes foi conflituoso, devido sobretudo a questões de intolerância religiosa, que é definido no manual como «atitude hostil em relação a pessoas que não têm a mesma crença»<sup>191</sup>. No final do texto é referida a missão feita pelos portugueses, sobretudo pelos Jesuítas, no Oriente com a criação de comunidades cristãs e de igrejas<sup>192</sup>. Mais adiante são referidas também as tentativas de conversão ao Cristianismo dos ameríndios no Brasil<sup>193</sup>. Conceitos como *assimilação* e a *aculturação* surgem neste contexto. O manual define os termos como «quando indivíduos isolados ou em grupo, vivendo num

---

<sup>186</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.12.

<sup>187</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.12.

<sup>188</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.28.

<sup>189</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.30.

<sup>190</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.31.

<sup>191</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.32.

<sup>192</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.32.

<sup>193</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.36.

ambiente cultural diferente do seu, adoptam hábitos e atitudes dessa cultura» e «quando uma sociedade tecnicamente mais evoluída impõe a outra as suas formas de vida, embora recebendo também influências dessa sociedade», respectivamente<sup>194</sup>. Um exemplo dado pelo manual de um caso de assimilação cultural foi quando os europeus em África e na Ásia adoptaram um estilo de vida africano e asiático, e vice-versa, e um exemplo de um caso de aculturação foi na América do Sul onde foi imposto às populações locais os costumes portugueses<sup>195</sup>. Seria interessante aqui, a sugestão de realização de um debate em torno destas temáticas de assimilação e aculturação, abordando assim que herança é passada através de processos de assimilação e a herança portuguesa deixada noutros países devido à aculturação, assim como referir de que forma estes processos ocorrem hoje em dia, e se ocorrem de forma positiva ou negativa. Para este debate é importante que o professor seja o principal mediador e tenha os conhecimentos necessários para poder orientar este debate.

Entrando no capítulo 2 do tema 5 – *Renascimento, Reforma e Contrarreforma* – é possível antecipar que a religião será um tópico central neste capítulo. O manual dedica cerca de oito páginas à temática da Reforma e consequente Contrarreforma. Começa por apresentar a situação que a Igreja Católica se encontrava no século XVI, época do Renascimento, indicando que esta «dominava por completo a sociedade europeia»<sup>196</sup>, referindo as questões de imoralidade e corrupção que ocorriam entre os clérigos. É neste cenário, já contextualizado anteriormente pelo Renascimento, que é apresentado Martinho Lutero, como opositor da bula de indulgência posta em prática pelo papa Leão X. São apresentados então, de forma bastante resumida, os princípios base da Reforma Protestante face à Igreja Católica - importância da fé, leitura da Bíblia, redução dos sacramentos, abolição do culto dos santos e da Virgem Maria, extinção das ordens monásticas e do celibato – palavra que aparece definida na secção *Vocabulário* – e a inibição da Igreja possuir propriedades. Na mesma secção são apresentados igualmente os conceitos de *excomunhão, protestante, purgatório e salvação*<sup>197</sup>. É sugerido aos alunos

---

<sup>194</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.40.

<sup>195</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.40.

<sup>196</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.80.

<sup>197</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.80.

uma pesquisa dos países europeus onde predomine (erroneamente denominada) a religião protestante<sup>198</sup>.

De seguida são apresentadas as três igrejas protestantes que surgiram com a Reforma, no século XVI: Igreja Luterana, Igreja Calvinista e a Igreja Anglicana. Estas divisões dentro do seio da religião cristã originaram batalhas e guerras por toda a Europa, mencionando-se a Guerra dos Trinta Anos. O manual apenas menciona a Guerra dos Trinta Anos como exemplo dos desentendimentos que se viviam na Europa devido a questões religiosas, sendo que não desenvolve nem relata a Guerra, talvez por Portugal não ter participado na mesma, devido à sua cultura católica predominante. É aqui apresentado o número de cristãos no mundo em 2010, divididos pelas Igrejas: Católicos, Ortodoxos e Protestantes (Luteranos, Anglicanos, Calvinistas e outros). Surge também na secção *Passado e Presente* um pequeno texto sobre a importância do incentivo por parte dos protestantes na leitura da *Bíblia* e na alfabetização mais alargada de muitos países da Europa, com base reformista<sup>199</sup>.

De seguida é explicada a reacção por parte da Igreja Católica a estas novas Igrejas, com a Reforma Católica e a Contrarreforma. São apresentados conceitos como *dogma* e *concílio*, ao abordar o Concílio de Trento que decorreu de 1545-1563 e que «apenas procurou reformar os costumes do clero e a organização da Igreja, impondo uma disciplina mais severa e conservando o celibato eclesiástico»<sup>200</sup>. No que diz respeito à Contrarreforma o manual expõe os instrumentos de combate à reforma protestante, como a criação da Companhia de Jesus, pela mão de Inácio Loyola, com o fim de «defender o Catolicismo e promover a sua difusão pelo mundo», e a criação do Index e da Inquisição<sup>201</sup>.

Por fim é apresentada a questão religiosa na Península Ibérica no século XV, indicando a falta de presença do reformismo protestante nesses países. É apresentada a problemática deste local nessa época: a numerosa comunidade judaica e os ataques feitos a esta através da Inquisição, conversão e expulsão dos territórios português e espanhol, que originou a expulsão dos Judeus de ambos os territórios com o apoio da Inquisição e

---

<sup>198</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.81.

<sup>199</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.82.

<sup>200</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.84.

<sup>201</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.84.

através de actos de violência, como os actos de fé<sup>202</sup>. É aqui sugerido aos alunos a seguinte actividade: «Elabora uma pesquisa sobre as principais religiões praticadas actualmente em Portugal e, se o teu professor estiver de acordo, promove um debate com os teus colegas sobre a tolerância e liberdade religiosa». É de realçar a extrema pertinência e importância deste exercício e a forma como é sugerido, pois uma vez que se trata de um assunto «delicado», deixa ao professor a responsabilidade de mediar o assunto e decidir quando a melhor forma de intervenção.

Entrando agora no tema 6, e nos seus capítulos constituintes, a religião é mencionada de forma dependente de outros tópicos, como associada aos antigos regimes (numa das páginas aparece um excerto de Memórias para a Instrução de Delfim, do rei Luís XIV, intitulada de «O direito divino dos reis»)<sup>203</sup> e à arte Barroca - o manual expõe a arte Barroca como útil à Igreja Católica por «exaltar a devoção dos fiéis de acordo com o espírito da Contrarreforma», juntamente com dois documentos de obras barrocas de fundamento religioso, o teto da Igreja de Santo Inácio com a pintura de Andrea Pozzo e a escultura de Bernini, *Êxtase de Santa Teresa*<sup>204</sup>.

Várias páginas adiante, após abordar o Iluminismo no contexto europeu, o manual foca-se neste movimento em Portugal, referindo o país como um «relógio atrasado», palavras utilizadas por Cavaleiro de Oliveira, pois para ele Portugal era um país ainda bastante intolerante, sobretudo com a Inquisição e o ensino ainda era bastante religioso, tradicional e associado à Igreja, sobretudo pelas mãos do Jesuítas. Com o intuito de alterar esta perspetiva a nível do ensino, surge a referência ao Marquês do Pombal. Com ele é analisada a expulsão dos Jesuítas e as reformas pombalinas. Estas reformas no domínio do ensino através das quais foram criadas novas escolas e locais de ensino, assim como foram introduzidas novas matérias, como a matemática e as ciências da Natureza, modernizando também os métodos de ensino, passando este a ser com recurso à experiência laboratorial<sup>205</sup>.

De seguida, no tema 7, são escassas as menções a assuntos relacionados com a religião, sendo importante destacar a página onde se apresenta a *Declaração dos Direitos Humanos*, com a indicação que podem encontrar a mesma na íntegra no site da editora

---

<sup>202</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p86.

<sup>203</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.99.

<sup>204</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.106.

<sup>205</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História oito*, p.120.

do livro. Passando ao tema 8, *A civilização industrial no século XIX*, nota-se que não existem quaisquer referências a temáticas religiosas, e assim damos por terminado a análise ao livro do 8º ano de escolaridade.

Por fim, iremos agora analisar o manual de História do 9º ano de escolaridade dos mesmos autores e da mesma editora. O manual começa com o Tema 9. *A Europa e o mundo no limiar do século XX*, onde a primeira menção a assuntos de religião surge com o colonialismo e com o imperialismo, ao indicar que «os colonizadores impunham a sua língua, a sua religião e os seus modelos culturais aos povos colonizados», referindo posteriormente que existia em demasia «preconceito racista» sobre os povos colonizados, sem nunca referenciar a religião ou as tradições religiosas existentes naquelas zonas<sup>206</sup>.

É referenciado um pouco mais adiante a queda da influência da Igreja no pós-guerra, como um dos factores de mudanças no clima social e dos costumes, e com essa diminuição «as antigas normas sociais deixaram de ser respeitadas»<sup>207</sup>.

Adiante, no capítulo III, *Portugal: da 1ª República à Ditadura Militar*, ainda no tema 9., é mencionada a Lei da Separação do Estado da Igreja como uma das medidas da 1ª República e a Laicização do Estado: «expulsão das ordens religiosas e nacionalização dos seus bens; criação do registo civil obrigatório; legalização do divórcio». Na secção *Vocabulário* surge a palavra *Laicização* definida como a «acção de tornar laico, isto é, de colocar de fora da esfera da Igreja. Diz-se que há uma laicização do Estado quando todas as instituições deixarem de ter um carácter religioso»<sup>208</sup>.

No tema 10. é referido de forma muito breve a política racista e antisemita por parte do partido Nazi aquando da II Guerra Mundial, o que levou ao genocídio de milhares de Judeus. O manual define antissemitismo como «doutrina racista, defendida pelos nazis que considerava os Semitas uma *raça inferior*. Os nazis identificavam como Semitas os Judeus»<sup>209</sup>. Em anexo a este tópico o manual expõe um excerto de *Mein kampf*, onde Adolf Hitler, o seu autor, exhibe a sua ideologia racista, assim como uma gravura da expulsão de Judeus de uma escola alemã.<sup>210</sup> De seguida o manual ao referenciar o Estado

---

<sup>206</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História nove*, p.12.

<sup>207</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História nove*, p.44.

<sup>208</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História nove*, p.70.

<sup>209</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História nove*, p.92.

<sup>210</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História nove*, p.93.

Novo em Portugal, indica que a principal diferença entre o regime de Salazar e o regime ditatorial italiano na altura seria o «caracter conservador e religioso» do regime português, não elaborando esta afirmação<sup>211</sup>.

É importante referir, no contexto da história da religião, a menção feita pelo manual da criação do Estado de Israel como uma das alterações provocadas pela II Guerra Mundial. A fundação deste novo Estado trará consequências graves e violentas até aos dias de hoje, muitas delas provocadas por questões religiosas e de etnia, questão que o manual ignora, referindo apenas que «a população muçulmana (os Palestínianos) reagiu com hostilidade à invasão dos Judeus que, terminada a guerra se dirigiam aos milhares para a Palestina»<sup>212</sup>. É também de realçar a breve referência que os autores fazem a Ghandi e da sua importância na luta pela independência da Índia, com a sua política de não violência<sup>213</sup>.

Por fim, no último capítulo do programa da disciplina de História do ensino básico português, o tema 12., são expostos os conflitos da contemporaneidade por «motivos étnicos, religiosos ou políticos», sobretudo a partir da década de 90. O manual menciona também o fundamentalismo, realçando sobretudo o fundamentalismo islâmico e as questões de terrorismo a ele associadas, dando o exemplo dos atentados terroristas do 11 de Setembro. Contudo na secção *Factos e Feitos* presente no manual, os autores esclarecem muito bem que o terrorismo associado ao fundamentalismo islâmico não representa o Islão na sua totalidade, mas sim uma minoria radical e que o combate a este não pode ser generalizado a «um choque de civilizações que, apesar das suas diferenças, têm muitos valores em comum»<sup>214</sup>. Na secção *Vocabulário*, *fundamentalismo* surge definido como a «tendência conservadora rigorista e intolerante de uma doutrina religiosa, que defende o regresso aos fundamentos dessa doutrina, expressos nos textos sagrados. Os fundamentalistas islâmicos interpretam rigidamente os preceitos do *Alcorão*, por exemplo, no que respeita à guerra santa ( *jihad* )»<sup>215</sup>. O fundamentalismo islâmico é referido nas páginas seguintes, mediante o cenário de guerra e mudança que

---

<sup>211</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História nove*, p.94.

<sup>212</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História nove*, p.122.

<sup>213</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História nove*, p.150.

<sup>214</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História nove*, p. 210.

<sup>215</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História nove*, p. 210

acontece no Médio Oriente desde a década de 80<sup>216</sup>. Não é, naquele âmbito, feita nenhuma referência ao fundamentalismo cristão.

Terminamos assim, a análise aos manuais de História do 3º ciclo do ensino básico, e tal como podemos observar, os conteúdos de religião são mais extensos no 7º ano de escolaridade, perdendo força ao longo do programa, com pouquíssimas menções a assuntos de religião no manual do 9º, ano escolar que corresponde a assuntos da contemporaneidade e onde seria vital abordar a religião no panorama actual. Contudo, e de uma forma geral, quando a religião está presente no programa a análise é feita de forma bem fundamentada e contextualizada, salvo em alguns casos que vamos agora abordar.

### **IV.3 Questões chave no ensino da religião**

Após analisados os conteúdos presentes no ensino da disciplina de História, no 3º ciclo do ensino básico, sobre religião, vamos debruçar-nos agora nas temáticas que surgem como lacunares e numa análise mais detalhada das temáticas presentes, tendo sempre em conta aquele que definimos como um dos objectivos principais da presença da religião no ensino: promover o conhecimento da religião para assim desconstruir preconceitos existentes, incentivar a tolerância e o diálogo inter e intra religioso e promover a convivência entre fé e razão. Vamos então definir alguns temas chave que consideramos importantes no estudo da religião, de um ponto de vista e panorama geral e estipular onde seria viável colocar estes temas chave, assim como outros temas que surgem com o próprio programa.

Antes de passarmos então à apresentação das questões chave do estudo da religião a incluir nos programas de ensino, importa referir que a abordagem feita actualmente no 7º ano, e no manual correspondente, é bastante coerente e detalhada. Contudo tal vai se degradando ao longo dos anos escolares e do programa, com o 9º ano basicamente sem referências importantes à religião. Isto mostra como existe ainda dificuldade em estudar, a nível da disciplina de História, a presença da religião na contemporaneidade, algo que se pode revelar perigoso, pois sem os conhecimentos básicos do lugar da religião no mundo contemporâneo, os alunos, e demais cidadãos não estarão prontos para lidar com eles.

---

<sup>216</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História nove*, p.212

São inúmeras as questões que podem ser abordadas em contexto escolar relacionadas com a religião, contudo é impossível inclui-las a todas na disciplina de História. Com base no debate que acompanhámos ao longo dos primeiros capítulos desta dissertação, segue então, a uma proposta dos principais tópicos a serem incluídos nos programas da disciplina de História do 3º ciclo do ensino básico, de forma a serem abordados e discutidos na sala de aula, assim como a alteração de alguns dos tópicos e assuntos que já constituem no programa e nos manuais analisados.

No tema 1. *Das sociedades recolectoras às primeiras civilizações* seria então importante estudar o surgimento da religião e da fé e como uma esfera determinante no contexto do processo de hominização. Este tópico é de extrema importância para se perceber como a religião é construída e o seu propósito. É aqui que os alunos vão poder observar que a religião é criada pelo homem mediante as suas necessidades e conhecimentos, dando exemplos das manifestações religiosas entre as sociedades de caçadores do Paleolítico. Começar-se-ia por estudar as religiões na pré-história e como elas eram manifestadas e que provas temos dessas manifestações, sobretudo através da arqueologia. A religião está presente desde os primórdios do ser humano e tal fenómeno não pode ser ignorado. Ela surge como uma necessidade básica para a vivência do homem pré-histórico. O *Homo sapiens* para além de se racional é também religioso.

O manual analisado refere de uma forma muito linear o aparecimento da religião, indicando apenas:

*Para os caçadores do Paleolítico Superior a sobrevivência dependia não só da abundância da caça como da força do grupo a que pertenciam. Por isso, veneravam as forças da Natureza, a fecundidade da vida e a presença dos mortos. Estas crenças levavam-nos a praticar ritos mágicos*<sup>217</sup>.

Contudo, o manual faz uma boa ligação entre a religião, a arte e a arquitectura dando até exemplos de vários tipos de arte (como escultura e a gravuras no interior de cavernas)<sup>218</sup>. O manual opta por abordar o local *Çatal Hüyük*, um dos povoamentos mais conhecidos do neolítico, sobretudo pela vasta coleção de estátuas e estatuetas encontradas de imagens femininas, aspecto realçado no manual. Sugerimos, que para além deste povoamento, ou em substituição deste, seja exemplificado a construção e constituição do

---

<sup>217</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.22.

<sup>218</sup> DINIZ, M. Emília [et al], *História sete*, p.23.

local *Göbekli Tepe*, na Turquia, conhecido como o primeiro vestígio de religião do mundo, construído por caçadores colectores no décimo milénio a.C. Este local para além de estar associado ao aparecimento da religião, está também associado ao desenvolvimento das civilizações urbanas, criando um ponto interessante de discussão com os alunos, se de facto surge primeiro a religião ou a civilização (o arqueólogo Klauss Schmidt afirma que «first came the Temple, then the City»<sup>219</sup>). Nesta temática os alunos teriam de reflectir numa «abordagem ponderada das religiões como fenómenos de civilização»<sup>220</sup>, baseada nos vestígios encontrados em *Göbekli Tepe* que indicam que esse local foi responsável pelo desenvolvimento de civilizações urbanas, pois ao juntarem-se no Santuário para os cultos religiosos estariam a criar as primeiras formas de civilização e de comunidades. E uma vez que o título deste primeiro tema é *Das sociedades recolectoras às primeiras civilizações*, seria interessante no final do mesmo, os alunos fazerem uma análise elaborada, dentro das capacidades exigidas para o 7º ano de escolaridade, dos vários factores que ajudaram na criação das civilizações, sendo a religião um desses factores.

O manual passa logo de seguida para o estudo das civilizações egípcia e hebraica, as quais são muito bem contextualizadas e apresentadas, mas sem referir a religião na Mesopotâmia nem esta sociedade, que tanta importância teve no período chamado de pré-clássico por ser a primeira civilização conhecida. Assim, neste ponto (capítulo B do tema I) sugerimos que se aborde, então a Mesopotâmia e a religião desta civilização, uma vez que será esta região e este povo que irão influenciar grande parte das religiões que vão surgir posteriormente. Seria então inicialmente contextualizado geográfica e socialmente a Mesopotâmia, com a indicação que este é o nome dado ao local geográfico situado na Ásia, entre os rios Tigre e Eufrates. Tinham residência na Mesopotâmia os povos sumério, acádico, babilónio e assírio, sendo as principais línguas faladas a língua suméria e a língua acádica. A Mesopotâmia era extremamente rica culturalmente sobretudo na literatura, que podia ser escrita ou declamada. A mitologia na Mesopotâmia existe em textos que datam desde o fim do terceiro milénio a.C. até a metade do primeiro milénio a.C. Os povos sumério e acádico viveram juntos em «simbiose cultural» (conceito que poderia surgir

---

<sup>219</sup> SCHMIDT, Klauss apud. MANN, Charles C., “Birth Of Religion” in *National Geographic Magazine*, ed. Junho 2011, p.34.

<sup>220</sup> DEBRAY, Régis – *O ensino do fenómeno religioso na escola laica: Relatório ao Ministro da Educação Nacional* in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões*. N16/17, Ano XI, 2012, p.18.

definido na secção *Vocabulário*) durante o terceiro milénio a.C., sendo que a única coisa que os diferenciava era a língua falada (língua suméria ou língua acádica). No século XIV a.C. a língua acádica era considerada língua franca o que ajudou a transmissão de textos escritos por diversos países nesse século<sup>221</sup>.

No que toca à religião na Mesopotâmia, esta era uma religião politeísta, no contexto da qual cada cidade venerava apenas um Deus, não deixando assim de reconhecer outros Deuses. De forma diferente, mais complexa e evoluída do que as religiões do paleolítico e do neolítico, a religião na Mesopotâmia tinha dois aspectos fundamentais, que são importantes referir: «primeiro, o deus principal, o governante sobrenatural, o espírito da sociedade, que permanece através de todas as gerações humanas e dá continuidade, anulando assim a transitoriedade da vida humana: e segundo, uma tentativa de resposta aos problemas surgidos da própria existência do dia-a-dia dos indivíduos humanos, ensinando-os a lidar com o sofrimento e as dificuldades»<sup>222</sup>. Na Mesopotâmia havia o culto dos espíritos, uma forte importância dos animais na representação divina e apesar de ser uma religião politeísta tinha Deuses que eram maiores do que outros. Era extramamente rica em mitologia e a religião não estava separada do estado.<sup>223</sup> Os principais deuses adorados da Mesopotâmia eram *Enlil*, *Marduk*, *Ninlil*, *Enki*, *Innana*, *Ishtar*, e *Astarte*<sup>224</sup>. Seria importante também referir que será a partir de muitos textos e tradições da Mesopotâmia que irão surgir muitos aspectos culturais e religiosos nas religiões grega e romana, mas também no Judaísmo e no Cristianismo.

Neste capítulo seria ainda importante reforçar que apesar de falarmos hoje em dia em religião grega e religião romana, os povos dessas duas sociedades não tinham a noção da religião ou da fé como esferas autónomas. A religião era algo percebido em conjunto com a política, presente na vida de todos, sem excepção e tanto para os gregos e para os romanos não existia a noção de acreditar. Eles sabiam que os Deuses existiam, não havia espaço para dúvidas.

---

<sup>221</sup> WEST, M. L. – *The East Face of Helicon. West Asiatic Elements in Greek Poetry and Myth*. Nova York: Oxford, 1999, p.591.

<sup>222</sup> LING, Trevor – *A History of Religion East and West: A Introduction and Interpretation*. Hong Kong: The Macmillan Press Ltd, 1968, p.35.

<sup>223</sup> ALLAIN, Botton de – *Religião para ateus. Um guia para não crentes sobre as utilizações da religião*. Lisboa: Publicações D. Quixote (2011), pp.93-105.

<sup>224</sup> SMART, Ninian – *The World's religions*. 2ª ed. Cambridge: University Press, 1999, p.199-201.

Ao entrarmos no ponto *Novos contributos: a religião hebraica*, do capítulo B do tema 1, seria importante abordar e desenvolver os factores da passagem de politeísmo para monoteísmo. Neste ponto os alunos seriam incentivados a ponderarem nas razões pelas quais existiu uma necessidade, humana e social, de a religião passar de politeísta para monoteísta, com o surgimento da religião judaica e mais tarde com o Cristianismo. A verdade é que «o aumento do poder de Deus é feito em proveito da grandeza do homem»<sup>225</sup>, e na altura que o Judaísmo se começou a formar como a primeira religião monoteísta, o homem já tinha consciência da sua natureza individual. Já tinha noção de ser um indivíduo singular, inserido numa sociedade ou comunidade. Com isto vem igualmente a noção de independência (que tanto influirá a luta judaica) e de perfeição. Com a evolução do Judaísmo para o Cristianismo estas qualidades foram-se aperfeiçoando, de tal modo que «a religião cristã introduziu na sociedade o princípio de emancipação dos indivíduos, anteriormente ignorado»<sup>226</sup>.

De acordo com o que analisámos no capítulo III – Fé e Razão desta dissertação, face à visão por vezes negativa da maioria dos portugueses em relação ao Judaísmo e a falta de conhecimento dos mesmos em relação a esta religião, seria importante abordar a sua tradição, tratando a questão em torno de Israel e da Palestina, e do próprio culto em volta do Judaísmo. Tal como referimos anteriormente, o manual opta por utilizar a palavra Palestina para designar o local para onde o povo Hebreu imigrou. Isto surge de forma errada na medida em que na época o local era denominado de Canaã. A denominação Palestina surge mais tarde devido aos romanos. No que se refere à religião, para além do conteúdo histórico apresentado pelo manual em análise, seria importante fazer menção a alguns aspectos característicos desta. Assim, o manual abordaria a importância da sinagoga, como o local de culto do Judaísmo e do *Sabat*, momento em que os Judeus descansam após a semana de trabalho, inspirado na criação do mundo pelas mãos de Deus, que também descansou ao sétimo dia, que decorre do pôr do Sol de sexta-feira até ao pôr do Sol de sábado, uma vez que no calendário Judeu o sétimo e último dia da semana corresponde ao sábado. Seria importante também referir alguns elementos da tradição judaica, como o *kosher*, ou seja, os alimentos que os judeus podem ingerir e que excluem

---

<sup>225</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.xviii.

<sup>226</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p. xviii.

a carne de porco e de coelho, o marisco, assim como toda a comida feita de sangue. Seria também importante referir a circuncisão, acto realizado nos rapazes no oitavo dia após o seu nascimento e o *Bar Mitzvah* e *Bat Mitzvah*, que são as celebrações do 13º aniversário dos rapazes, quando se tornam filho do mandamento e das raparigas no 12º aniversário, quando se tornam filha do mandamento, respectivamente<sup>227</sup>. Terminando assim as questões à volta da religião judaica, uma sugestão de exercício seria a apresentação de conteúdos e tradições judaicas na cultura popular ocidental, numa tentativa de mostrar aos alunos que, apesar de em Portugal a cultura judaica ter uma baixa representação, esta está presente em muitos aspectos de cultura geral que os alunos têm acesso.

Outro tópico de importância para o estudo da religião na disciplina de História é o estudo do Cristianismo e a criação do conceito de história e a passagem do tempo de circular para linear, que poderia ser incluído no capítulo B do tema II, *O Cristianismo: uma religião inovadora*. A noção de história tem também fundamentos bíblicos, assim o indica Umberto Eco ao afirmar que «foi o cristianismo que inventou a história, e é com efeito, o moderno Anticristo quem a denuncia como enfermidade»<sup>228</sup>. Ele expõe que a partir do Livro do *Apocalipse*, mais concretamente, o capítulo 20, a indicação que num prazo simbólico de mil anos Satanás retornará à Terra e haverá um choque final entre as forças do bem contra as do mal, criando assim uma linha, com um início e fim, que marca a história. Ele explica que estes acontecimentos não são históricos, mas sim espirituais, ou seja, simbólicos e que a noção de história se insere aqui ao alegar um potencial de fim de mundo, quando Cristo voltar à terra para julgar os vivos e os mortos, ou seja, com a criação da parúsia. Esta forma de encarar o fim do mundo, mesmo que de forma simbólica tanto com a vinda de Satanás como com a vinda de Jesus, com um prazo delimitado, «doa ao mundo a ideia de História como trajectória para diante, ideia estranha para o mundo pagão»<sup>229</sup>. Poderia aqui ser sugerido um exercício em que o aluno fizesse uma pequena pesquisa sobre as diferentes formas pagãs de encarar a noção de tempo.

---

<sup>227</sup> GAARDER, Joseph – *O Livro das Religiões*. Queluz de Baixo: Editorial Presença. 1997 – 3ª ed., 2007, pp.109-128.

<sup>228</sup> ECO, Humberto e MARTINIS, Carlo Maria – *Em que crêem os que não crêem? Um diálogo sobre a ética no fim do milénio*, 1999, p.6.

<sup>229</sup> ECO, Humberto e MARTINIS, Carlo Maria – *Em que crêem os que não crêem? Um diálogo sobre a ética no fim do milénio*, 1999, p.6.

Ao terminar os temas 1, 2 e 3 e conseqüentemente o estudo das primeiras civilizações e o aparecimento de novas religiões no Ocidente, será importante abordar o estudo das interações religiosas no passado, pois será uma ótima via de combate ao preconceito e à violência gerada em torno de questões religiosas actualmente. Apesar de muitas das interações no passado não terem ocorrido de forma pacífica, elas servem para mostrar que uma religião nunca é só, e que é influenciada por outras religiões que eram suas contemporâneas. A verdade é que «de todas as religiões somos devedores, de todas herdeiros»<sup>230</sup>. É exemplo disso a influência mútua entre a Mesopotâmia e o Judaísmo, o Judaísmo e o Egípcio, a Grécia Antiga e a Religião Romana, e o Hinduísmo e o Budismo (a estudar mais adiante). Há a tendência de assumir que as religiões não se reconhecem umas às outras e muitos problemas derivam dessas premissas erradas, às vezes até achando que as outras religiões são uma ameaça radical. Mas é importante não retratar esta influência de religião para religião como um plágio, mas sim como um processo natural da convivência entre diferentes grupos. Veja-se o exemplo do Cristianismo. A *Bíblia* reconhece outras formas de religiosidade. Os hebreus durante anos viveram junto dos egípcios e tiveram um enorme contacto com a Mesopotâmia, tendo tido também contacto com a manifestação religiosa do Império Romano e tendo, enfim, dado lugar à estruturação do Judaísmo. Aqui os alunos seriam incentivados a adquirir um pensamento comparativo entre as demais religiões e observar, que de facto, são mais as coisas que as unem que as que as separam, e observarem que a religião como um processo social é também um processo de assimilação cultural. Este seria o ponto que abordaria as religiões na sua essência e credos, como forma de compreender as suas heranças.

Seria também apropriado incluir aqui uma comparação entre os vários mitos e histórias de dilúvio, mito esse intrínseco a todas as grandes religiões contemporâneas. Este mito surge, retratado de forma semelhante na Mesopotâmia, no Judaísmo e Cristianismo, na mitologia Grega assim como no Hinduísmo. Assim os alunos poderiam entender que a religião não é feita a partir do nada e que não faz plágio, apenas assimila social e culturalmente aspectos de outras religiões, sobretudo através das migrações. O estudo comparativo deste mito auxiliaria a compreensão da herança e passagem de conteúdo de religião em religião. Os alunos estudariam também as diversas formas de transmissão de conteúdos e como eram esses conteúdos adaptados à nova tradição

---

<sup>230</sup> PINTO, Paulo Mendes – “Editorial” in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões* N16/17, Ano XI, 2012, p.15.

religiosa que tinham chegado. Seria importante abordar neste ponto o conceito de *Era Axial*, criado pelo filósofo Karl Jaspers, que refere o período desde o ano 800 a.C. e o ano 200 a.C. como o período que surgiu a mesma linha de pensamento em três regiões distintas do Mundo: a China, a Índia e o Ocidente.

Seria igualmente importante incluir neste ponto uma análise dos vários mitos de fundação e criação existente em várias religiões antigas, assim como a sua importância no contexto histórico e social, destaque para as histórias do livro do *Génesis*, orientando sempre esse estudo para uma compreensão de que «os mitos de fundação são expressão desse trabalho cultural de mapeamento da experiência humana e de inscrição num sistema de referência»<sup>231</sup>. Um dos mitos de criação aqui estudados seria o que surge no livro do *Génesis*. O estudo deste mito servirá para os alunos perceberem a natureza humana que existe por detrás da religião. Tal como indica Fernando Catroga, uma das formas de melhor entender a religião - e quando falamos em religião referimo-nos à religião num sentido geral - é através do estudo da *Bíblia* e da sua concepção. A *Bíblia* foi criada pelo homem, através de inspiração divina, mas foi o homem com todas as suas capacidades e incapacidades que a redigiu, que deixou por escrito a história do povo Hebreu e os ensinamentos de Jesus. Mas como tudo o que é criado pelo homem, a *Bíblia* é imperfeita e assim também o é a religião. São vários os autores dos diversos livros que compõem a *Bíblia* (tal como o próprio nome indica conjunto de livros), pelo que podemos até afirmar, com base em fundamentos históricos e arqueológicos, que alguns dos livros foram mesmo compostos por mais do que um autor, como é o caso do livro do *Génesis*, que apresenta duas histórias para a criação do homem. O primeiro relato dá uma enorme importância à água como criadora do mundo, sendo que no segundo relato é a poeira que desempenha uma função de criadora. Quem tem um conhecimento dos mitos da Mesopotâmia encontra certamente muitos paralelismos entre os dois relatos e os mitos de criação mesopotâmicos. Mas o que podemos observar a olho nu é que quem redigiu o primeiro relato não redigiu o segundo – apesar de para muitos o livro do *Génesis* ter como autor Moisés - e que estes estavam em locais geográficos diferentes, sendo que o primeiro autor muito provavelmente vivia junto ao mar ou a um rio. No entanto, pode concluir-se que o conteúdo acaba por ser o mesmo, o «sumo» dos dois relatos é equivalente: Deus criou o mundo e tudo o que incorpora e tudo o que nele vive em último lugar criou o homem e

---

<sup>231</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001, p.52.

só depois a mulher. O resto são pormenores literários. O que os alunos poderão observar aqui é que ao contarem uma história, seja ela qual for, nunca vai ser exactamente igual ao relato de outra pessoa da mesma história. Vão utilizar palavras diferentes, entoações diferentes, expressões diferentes. E acima de tudo vão contar a história da sua perspectiva, humana e imperfeita. E a *Bíblia* é exactamente isso, «os livros sagrados não são um ditado divino – são Palavra de Deus em palavras humanas»<sup>232</sup>, são relatos sobre a forma literária, feita por humanos imperfeitos.

É de realçar a falta de referência ao Grande Cisma do Ocidente que ocorreu dentro do Cristianismo, em 1054, separando as Igrejas do Ocidente e do Oriente, dando origem à Igreja Católica e à Igreja Ortodoxa, respectivamente. Seria importante referir que este cisma ocorreu devido a uma variedade de factores políticos, culturais e teológicos que tinham vindo a ser fomentados ao longo dos séculos, sendo de destacar as diferentes visões em relação ao Espírito Santo e à forma de Jesus Cristo, assim como a questão geográfica (o império do Oriente e do Ocidente estavam divididos desde a queda do Império Romano) e a visão da hierarquia dentro da religião, nomeadamente a posição do Papa. Este assunto deveria então surgir na transição do tema 2. para o tema 3.

No tema 4. *O contexto europeu do século XII ao XIV*, aquando da menção do aparecimento das Universidades, com a necessidade de um ensino laico, sugerimos que seja feita uma abordagem, baseada nos textos de Émile Durkheim, à religião como criadora do pensamento racional. O autor afirma que «o pensamento científico não é mais do que uma forma mais perfeita do pensamento religioso»<sup>233</sup>. Aqui seria abordado o facto de ter sido «no seio da religião, que se desenvolveu, na verdade, os primeiros sistemas de explicação da natureza e do homem, e as instituições sociais»<sup>234</sup>. A religião é uma das criações humanas mais antigas. Vem desde os tempos primitivos, não da forma que a conhecemos hoje, mas na busca de respostas transcendentais e na necessidade do absoluto. A religião primitiva tinha como preocupações principais a natureza o homem e a sociedade, as mesmas preocupações que terão as ciências naturais e humanas, baseadas sobretudo na razão. Os alunos poderiam então observar, e discutir, o papel da religião e

---

<sup>232</sup> BORGES, Anselmo - "Religião, religiões e diálogo inter-religioso" in *Revista Portuguesa de História*. t. XL (2008/2009), p. 32.

<sup>233</sup> DURKHEIM, Émile – *As formas elementares da vida religiosa*. Oeiras: Celta Editora, 2002. p, 332.

<sup>234</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, 2001,p.22.

do pensamento religioso primitivo no surgimento da razão e das ciências. A verdade é que a lógica sempre existiu, apenas foi evoluindo com as próprias sociedades, e aqui os alunos iriam observar como é que a lógica era manifestado na pré-história, nas comunidades de caçadores-colectores até às sociedades medievais e como essa utilização da lógica, sobretudo voltada para a religião, influenciou o pensamento racional.

No que se refere à matéria de religião no manual de História do 8º ano, que se torna mais escassa do que é no manual de História do 7º ano de escolaridade, começamos pelo primeiro tema deste manual, o tema 5. do programa escolar – *A expansão e mudança nos séculos XV e XVI* – onde é referida a presença dos portugueses e espanhóis, em África, no Oriente e na América. Primeiramente, quando se trata da presença portuguesa na África negra são apenas referidas pelo manual as tentativas de cristianização por parte dos portugueses, sem referir as práticas religiosas que já existiam. De uma forma geral e breve sugerimos que seja referido os tipos de religião que os portugueses encontraram ao chegarem a África, uma vez que, como vimos anteriormente, têm influência na forma como a religião se manifesta em Portugal actualmente. Assim o manual podia referir que as religiões em África eram sobretudo antropomórficas, conceito este que surgiria definido na secção *Vocabulário*, referir como os deuses, os espíritos e as forças da natureza são pensadas em termos humanos, e a importância na crença numa força suprema. Estas religiões possuíam fortes mitologias ligadas à morte e o ritual mais praticado era o sacrifício. Os manuais deveriam referir também os ritos de passagem tanto para rapazes como para raparigas. Seria importante referir também que a música desempenhava um papel muito importante nestas religiões, como hoje ainda podemos observar. As religiões mais conhecidas e de importante menção são as religiões *Yoruba*, *Nuer*, *Mbuti*, e *Zulu*<sup>235</sup>. A menção a estas religiões africanas é importante na medida em que os portugueses assimilaram muitas das tradições com o colonialismo, destacando-se a questão do mau-olhado, como já vimos anteriormente<sup>236</sup>.

De seguida, quando se trata do Império Português no Oriente é referido de forma muito vazia o Hinduísmo e o Budismo. É importante referir aqui que nos tempos que correm não se justifica o estudo apenas do Ocidente, pois vivemos num mundo cada vez mais aberto podendo ser prejudicial a falta de conhecimentos por parte dos alunos e

---

<sup>235</sup> Cf. SMART, Ninian – *The World's religions*. 2ª ed. Cambridge: University Press, 1998, p.1198.

<sup>236</sup> Ver p.43.

cidadãos de assuntos históricos que não façam parte da Europa, evitando assim consequências a nível do campo social pois «ninguém é mais hostil a todas as religiões do que o céptico que não conhece outra tradição além da do Ocidente»<sup>237</sup>. Então, seria muito benéfico se neste tema, quando é referido o Império Português no Oriente, surja uma definição de Hinduísmo e Budismo mais detalhada e exaustiva - uma vez que são religiões que ainda existem no dias de hoje, com o Hinduísmo com presença considerável em Portugal - e que sejam apresentados aspectos destas religiões, da mesma forma como foram apresentadas as religiões estudadas no 7º ano de escolaridade – religião na pré-história, religião egípcia, religião hebraica, religião grega, religião romana, religião cristã e religião muçulmana. Assim sugerimos a criação de uma página no manual para cada uma destas duas religiões, englobando os seguintes tópicos.

Primeiro ao falar de Hinduísmo é importante referir que é uma das religiões mais antigas do mundo, pelo que muitos creem que tenha sido formada em cerca do ano 2 000 a.C, e que é manifestada pela multitude de tradições e influências que foi adquirindo ao longo de todos estes anos. Esta estimativa de data para o aparecimento da religião é possível através da herança escrita deixada pelos *Vedas*, textos sagrados com milhares de hinos que louvam os Deuses. De seguida deverá abordar-se a problemática de categorização da religião hindu, uma vez que não assenta nos conceitos utilizados pelo Ocidente para definir as suas religiões, e talvez seja este o motivo pelo qual o Hinduísmo é raramente estudado no Ocidente. O Hinduísmo é considerada por muitos uma religião politeísta assim como monoteísta. Os praticantes desta religião acreditam numa *Força Superior* a tudo e todos, que está presente em todos os locais, chamada *Brahma*, o que por sua vez não invalida a crença em várias divindades. Pode ser apresentado aqui o conceito *monismo*, na secção *Vocabulário*, como a crença em algo superior ao invés de um Deus superior<sup>238</sup>. Os Deuses mais importantes do Hinduísmo, são *Shiva*, *Ganesh*, *Parvati*, *Kali* e *Vishu*. O Hinduísmo está fortemente ligado à vida social e cultural, pelo que os cidadãos estão agrupados em diferentes castas, mediante o seu estatuto social, com bases religiosas. As quatro castas são os *Brahmins*, padres e professores; *Kshatriyas*, reis, astocráticos e guerreiros; *Vaisyas*, mercadores, negociadores e artesões; e *Sudra*, escravos

---

<sup>237</sup> LING, Trevor – *A History of Religion East and West: A Introduction and Interpretation*. Hong Kong: The Macmillan Press Ltd, 2005, p.19.

<sup>238</sup> Cf. HOLLOWAY, Richard. *A Little History of Religion*. New Haven: Yale University Press, 2016, p.20.

e agricultores. O principal propósito da religião hindu é escapar à roda da existência e alcançar a salvação<sup>239</sup>, o *karma*.

O Hinduísmo é uma religião que incorpora múltiplas crenças. Nos templos hindus conseguimos encontrar imagens de Jesus e de Buda juntamente com as divindades hindus<sup>240</sup>. A dimensão ritual do Hinduísmo é feita sobretudo através da prática do *Yoga* e do culto – *Puja*. Sugerimos também a inclusão de imagens dos vários templos hindus, das estatuetas dos deuses e incluir a imagem da *suástica*, explicando que representa um símbolo auspicioso do Hinduísmo. Simboliza a natureza eterna de Brahman, referindo que actualmente tem uma conotação negativa devido ao indevido uso por parte do partido Nazi.

No que se refere ao Budismo, é importante referir antecipadamente que se trata de uma religião sobretudo focada na prática e não tanto no credo, onde o mais importante é o que se faz e não aquilo em que se acredita. O Budismo inicia a sua história com o nascimento de Siddharta Gautama no séc. VI a.C. (acredita-se que tenha sido no ano 580) perto das Montanhas dos Himalaias. Siddharta era um príncipe que vivia na riqueza até que um dia, quando tinha 29 anos, recebeu quatro visionamentos que o fizeram questionar a sua essência e propósito. Assim, seguiu numa peregrinação, sem comida e sem casa, a qual ficou conhecida como a *Grande Renúncia*, em busca do segredo para viver uma melhor vida, sem sofrimento. Passados 6 anos, ao sentar-se debaixo de uma árvore Siddharta finalmente percebeu que a forma de viver uma vida sem sofrimento era renunciar o desejo pessoal. Nessa noite, conhecida como a *Noite Sagrada*, ele tornou-se o *Buda*. Assim nasceu o Budismo e com ele as quatro nobres verdades: a vida é feita de sofrimento, a causa de sofrimento é o desejo, o desejo pode ser eliminado e a forma do eliminar é seguir *O Caminho das Oito Vias*. O Budismo é praticado sobretudo através da meditação e é mais recorrente nos países orientais. Também aqui seria propício incluir textos referentes ao Budismo, imagens de Templos e das representações de Buda<sup>241</sup>.

De seguida, com o tópico *O Império Espanhol da América*, seria mais uma vez vantajoso referir as práticas religiosas dos Ameríndios, dos Maias, dos Astecas e dos Incas

---

<sup>239</sup> Cf. HOLLOWAY, Richard. *A Little History of Religion*. New Haven: Yale University Press, 2016, p.13.

<sup>240</sup> Cf. FOWLER, Jeaneane... [et al] - *World religions: an introduction for students*. Brighton: Sussex Academic Press, 1997, p.181.

<sup>241</sup> Cf. HOLLOWAY, Richard. *A Little History of Religion*. New Haven: Yale University Press, 2016, pp. 24-29.

pois são importantes para a herança cultural do Mundo, assim como é a religião egípcia, a religião grega e a romana. Na América do Sul, as principais manifestações religiosas estavam presentes em sociedades do Peru e do México. Estas religiões eram politeístas, estavam presentes sobretudo em templos e incluíam muitas vezes sacrifícios humanos. Os Incas, presentes no Peru, deixaram poucos registos escritos, mas deixaram uma vasta herança arquitectónica com templos e locais de culto. Os Maias, no México, tinham uma forte relação com o tempo, devido à importância do Deus do Sol e utilizavam calendários. Em relação aos Astecas, o manual analisado faz referência esta civilização na secção *Factos e Feitos*, fazendo poucas referências à sua religião, destacando a sua importância a nível arquitectónico.

Mais adiante no programa, outra ausência importante a referir é a não menção do fenómeno de secularização quando o manual aborda as temáticas do Iluminismo. Aqui deveria constar uma pequena definição de secularização, tornar claro o motivo do seu desenvolvimento, assim como, as suas funções nas sociedades contemporâneas ocidentais. Seria pertinente surgirem aqui as definições de conceitos como ateu e agnóstico. Ainda neste ponto poderia surgir um estudo comparativo do modo como a secularização acontece no Ocidente e não no Oriente, uma vez que já foram apresentadas duas das religiões mais importantes do Oriente, da mesma forma que o fizemos no capítulo I desta dissertação, mas claro, adequada ao nível de ensino e de conhecimento por parte dos alunos do 8º ano.

Nos temas seguintes que compõe o manual de História do 8º ano, podemos observar que há uma forte insistência em abordar assuntos relacionados com o clero, a organização deste em Portugal e a supremacia deste em toda a Europa, assunto que poderia ser reduzido para dar lugar a textos sobre as religiões atrás referidas, num contexto mundial.

Uma vez que o manual História do 8º ano aborda um pouco da história dos Estados Unidos da América, achamos conveniente incluir aqui referência às novas correntes que surgiram aquando da sua independência e povoamento, uma vez que muitas delas têm presença em Portugal. Falamos então dos chamados Grande Despertares, que na sua primeira fase foi um dos contributos para a independência dos EUA. Como mencionado anteriormente, em relação às religiões do Oriente, seria importante que os alunos estudassem não só a história de Portugal e da Europa, mas também dos outros países do Oriente, e neste caso dos outros países ocidentais. Este movimento teve o seu início no século XVIII com a chegada de vários grupos de europeus à então chamada Nova

Inglaterra. Seriam então abordadas as correntes referentes aos presbiterianos, os metodistas, os Irmãos Darbistas, os congregacionalistas, os baptistas, as Assembleias de Deus, e o pentecostalismo. Aqui poderia surgir a proposta de exercício para os alunos fazerem uma pesquisa nos diversos meios sobre as Igrejas protestantes presentes em Portugal e o seu número de seguidores.

Ao entrarmos no tema referente à implantação da I República em Portugal, e consequente Lei da Separação do Estado da Igreja (assunto que o manual *História nove* aborda) seria apropriado introduzir os termos laicidade e todos os seus derivados. Tal como indicámos na análise feita ao manual em questão, a definição de laicização surge de forma um pouco enganadora, pois apenas sugere que a laicização é o afastamento de tudo o que é religioso. Como já tivemos oportunidade de observar, a laicização não pode ser definida de forma tão reduzida e linear, correndo o risco de ser erradamente entendida como laicismo. Assim sugerimos a inclusão de termos chave na definição de laicização como separação por parte do Estado à Igreja, reconhecendo sempre esta última como uma esfera da experiência humana, não a rejeitando. Importante referir também, como um marco da história da religião em Portugal, a aparição de Fátima em 1917, altura em que a I República era caracterizada pelo confronto aberto com a Igreja. As aparições de Fátima vieram reforçar o lugar da fé e da religião na sociedade portuguesa, mesmo com a nova Lei da Separação do Estado da Igreja.

No que se refere a temas presentes no manual do 9º ano, é de destacar também a ausência de referências ao II Concílio do Vaticano, que teve lugar de 1962 a 1965, concílio ecuménico (a palavra *ecuménico* poderia também vir definida na secção *Vocabulário*) que tinha como principal objectivo realizar uma reflexão sobre o papel da Igreja na contemporaneidade, e assinala um marco importante, não só para a Igreja Católica, como para a religião em geral, pois define a «mudança de atitude da Igreja Católica face ao mundo contemporâneo»<sup>242</sup>, onde se insere o respeito pela liberdade religiosa e de opinião, tão necessárias. É também graças a este Concílio que as missas são hoje celebradas nas línguas vulgares e não no latim. Assim como também seria importante referir a assinatura da Concordata de 1940, no regime de António Oliveira de Salazar e, mais adiante no manual, da Concordata de 2004. A Concordata de 1940, fortemente

---

<sup>242</sup> PINA, Maria de Fátima, *As Religiões no Ensino da História: Uma análise do programa do 3º ciclo do ensino básico em Portugal*. Lisboa, 2012, p.75.

assinhalada pelo regime ditatorial e de grande essência católica, tinha como grande objetivo oficializar as relações entre Estado-Igreja. Esta Concordata beneficiava somente a Igreja Católica, sendo a única isenta fiscalmente a única a ter o direito de ser ensinada nas escolas. Após o 25 de Abril a Concordata foi revista, de modo a incluir o direito ao divórcio para todos os que tinham celebrado o matrimónio na Igreja Católica.

Falando em 25 de Abril, o programa da disciplina de História deveria também incluir menção que um dos principais fenómenos no pós 25 de Abril foi a chegada de novas correntes religiosas a Portugal, sobretudo às grandes cidades, como Lisboa e Porto. Destacar-se-iam então o Islão, que apesar de já ter uma comunidade em Portugal, observou um grande crescimento após 1974 graças à vinda de crentes de Moçambique e da Guiné; o Hinduísmo, vindo sobretudo de Moçambique; Igrejas Ortodoxas, que em 1975 criaram a Igreja Católica Ortodoxa de Portugal (ICOP); os Bahá'is que conseguiram obter personalidade jurídica em 1975 e que tem vindo a crescer desde a década de 1990<sup>243</sup>. Na secção *Factos e Feitos* sugerimos a inclusão de explicação da religião Baha'i incluindo os seguintes tópicos: religião monoteísta que surgiu no século XX, mediante os ensinamentos de Bahá'u'lláh,. Apesar de se basear em grande parte no profetismo milenarista islâmico, a fé Bahá'i surge sobretudo nos Estados Unidos da América. Tem como fundamentos principais a integração inter-racial de todos os povos, a emancipação da mulher, a conquista da Paz Mundial, a reconciliação entre religião e a ciência e união de todas as religiões<sup>244</sup>.

Outras referências a comunidades religiosas menos vastas presentes em Portugal deveriam incluir também o *Candomblé* (religião com origem africana, trazida para Portugal sobretudo através do Brasil focado no animismo e na crença dos orixás e a utilização de búzios), o *Umbanda* (religião brasileira, com semelhanças ao Candomblé, distinguindo-se sobretudo no seus ritos por meio de um médium), *Tocoísmo* («movimento fundado por Simão Gonçalves Toco, líder religioso angolano, de carácter protestante e messiânico, que esteve na origem da criação da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo e que, antes da independência angolana, desempenhou também um papel de contestação ao colonialismo português na Angola»<sup>245</sup>), e a *cientologia* («movimento

---

<sup>243</sup> SANTOS, Luís Aguiar – “A transformação do campo religioso português” in *História Religiosa de Portugal: Religião e Secularização*. Vol.3, 2002, pp.485-89.

<sup>244</sup> SANTOS, Luís Aguiar. Pluralidade Religiosa in *História Religiosa de Portugal* (2002), pp.480-9.

<sup>245</sup> “Tocoísmo” in GRANDE DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA (2010).

religioso fundado em meados do século XX nos EUA pelo autor de ficção científica Ron Hubbard e que se baseia na procura do autoconhecimento e da realização espiritual através da participação em diversos cursos de estudo e formação»<sup>246</sup>). Todas estas comunidades podem surgir definidas na secção vocabulário. A inclusão destas religiões nos manuais de história, e assim no programa da própria disciplina, teria como principal função mostrar a pluralidade religiosa que existe em Portugal, um país relativamente pequeno, mas muito rico a nível religioso sobretudo através das suas antigas colónias e mais recentemente com o fluxo migratório de vários países.

Realçamos também, no que toca à história da religião em Portugal, a ausência de menções à Lei da Liberdade Religiosa assinada a 22 de Junho de 2001, onde ficou oficializado que o Estado português não adopta qualquer religião oficial, que as comunidades religiosas estão separadas do Estado, e garante a liberdade de escolha religiosa a todos os cidadãos portugueses, não podendo ser prejudicados nem beneficiados em função de tal escolha. Esta lei garante também que o ensino público não seja um ensino confessional.

Em temas mais recentes, seria importante mencionar que em 2004 surgiu a necessidade de rever a Concordata, tendo em conta o processo que se seguiu ao o 25 de Abril, a influência do II Concílio do Vaticano e a implantação da Lei da Liberdade Religiosa, considerando-se que a Concordata de 1940 não se adequava ao novo panorama em que o país se encontrava. Assinada pelo então primeiro-ministro Durão Barroso, a nova Concordata garante uma separação entre Estado-Igreja muito mais definida e delineada do que a Concordata de 1940. E ao falar das Concordatas em Portugal, não podemos ignorar o Protocolo de Cooperação entre o Imamat Ismaili e o Governo Português, assinado em 2009, sendo o primeiro protocolo a ser assinado em Portugal com outra instituição religiosa que não a Igreja Católica. Um dos principais objetivos deste protocolo é garantir o reconhecimento da comunidade de Muçulmanos Shia Imami Ismaili, com forte presença em Portugal, como instituição religiosa oficial, cedendo-lhe todos os seus direitos e deveres.

Apesar de o manual fazer uma boa referência à distinção entre fundamentalismo islâmico e a própria religião islâmica, seria positivo fazer-se referência a outros tipos de fundamentalismo que ocorrem hoje em dia, com menor impacto, nas correntes religiosas

---

<sup>246</sup> “Cientologia” in GRANDE DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA (2010).

cristãs, mencionando a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, mais conhecida como Igreja Mórmon e as Testemunhas de Jeová, que têm uma presença significativa em Portugal hoje em dia. Assim poderia evitar-se a generalização incidente que fundamentalismo e islão são sinónimos. A noção de fundamentalismo ocorre aqui na medida que estas comunidades religiosas vivem e organizam-se puramente baseadas nos escritos bíblicos de forma literal. As Testemunhas de Jeová têm como pilar principal a disseminação da sua fé porta em porta de modo a combater o fim do mundo. Distinguem-se dos demais grupos cristãos por não crerem na divindade de Jesus. Levam um estilo de vida bastante puritano, banindo o tabaco e o álcool, assim como outros aspectos do quotidiano. Por sua vez a Igreja Mórmon, fundado nos EUA no século XIX acredita que Jesus regressará à Terra para libertar o mundo de todo o mal e criar um reino de paz. Os rapazes a partir dos 19 anos são ordenados *elder* e enviados em serviço missionário. Apesar de ser proibida nos EUA, os Mórmones fundamentalistas tornaram-se conhecidos pela prática da poligamia<sup>247</sup>.

Concluindo, seria então interessante para terminar, no final do 9º ano, do ensino básico, desafiar os alunos a desenvolverem a definição de religião, com base no que foram aprendendo ao longo de todo o ensino básico, passando pela pré-história até às questões de secularização e laicidade da época contemporânea. No manual poderia constar também um mapa mundo com a incidência de cada religião e um quadro com a taxa de incidência de diferentes religiões e Igrejas existentes em Portugal continental e nos arquipélagos dos Açores e Madeira.

Para além das sugestões feitas, para serem acrescentadas ao programa escolar, é necessário que haja igualmente um investimento na renovação do ensino dos professores, pois eles carregam consigo a importante tarefa e a responsabilidade de conciliar e balançar a discussão destes tópicos referentes a assunto religiosos. Assim é urgente que haja uma reestruturação na preparação dos professores de forma a estarem preparados para mediar debates que possam surgir na sala de aula.

Com a introdução destes temas esperamos que os alunos venham a ter uma atitude mais positiva e tolerante face às religiões que compõem, não só Portugal, mas igualmente todo o mundo. Como sabemos a ignorância pode levar a actos de violência contra o desconhecido, e assim, os alunos terminam o ensino básico com os ensinamentos básicos

---

<sup>247</sup> GAARDER, Jostein – O Livro das Religiões. Queluz de Baixo: Editorial Presença, pp.223-6

da religião para poderem agir de forma ponderada e tolerante. Os alunos que decidirem seguir o estudo da História no ensino secundário, na área de Humanidades, irão desenvolver estes assuntos religiosos de uma forma mais ampla.



## CONCLUSÃO

### Identidade, Tolerância e Ensino da Religião

Com o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, surgiu como fundamental uma instância que anteriormente não se valorizava de forma tão destacada: falamos da identidade. Tudo hoje em dia está relacionado com a nossa identidade. A religião transformou-se numa busca individual, e sobretudo a nível espiritual, que corresponda àquilo que queremos preencher na nossa identidade. Assim, somos um conjunto de identidades todas guardadas numa só: identidade religiosa, a identidade sexual, a identidade cultural, a identidade referente à nossa alimentação, a identidade referente ao nosso gosto musical, etc. A lista é infundável. O que importa perceber é quando esta identidade inclui e quando exclui. A história tem mostrado que pessoas que se identificam com a mesma identidade desenvolvem laços e relações que não desenvolvem com pessoas de outras identidades. Assim elas são incluídas numa certa comunidade que partilha a mesma identidade, mas excluem-se outras comunidades que assumem outras identidades. Este processo tem mostrado ser prejudicial, sobretudo no que toca à religião.

Ao excluir uma certa identidade religiosa, não a estamos a conhecer nem a entender. As sociedades seculares são constituídas por uma panóplia grande de identidades que têm de ocupar o mesmo lugar. A pluralidade religiosa é parte estrutural da sociedade europeia, graças ao processo de secularização e da laicidade, assim como da globalização. As agora chamadas de minorias religiosas são tão importantes para as sociedades como as que antes faziam parte destas sozinhas e que em tempos passados eram as eleitas do Estado e por todos os cidadãos. Assim, compreender a dimensão religiosa é fundamental para a vivência em sociedade. A interculturalidade entra no debate entre razão e fé na medida em que a religião assegura o sentimento de pertença numa determinada comunidade e sociedade e é também um importante aspecto do ser humano como indivíduo.

A prova disso é o desentendimento actual das práticas religiosas existentes na Europa, gerado pela globalização e imigração, e mais recentemente pela onda de refugiados que procuram alojamento nas mais diversas cidades europeias. Um dos maiores exemplos deste tipo de desencontro é o caso de países como a França e a Dinamarca, que, no contexto do debate sobre a pluralidade religiosa, procuram responder aos problemas levantados por aquele processo com a criação de leis que promovem a intolerância em relação ao outro, projectando, indirectamente, ataques à identidade pessoal. É o exemplo da proibição do uso do véu islâmico (*burka* e *niqab*) por mulheres

muçulmanas nos espaços públicos dos países referidos, principalmente nas escolas, o que gera graves crises de preconceito e intolerância, que vai contra a natureza da laicidade e do Estado laico. O facto de um Estado ser laico, quer dizer que não assume nenhuma religião como religião oficial, mas isso não quer dizer que não possa existir religião ou a manifestação desta dentro do Estado, e que esta caso exista tenha de ser condenada e proibida, aliás, o facto de o Estado ser laico não quer dizer que os seus cidadãos também o sejam, como observámos ao longo da nossa dissertação.

Ora se o Estado é laico e está separado da Igreja e das suas convicções, não pode ser contra Deus, mas tem sim de aceitar as escolhas que os seus cidadãos fazem, referente a qualquer religião, sem que sejam punidos por isso. Pode defender-se que proibir uma mulher de utilizar o véu islâmico é tão agressivo e intolerante como obriga-la a usá-lo. Nesse sentido, pode considerar-se que uma mulher opta por usar o véu islâmico, o faz em nome da sua liberdade e da sua fé, da sua cultura e das suas convicções pessoais. Deste modo, proibi-la de usar o véu não é apenas um ataque à sua religião, mas sim um ataque à sua identidade.

A violência nasce neste ponto, onde se insiste em propagar uma identidade única nas sociedades, fazendo com que as pessoas recorram a comunidades para obtenção de uma aceitação mais próxima da sua identidade. Insiste-se no laicismo. Insiste-se pois na constante criação de grupos que se distanciam cada vez mais uns dos outros, concentrando-se nas suas diferenças como factor de distanciamento. A alteridade não tem de ser um factor de distanciamento, é possível vivermos com as nossas diferenças, sejam elas religiosas ou não. As sociedades são constituídas por identidades plurais, e isso pode ser um factor de união e não de afastamento, quando conseguirmos aceitar as diferenças dos outros e encará-las como algo enriquecedor para a vivência em conjunto. A pluralidade cultural é vantajosa para a vivência em sociedade na medida em que traz consigo uma diversidade de experiências, que quando em total liberdade de conhecimento e de acção, manifestam-se de forma benéfica entre todos os cidadãos, no enriquecimento intelectual de cada um.

Como vimos no capítulo III desta mesma dissertação, para os portugueses a identidade cristã e católica é muito importante, assim como os portugueses partilham com a vasta maioria dos seus amigos e conhecidos a mesma identidade religiosa. Apesar destas questões serem encaradas como algo positivo pelos portugueses, no sentido em que julgam que gera a união do povo português, a prevalência de uma identidade face a outras

gera um sentimento de abandono por parte dos outros membros da sociedade que não partilham a mesma identidade, neste caso, «a religião torna-se factor de exclusão, particularmente quando nela subsiste uma função predominante de unidade» e «as práticas sociais são tanto mais tolerantes quando admitem não só o diverso, como também a integração dos novos elementos ou a diluição dos seus próprios contornos»<sup>248</sup>.

É importante evitar estas situações e criar laços com todas as identidades das sociedades de forma a que não se gere sentimentos de abandono, mas sim de pertença. A sociedade tem esta obrigação com todos os seus cidadãos: fortalecer-se e não potenciar a criação de comunidades identitariamente exclusivas, que distanciam os cidadãos, mas que distanciam os cidadãos, uma vez que «a secularização facilitou o trânsito da forma de organização em comunidade para a de sociedade»<sup>249</sup>. Por palavras de Amartya Sen «salientar as identidades plurais das pessoas e a sua escolha das prioridades continua a ser muito mais necessário do que substituir as classificações civilizacionais por uma categorização directamente religiosa»<sup>250</sup>. Assim devemos evitar categorizar as sociedades e devemos sim encará-las pelas pluralidades que as preenchem. Como vimos anteriormente, apesar de a maioria dos portugueses ser cristão não quer isto dizer que Portugal seja uma sociedade meramente cristã. Assim estaremos no caminho para evitar atitudes intolerantes face aos que não partilham de uma identidade cristã e católica, pois «cristão, não cristão, fiéis de outras religiões e ateus, todos vivemos na história. [...] Não são só os não religiosos os homens da actualidade»<sup>251</sup>.

Mas o conceito de tolerância pode ser ambíguo, quando olhamos para a natureza da palavra tolerância. A palavra tolerância é referente ao verbo tolerar, que muitas vezes é utilizado num sentido pejorativo e negativo, sendo sinónimo de suportar ou aguentar algo que não se gosta, ou não se quer. Ao longo dos anos a palavra tolerância ganhou um sentido positivo, ao passo que o verbo tolerar continuou a significar o acto de suportar algo terrível e desagradável. Com esta evolução, é importante continuar a associar o termo tolerância com uma atitude positiva, em que a pessoa não identifica ninguém como o

---

<sup>248</sup> FERREIRA, António Matos – “Secularização” in *Dicionário de História Religiosa* vol. P-V, p.199.

<sup>249</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césarés: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma). Coimbra: Edições Almedina. 2010, p.39.

<sup>250</sup> SEN, Amartya – *Identidade e Violência: A ilusão do destino*. Lisboa: Tinta da China, 2007, p.94.

<sup>251</sup> PEREIRA, Fernando Jorge Micael, “Religião, Identidade e Violência” in *Religiões: Identidade e Violência*. Lisboa: Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2003, p.79.

outro, considerando todos iguais e todos merecedores das mesmas leis. Assim, não se pretende que a alteridade seja tolerada, mas que haja o respeito e a aceitação de todos, sem haver necessidade de identificação por oposição à alteridade. Não queremos ter uma identidade comum, universal e hegemónica, mas uma identidade individual que seja aceite universalmente.

Uma das consequências mais importantes da secularização é o facto de esta, e mais tarde, juntamente com a laicidade, vir promover sociedades, ao invés de comunidades, mais tolerantes e diversificadas, onde finalmente existe a vontade própria e não a obrigação imposta em ser, agir e acreditar em algo. É deixada aos cidadãos a opção de escolher o contrato social que pretendem seguir sem que com isto sejam penalizados de qualquer forma, pelo menos nas sociedades Ocidentais.

As sociedades agora encaradas como pós-seculares têm nas suas mãos a tarefa árdua de promover a convivência mútua, sobretudo entre a fé e a razão. Essa convivência será incentivada e formada pelo Estado liberal, que por meio das suas leis irá promover a tolerância e a defesa dos direitos de cada cidadão, na medida em que a laicidade possibilitou que ambas as instâncias do ser humano fossem independentes uma da outra. Tal como Jürgen Habermas indica, o liberalismo político entende-se a si próprio como uma justificação das bases normativas do Estado constitucional democrático de forma não religiosa, nem pós-metafísica. A legitimação do processo democrático e a importância dos direitos humanos na sociedade estão na base dos princípios constitucionais desse mesmo processo, que podem ser aceites apenas pelo meio da razão sem necessitar da fé e de fundamentos pré-políticos, pois num Estado constitucional nenhum poder é antecedente à própria lei. Assim a estrutura para a constituição de um Estado tem de estar assente num poder legítimo e numa ordem jurídica, que por sua vez tem os alicerces na razão, e a concepção procedimentalista de política dispensa fundamentações de ordem moral ou religiosa<sup>252</sup>.

Assim, retomando o debate entre Jürgen Habermas e Joseph Ratzinger, que apresentámos em parte no capítulo III desta dissertação, é importante mencionar que Habermas indica que o Estado liberal é bem capaz de reproduzir a solidariedade humana de que a democracia necessita para existir. Mas a verdade é que esta conclusão tem uma

---

<sup>252</sup> Cf. HABERMAS, Jürgen e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*, 2005, p.24-8.

falha na medida que não valoriza o papel da religião para a criação da solidariedade humana, pois esta é feita com foco na moral, e a moral está bem assente na religiosidade. A religião tem a capacidade de mostrar aos seus seguidores a importância do altruísmo e fazê-los entender o seu papel a nível social para a aquisição da paz e da tranquilidade. É dever da política manter a ordem e a liberdade dos seres humanos por meio da lei democrática. Mas tal como sublinha Joseph Ratzinger, o que por vezes acontece é que se elege a injustiça e assim as minorias não são representadas com o direito que merecem, sendo conseqüentemente oprimidas, «quando uma maioria, por mais pequena que seja oprime uma minoria religiosa ou étnica pelo meio de leis injustas, podemos, neste caso continuar a falar de justiça, ou mesmo de lei? Ou seja, os princípios maioritários deixam sempre aberta a questão da ética por detrás da lei»<sup>253</sup>. Quando um governo não admite outras formas de vivência pessoal e social, através do uso da razão, desencadeia um sentimento de não pertença e de falta de identidade que se podem revelar problemáticos, não só a nível local mas a nível mundial. De forma a evitar estas situações de opressão a modernidade ocidental criou várias declarações de Direitos Humanos, direitos universais, superiores a qualquer lei, religião ou cultura. A problemática destas declarações e destes direitos é que, apesar de ser a sua intenção, ainda não conseguiram conquistar um status universal<sup>254</sup>. Cabe assim aos Estados fomentarem a implantação destes direitos juntos das suas sociedades e cidadãos. O ponto chave para o entendimento é que a esfera pública e a lei democrática não se esqueçam igualmente das várias formas de religião que existem dentro da sua sociedade, não privilegiando a razão como instância única dos cidadãos, apesar de se reger e de se formar através dela.

Com a migração e a globalização já não se pode falar, pelo menos no mundo ocidental secular, de uma sociedade católica ou protestante, ou até mesmo judaico-cristã. As sociedades contemporâneas englobam todo um universo de religiões e as suas igrejas e congregações, assim como a não religião, e todas estas instâncias têm de entrar no diálogo na esfera pública, na política democrática, mas por si só não podem definir a palavra final destes diálogos. Tentar neutralizar a autoridade do Estado no que se refere a assuntos mundiais de forma a garantir a liberdade de cada cidadão é incompatível com

---

<sup>253</sup> HABERMAS, Jurgén e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*, 2005, p.60.

<sup>254</sup> Cf. HABERMAS, Jurgén e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*, 2005, p.61.

a visão secularista<sup>255</sup>. O que é relevante é que os cidadãos consigam traduzir as imagens criadas pela religião para uma linguagem que seja acessível a todos. Entra aqui a importância do ensino na tradução destas imagens religiosas, na medida em que o conhecimento é a principal arma de combate a movimentos fundamentalista e violentos, e é um dos principais factores para a coesão e união social. Para além do mais, quanto mais informados forem os cidadãos, menor a probabilidade de elegerem a injustiça e o Estados totalitaristas. E essa informação que é necessária tanto no ensino como no quotidiano dos cidadãos, passa pelo ensino da religião.

Em Portugal, a política religiosa sempre foi caracterizada por um movimento de altos e baixos. Ora incentivava a tolerância, ora assumia atitudes intolerantes. Tomemos como exemplo, o período da implantação da República e o momento em que foi publicada pela primeira vez a lei da Separação do Estado das Igrejas, deixando assim, o Estado de reconhecer o catolicismo como a religião oficial do país, dando espaço a outras religiões e denominações para existirem, apontando para uma situação de igualdade entre todos. Mas esta tentativa de implementação da tolerância provou-se deficiente pois ao assumir atitudes tolerantes face às novas correntes religiosas, assumiram-se atitudes intolerantes face ao catolicismo. Como se para se ser tolerante a algo fosse necessário ser intolerante ao outro. Com o passar dos anos o catolicismo recompôs-se e reassumiu um certo protagonismo, sobretudo com o Governo de Salazar, e após o 25 de Abril assumiu-me uma atitude laica no Estado, permitindo a integração de outras religiões, sem nunca remover o catolicismo, como havia acontecido na 1ª República.

O Estado português ainda está numa jornada pelo entendimento do verdadeiro sentido de ser laico, pois ainda privilegia em excesso o catolicismo, mas como vimos anteriormente o Estado português tem conseguido por vezes conseguido distinguir a fé da razão e o Estado da Igreja, com a implementação da Lei do aborto e do casamento homossexual, mesmo tendo em conta que grande parte dos cidadãos, na maioria católicos, é contra o aborto e o casamento homossexual. Neste sentido podemos considerar o Estado português no caminho do pós-secularismo.

Nunca é de mais citar Hans Kung quando o tema é a tolerância e o diálogo inter-religioso:

---

<sup>255</sup> HABERMAS, Jurgen e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*, 2005, p.51.

«Não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões sem diálogo entre as religiões. Não haverá diálogo entre as religiões sem critérios éticos globais. Não haverá sobrevivência do nosso globo sem um ethos global, um ethos mundial»<sup>256</sup>.

A modernidade trouxe consigo o conceito de tolerância, não que esta não existisse antes, mas a verdade é que a junção da modernidade com a as mutações cristãs e a globalização, e o conseqüente desenvolvimento da secularização e da laicidade, fortaleceram a exigência da existência da tolerância nas sociedades contemporâneas, de forma mais vincada. A tolerância é um produto da modernidade, na medida em que surge mediante o novo mundo do protestantismo e a mutações dentro do seio religioso que foram acontecendo por toda a Europa, desde o Renascimento<sup>257</sup>. O Cristianismo recompôs-se por via das novas igrejas e congregações que se formaram dentro do protestantismo, pois faziam todos parte da mesma religião, entrando em maior contacto com a tolerância. Assim, o debate da secularização e da laicidade é importante para o diálogo da paz e conseqüentemente tolerância, uma vez que serão estas instâncias que vão promover este diálogo no seio das suas sociedades cada vez mais diversas. A secularização não é reproduzida na humanidade por igual, mas isso não quer dizer que não se possa entrar em diálogo com toda a humanidade de forma a trabalhar para conseguir o *World Ethos*, como sugeriu Hans Kung.

Como vimos, tolerar o outro significa reconhecer a alteridade e por isso aceitá-la. Há quem possa argumentar que nessa condição reside uma espécie de hierarquia em que um é superior ao outro. Reconhecer alguém como diferente não significa superioridade, significa apenas reconhecer o valor da alteridade: formas diferentes de ser ou de estar no mesmo nível. O que tolera não tem de ser um dominante face ao dominado. O importante é que haja um respeito mútuo entre os dois. Mas a verdade é que se a tolerância fosse um factor real em qualquer forma de pensar, agir e viver, a laicidade não seria necessária, pois «se por neutralidade religiosa da laicidade de entender o Estado não tomar partido por nenhuma religião particular que lhe é exterior, um Estado confessional tolerante pode

---

<sup>256</sup> KUNG, Hans, *apud*. BORGES, Anselmo - "Religião, religiões e diálogo inter-religioso" in *Revista Portuguesa de História*. t. XL (2008/2009), p.26.

<sup>257</sup> Cf. CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.67.

ter com a sociedade uma relação similar»<sup>258</sup>. Assim podemos perceber que o debate sobre a tolerância é tão importante fora das religiões, como é entre as religiões e dentro da própria religião. O conceito de tolerância é um conceito comum e necessário a todas as sociedades, a todas as religiões e a todos os seres humanos, e não é obtida através da unificação do Estado e de todos os seus cidadãos, mas através da aceitação e compaixão pela alteridade presente na sociedade. Como reforça Habermas e sobretudo Ratzinger, a importância da interculturalidade nas sociedades é fundamental. A inclusão de todos na sociedade é o caminho para o fim dos conflitos religiosos e até mesmo sociais e políticos. Assim, reforçamos mais uma vez a importância do estudo da religião, pois terá um forte impacto na propagação da tolerância pois, «conhecer a religião do outro significa muito mais que estar informado a respeito da sua tradição. Implica entrar na pele do outro, caminhar com os seus sapatos, num sentido, ver o mundo como o vê o outro, colocar as questões do outro, penetrar no sentido que o outro tem de ser um hindu, um muçulmano, um judeu, um budista, ou o que quer que seja»<sup>259</sup>. A tolerância é uma atitude imprescindível para se lidar com tudo aquilo que não nos é familiar, em termos de crenças, de costumes, de atitudes, de pensamentos. O primeiro passo para a incidência da tolerância é aceitar que existe conflito, reconhecendo que o ser humano ao mesmo tempo que é um ser religioso e racional é também um ser conflituoso. O diálogo tem de saber existir onde não existe o consenso, pois «as práticas sociais são tanto mais tolerantes quando admitem não só o diverso, como também a integração de novos elementos ou a diluição dos seus próprios contornos»<sup>260</sup>.

Fernando Catroga indica três ângulos para a uma maior abertura à alteridade em sociedades de influência cristã: «a hermenêutica bíblica, a natureza humana e as exigências da sociabilidade»<sup>261</sup>. Como vimos no capítulo anterior a escola e o ensino poderão ser responsáveis pela dinamização da hermenêutica bíblica, ao tratar de assuntos da religião através do método «histórico-filológico». Tal como tivemos a oportunidade

---

<sup>258</sup> SANTOS, Luís Aguiar – “Recensões”. *Revista de História das Ideias*, volume 25. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2004, p.592.

<sup>259</sup> DUPUIS, Jacques – “O Diálogo inter-religioso numa sociedade pluralista” in *Religiões: Identidade e Violência*. Lisboa: Alcalá, 200, p. 334.

<sup>260</sup> FERREIRA, António Matos, “Secularização”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal [P-V]*, p.199.

<sup>261</sup> CATROGA, Fernando – “Secularização e laicidade. Uma perspectiva histórica e conceptual” in *Revista de História das Ideias* (2004), p. 66; CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.74.

de verificar anteriormente, este método de estudar a *Bíblia* e as questões religiosas, propulsionou a própria secularização, e como tal deve continuar a ser implementado, sobretudo no ensino. Com este método, garante-se o uso único da razão em contexto escolar ao abordar temas de religião não entrando em conflito com as demais crenças. Não se obriga ninguém a acreditar numa religião quando a estuda, nem espera que se converta, mas espera-se, que através do uso da razão, o aluno e cidadão consiga entender o propósito da religião e assim aceitá-la.

No que diz respeito à natureza humana, esta poderá estar ou não relacionada com o nível de religiosidade de um indivíduo. No século XVII Pierre Bayle afirmava que a relação que o homem tem com o mal e a sua capacidade de o proferir e actuar nada tem a ver com a sua crença em Deus, mas sim na sua própria predisposição, na sua natureza humana, o que mais tarde viria a concordar com a teoria de Jean-Jacques Rousseau do bom-selvagem<sup>262</sup>. Mais recentemente autores como Habermas e Ratzinger não descartam esta natureza humana, mas concordam que a herança religiosa poder ser um bom fundamento e pilar de boa conduta no ser humano.

O diálogo começa quando o ser humano compreende o mundo à sua volta e percebe que tudo o que nele existe é natural e importante, até mesmo o conflito, mas também quando este está aberto a encarar a alteridade como algo estruturante de uma sociedade. O diálogo não pode ser feito de uma forma pejorativa nem com o intuito de haver um vencedor. Tem de ser feito sim de uma forma pacífica em que todos os intervenientes demonstrem que estão em pé de igualdade. Ao dialogarmos com o outro é que temos hipóteses de o conhecer e de compreender as suas motivações, que certamente serão diferentes das nossas. E é nessa abertura de compreensão que conseguiremos adquirir compaixão e por si aceitar a diferença, porque a diferença é um conceito subjectivo e não tem o mesmo significado para todos, especialmente no mundo da religião. Veja-se por exemplo quando o cristianismo surgiu, os cristãos eram também chamados de ateus pelos romanos, pois era a primeira vez que uma religião surgia afastada do mundo político<sup>263</sup>. A educação e o conhecimento são as maiores armas de combate a injustiças, e cidadãos

---

<sup>262</sup> Cf. CATROGA, Fernando – “Secularização e laicidade. Uma perspectiva histórica e conceptual” in *Revista de História das Ideias*. Vol.25. (2004), p. 73.

<sup>263</sup> Cf. CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), p.23.

informados do mundo que os rodeia estarão mais aptos a elegerem os seus representantes de Estado e a respeitarem os Direitos Humanos.

Em suma, conseguimos observar que a compreensão exacta da secularização e da laicidade, pelas sociedades ocidentais levará à tolerância e ao diálogo inter-religioso. Está assim nas mãos do Estado laico e dos seus participantes, estimular a tolerância e fomentar um bom ambiente social para todos, pois afinal a dimensão religiosa está e sempre esteve directa e indirectamente relacionada com o viver em sociedade, pois numa existiu, nem poderá existir, sociedade sem religião.<sup>264</sup> De igual modo, a tolerância não é um problema estritamente religioso ou puramente político, mas sim uma questão que diz respeito a todos para o desenvolvimento de uma melhor vivência em sociedade<sup>265</sup>. Parte de todos o poder de distinguir o político e o espiritual, e assim obter a tolerância civil, na medida em que «a pedra-toque do ideal de tolerância não é tanto a liberdade de consciência, mas mais a sustentabilidade do contrato social, isto é, dos laços morais necessários à vida colectiva»<sup>266</sup>.

A questão chave mantém-se: Porque existe, então, religião hoje em dia? Dias de estados seculares. Dias do desencantamento do mundo. Dias de avanços científicos. Dias de estado democrático, livres e racionais. Porque continuam os seres humanos a crer em imagens fideístas e transcendentais? Procurando responder a esta questão, importa concluir que o homem é ao mesmo tempo que é um ser racional, mas igualmente um ser religioso. A religião não se cinge a um conjunto restrito de regras, dogmas ou “verdades” abstrusas em que o ser humano acredita cegamente. A religião existe para responder a questões humanas que nos têm acompanhado desde o início dos tempos. Existe uma necessidade humana, e também racional, pela busca do absoluto e pelo transcendente. Vimos que esse absoluto e esse transcendente não têm necessariamente de ser Deus, pois Deus ou os deuses não são as figuras centrais da religião, mas sim tudo o resto que com ela vem. Todas as respostas, todos os sentimentos e todo o conforto que dela advém. E isso é observável nas sociedades contemporâneas ocidentais, onde cada vez mais a

---

<sup>264</sup> Cf. CLEMENTE, Manuel e FERREIRA, António Matos Ferreira – “Introdução Geral” in *História Religiosa de Portugal*, 2002, p.9; BORGES, Anselmo - “Religião, religiões e diálogo inter-religioso” in *Revista Portuguesa de História*. t. XL (2008/2009), p.17.

<sup>265</sup> Cf. CATROGA, Fernando – “Secularização e laicidade. Uma perspectiva histórica e conceptual” in *Revista de História das Ideias*. Vol.25. (2004), p.70.

<sup>266</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma). 2010, p.84.

religião existe de uma forma individual, onde o Deus tradicional foi trocado por questões do quotidiano dos homens, pois mesmo quem não é religioso ou crente busca resposta absolutas e transcendentas a outras correntes do quotidiano, sobretudo espirituais, como na prática do Yoga, na utilização da astrologia e até mesmo no culto ao futebol.

É este, em grande medida, o resultado da secularização e da laicidade. A secularização não derrubou a religião por completo como se previa. Fez o inverso. Permitiu ao homem estar aberto a uma panóplia de religiões e manifestações religiosas que até então lhe eram totalmente desconhecidas e abriu portas também a outras formas de buscar a espiritualidade e o transcendente. Não aconteceu o desaparecimento da religião, proclamado no início da época moderna e no início do desenvolvimento da secularização, mas aconteceu sim a adaptação da religião às necessidades humanas, tal como aconteceu no passado. A diferença é que agora, com a secularização, era possível, não só esta mutação, mas sim a saída da religião. No entanto, a saída de uma religião organizada não implica a saída do mundo religioso. A busca pela verdade na ciência poderá fazer parte desta necessidade transcendental do homem, pois para buscar verdades na ciência, o homem tem que crer nela, e na sua veracidade.

No contexto da secularização, desenvolveu-se a laicidade, que assume a existência da religião e a toma como necessária nas sociedades, mas não a privilegia e não a coloca em primeiro lugar. A laicidade, com um programa mais positivo, trabalha na construção de sociedades tolerantes, que aceitam a alteridade religiosa e que convivem com ela de forma pacífica, pois na laicidade percebeu-se que apesar dos esforços da razão, a fé não cessa e que não existirá sociedade sem religião.

Assim, a análise desenvolvida por nós no âmbito desta dissertação em torno de alguns estudos feitos sobre os comportamentos religiosos dos cidadãos contemporâneos em alguns países do Ocidente e do debate realizado em torno da fé e da razão, mostrou-nos que de facto não é a religião que faz o homem, mas sim o homem que faz a religião. Compreender esta conclusão será o ponto chave para o entendimento entre as próprias religiões e entre a religião e as diversas formas de negação da religião. É certo que as religiões respondem às necessidades cognitivas e afectivas do quotidiano dos humanos, mas a religião é mais do que respostas a perguntas do que não sabemos. A religião não é só um conforto social que nos insere numa comunidade. A religião não se limita às histórias de criação, nascimento de Deuses e homens e imortais, e mitologias. A religião é tudo isto junto e confere uma identidade individual que não é palpável nem racional,

mas é de natureza antropológica. Caso não fosse não se manifestaria nos dias que decorrem. E como vimos, não existem indícios que esteja em vias de extinção. Por isso reduzir a condição humana a uma condição meramente racional não só é errado, como empobrece a própria história da humanidade<sup>267</sup>. O preconceito contra a religião surge nesta linha, quando a falta de conhecimento da natureza humana bloqueia uma das instâncias que dela faz parte. Após anos de dominação religiosa e agora de uma tentativa de dominação racional, esperamos que a secularização e a laicidade tragam consigo a hipótese real e a possibilidade de ser racional e religioso ao mesmo tempo.

Daí ser tão urgente o estudo da religião, de forma a garantir que a humanidade não seja reduzida a uma única condição, a condução de homem racional, compreendendo a sua natureza de homem religioso. Se antigamente a religião existia sobretudo em prol da política e da república, a religião de hoje existe em prol do homem. «Nem se está a assistir à morte de Deus prognosticada pelo optimismo cientificista e historicista do século XIX, nem ao puro regresso ao religioso na sua acepção mais integrista e institucional, mas sim, à metamorfose de Deus»<sup>268</sup>.

Este estudo da religião não pode como vimos, ser um estudo confessional, semelhante ao estudo da catequese. Este ensino terá de ser desenvolvido de forma crítica, textual, racional e histórica. E a possibilidade real desse estudo será importante não só para o conhecimento do ser humano, mas também para a boa convivência em sociedade, ao mostrar aos alunos a hipótese real da convivência mútua entre razão e fé. Esta missão será importante na medida que abrirá portas para o diálogo intra e inter-religioso. As sociedades na condição de pós-seculares e pós-modernas têm na sua mão o desafio de, não só promover a convivência pacífica entre religiões, mas também a convivência pacífica entre fé e razão.

Concluindo, o que podemos observar é que nas sociedades actuais, com Estados liberais, laicos e na condição de pós-seculares e pós-modernas, é possível a convivência mútua e positiva entre fé e razão. Mesmo na sua autonomia - a fé com a Igreja e a razão com o Estado - elas podem cooperar. A religião pode desempenhar um papel importante na criação de laços de solidariedade que obstaculizam o desenvolvimento de estados

---

<sup>267</sup> Cf. CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.98.

<sup>268</sup> CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma), 2010, p.458.

totalitaristas e na promoção da convivência pacífica entre os homens. A razão detém um papel fundamental, na relação com a religião, no distanciamento relativamente a correntes como o terrorismo, o extremismo ou o já citado fundamentalismo.

O local onde esta convivência estará mais à vista e exaltada, será no Ensino, onde os alunos estudarão a religião usando a razão, levando assim à compreensão de que a fé e a razão podem existir mutuamente nas sociedades, nos Estados e até mesmo num só indivíduo, e essa convivência será sempre pacífica, pois a fé e a razão são duas instâncias inultrapassavelmente presentes na definição do homem pós-secular.



## FONTES e BIBLIOGRAFIA

### FONTES

*Metas Curriculares De História*

[http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas\\_curriculares\\_hist\\_3\\_ciclo.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_hist_3_ciclo.pdf)

Consultado a 12 de Julho de 2018.

DINIZ, M. Emília [et al] – *História Sete*. Lisboa: Raiz Editora. 2015

DINIZ, M. Emília [et al] – *História Oito*. Lisboa: Raiz Editora. 2015

DINIZ, M. Emília [et al] – *História Nove*. Lisboa: Raiz Editora. 2015

### BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite – Weber e Habermas: Religião e Razão Moderna. *Síntese Nova Fase*. V.21 N°64 (1994)

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), JORGE, Ana Maria...[et al.] (coord.) – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. 2000

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir), JORGE, Ana Maria ...[et al.] – *História Religiosa de Portugal. Formação e Limites da Cristandade*. Volume 1. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. 2002

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir), GOUVEIA, António Camões ...[et al.] – *História Religiosa de Portugal. Humanismos e Reformas*. Volume 2. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. 2002

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir), FERREIRA, António Matos ...[et al.] – *História Religiosa de Portugal. Religião e Secularização*. Volume 3. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. 2002

AZEVEDO, Hugo de – *A Fé e os Ateísmos* (Colecção Éfeso). Lisboa: Editorial Aster, Lda, 1968

ALLAIN, Botton de – *Religião para ateus. Um guia para não crentes sobre as utilizações da religião*. Lisboa: Publicações D. Quixote (2011)

CATROGA, Fernando – *Entres Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. – 2ª ed. (O tempo e a norma). Coimbra: Edições Almedina. 2010

- CORREIA, Joaquim Alves – *Cristianismo e Revolução* (Descobrir Portugal). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.
- CUNHA, António Luiz – “Ensino religioso nas escolas públicas: a propósito de um seminário internacional” in *Educ. Soc., Campinas*, vol. 27, n. 97, set./dez. 2006, p. 1235-1256
- DEBRAY, Régis – *O ensino do fenómeno religioso na escola laica: Relatório ao Ministro da Educação Nacional* in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões*. N16/17, Ano XI, 2012
- DUQUE, João Manuel – “Ambiguidades da secularização entre modernidade e pós-modernidade” in *Comunicação & Cultura..* (Primavera-Verão 2011) Lisboa, 2011. pp.19-35
- DUQUE, João Manuel – “Fé e Razão: reavaliar uma relação ambígua”. In *Teoliterária* V.4 – nº8. São Paulo: Universidade Católica, 2014.
- DURKHEIM, Émile – *As formas elementares da vida religiosa*. Oeiras: Celta Editora, 2002
- ECO, Humberto e MARTINIS, Carlo Maria – *Em que crêem os que não crêem? Um diálogo sobre a ética no fim do milénio*. Rio de Janeiro: Editora Record. 1999
- FERNANDES, António Teixeira – *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora. 2001
- FOWLER, Jeaneane... [et al] - *World religions: an introduction for students*. Brighton: Sussex Academic Press., 1997
- GAARDER, Joseph – *O Livro das Religiões*. Queluz de Baixo: Editorial Presença. 1997 – 3ª ed., 2007, pp.109-128.
- Grande Dicionário Da Língua Portuguesa*. Lisboa: Porto Editora. 2010
- HABERMAS, Jurgen e RATZINGER, Joseph – *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*. São Francisco: Ignatius Press. 2006
- HOLLOWAY, Richard. *A Little History of Religion*. New Haven: Yale University Press, 2016

- Identidade e Violência. Lisboa: Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2003*
- LING, Trevor – *A History of Religion East and West: A Introduction and Interpretation.* Hong Kong: The Macmillan Press Ltd, 1968
- MENZIES, Allan. *History of Religion: a sketch of primitive religious and practices, and the origin and character of the great systems.* Londres: John Murray, 1978
- PEW RESEARCH CENTER – *Being Christian in Western Europe.* 29 Maio 2018
- PINA, Maria de Fátima, *As Religiões no Ensino da História: Uma análise do programa do 3º ciclo do ensino básico em Portugal.* Lisboa, 2012
- PINTO, Paulo Mendes – “Editorial” in *Revista Lusófona da Ciências das Religiões* N16/17, Ano XI, 2012
- POLICARPO, D. José e PRADO COELHO, Eduardo – *Diálogos sobre a fé.* Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- SEN, Amartaya – *Identidade e Violência: A ilusão do destino.* Lisboa: Tinta da China, 2007, p.94.
- SMART, Ninian – *The World’s religions.* 2ª ed. Cambridge: University Press, 1998
- SMITH, Huston – *A essência das Religiões. A sabedoria das grandes tradições religiosas.* Alfragide: Lua de Papel, 2005
- TAYLOR, Charles – *A Era Secular.* Lisboa: Instituto Piaget. 2007
- TOLDY, Teresa – “Debates do religioso no espaço público”, in *e-cadernos ces* [Online] 13 | 2011, colocado online no dia 1 de Setembro de 2011. <http://eces.revues.org/586>
- WEBER, Max – *Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária.* Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2006.
- WEST, M. L. – *The East Face of Helicon. West Asiatic Elements in Greek Poetry and Myth.* Nova York: Oxford, 1999
- WRIGHT, Robert – *A Evolução de Deus.* – 2ª edição. Lisboa: Guerra e Paz, 2013

ZEPEDA, José de Jesús Legorreta – “Secularização ou Ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – vol. 25 nº73. 2010

\*\*\*

*National Geographic Magazine*, ed. Junho 2011

*Revista Portuguesa de História*. t. XL. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008/2009.

*Revista de História das Ideias*. Vol.25. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2004

*National Geographic Magazine*, ed. Junho 2011

\*\*\*

Jornal *Expresso* – “Maioria dos portugueses diz que fala ou comunica com Deus”  
<https://expresso.sapo.pt/sociedade/2018-06-01-Maioria-dos-portugueses-diz-que-fala-ou-comunica-com-Deus#gs.vy8skMA>,  
publicado a 1 de Junho de 2018. Consultado a 13 de Outubro de 2018

Jornal *Público* - “Portugueses são os europeus que mais acreditam que Deus fala com eles todos os dias”  
<https://www.publico.pt/2018/05/30/sociedade/noticia/portugueses-sao-os-europeus-que-mais-acreditam-que-deus-fala-com-eles-todos-os-dias-1832751>  
publicada a 30 de Maio de 2018. Consultado a 13 de Outubro de 2018.